

# A Bem do Império



## A sessão solene no Palácio da Bôlsa

**A** primeira cerimónia oficial da I Exposição Colonial Portuguesa, uma sessão solene, realizou-se na noite de 15 de Junho na Sala Árabe do magestoso Palácio da Bôlsa, no Pôrto.

Foi uma cerimónia de invulgar imponência, para a qual contribuiu a presença das mais ele-



JOÃO MIMOSO MOREIRA

Director-Adjunto e membro da Comissão Executiva da I Exposição Colonial Portuguesa, cuja actividade incansável muito contribuiu para o grande êxito do certame

vadas personalidades do mundo diplomático, político, literário e social do País. Lindas mulheres faziam realçar com os seus elegantes atavios a tradicional formosura das mulheres nortenhas, salpicando de frescura e graça a mancha severa das casacas e das fardas de gala, onde cintilavam oiros e condecorações.

O Sr. Presidente da República, acompanhado por quasi todos os membros do Governo, chegou às 23 horas ao Palácio da Bôlsa, entre entusiásticas aclamações, enquanto a Banda da Companhia Indígena de Angola, postada no largo, tocava o hino nacional e os clarins da tropa perfilada, soavam em continência.

Dentro, no magnífico Salão faiscante de luzes que arrancavam fulgurações das jóias e dos crachás, a multidão dos convidados recebeu o Sr. Presidente da República e o Governo, com uma delirante salva de palmas.

Em semi-círculo, por detrás da bancada presidencial, foi alinhar-se uma guarda de honra à bandeira nacional, constituída por tropas coloniais e oito indígenas das nossas oito colónias, envergando os seus pitorescos trajos de gala.

Em lugar de honra tomou assento Sua Eminência o Sr. Cardinal Patriarca, ladeado pelos Srs. Bispos do Pôrto e Director Geral das Missões Ultramarinas, D. João Evangelista de Lima Vidal; e as vestes rubras dos ilustres prelados mais vincarem ainda a suntuosidade do conjunto que oferecia, na verdade, um aspecto deslumbrante.

Noutro logar reproduzimos, na íntegra, os três discursos pronunciados nesta memorável sessão. Falou em primeiro lugar o sr. António de Oliveira Cález, em nome da Associação Commercial do Pôrto e da Comissão Organizadora da I Exposição Colonial Portuguesa.

O segundo orador foi o sr. Capitão Henrique Galvão, Director Técnico e o grande realizador

A Exposição Colonial tem duas missões a cumprir: A primeira está virtualmente no seu termo, uma vez que se inaugurou e mereceu o bom acolhimento de tôdas as críticas. A segunda diz respeito a uma projecção no tempo e nas almas portuguesas da propaganda que a Exposição pretende realizar. Esta é a mais difícil e a mais importante. Trabalhem todos por ela.

HENRIQUE GALVÃO.

(Escrito expressamente para a revista «PORTUGAL COLONIAL»)

da Exposição. Por fim, o sr. Ministro das Colónias, Dr. Armindo Monteiro, pronunciou uma notabilíssima oração, que, como sempre impressionou profundamente o auditório pela rara elevação dos seus conceitos doutrinários sobre política colonial, aliada a um recorte literário do melhor quilate.

Terminada esta série de notáveis discursos, S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República, erguendo-se, dirigiu algumas palavras de louvor e agradecimento a todos aqueles que souberam tornar uma realidade magnífica o certame a cuja inauguração vinha presidir.

E, declarando que ia condecorar com o mais alto grau da Ordem do Mérito Industrial — a Grã-Cruz — o Sr. António de Oliveira Cález, procedeu, com o cerimonial do protocolo, à imposição das respectivas insígnias no agraciado.

Voltando-se depois para o Sr. Capitão Henrique Galvão, prendeu-lhe no peito a placa de Grande-Oficial da Ordem de Cristo.

Um abraço protocolar do Sr. Presidente da República e uma calorosa salva de palmas de todos os presentes, encerraram esta inesperada cerimónia. Estava terminada a sessão solene. Fora, na rua, novas e demoradas aclamações acolheram a passagem do Chefe do Estado e sua comitiva.

## A Cerimónia inaugural da Exposição nos Jardins do Palácio das Colónias

Foi simples mas impressionante de solenidade.

Pontualmente no dia 16 de Junho às quinze horas e trinta minutos, pregado que foi o último prego e dada por finda a última demão de tintas naquela fantástica cidade que é hoje o recinto da Exposição, — S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República apeou-se ao portão principal dos jardins do Palácio das Colónias em que ora está metamorfoseado o velho hangar metálico do Palácio de Cristal, e dirigindo-se para o monumento consagrado ao esforço colonizador dos portugueses, aí depoz as flores votivas da sua homenagem de supremo representante da Nação.

Depois, empunhando uma tesoura de prata finamente lavrada de motivos africanos, acerrou-se da fita negro-vermelha — as côres do Império — que vedava os Portais do Palácio das Colónias e se prendia ao Padrão de Diogo Cão que viera do museu da Sociedade de Geografia para o alto do escadório de honra, e cortou-a de um golpe firme, declarando inaugurada a I Exposição Colonial Portuguesa.

Foi um momento magnífico de emoção. Estrugem os aplausos e os vivas da multidão que se apinhava em volta. Troa a artilharia nas salvas da ordenança e ouve-se o clangor vibrante dos instrumentos metálicos das bandas regimentais.

Aviões militares, roncando, voam baixo, quasi a roçar na multidão, e um deles deixa cair sobre

o monumento votivo a homenagem da aviação portuguesa, um ramalhete florido.

A tropa colonial que faz a guarda do Palácio, firta na rigidez da sua disciplina imperturbável, assemelha-se a um frizo alegórico de figuras de bronze. O cenário é soberbo de grandiosidade e vibração patriótica. Para maior realce do inolvidável espectáculo, o radioso Sol de Portugal um Sol rubro-dourado, quasi africano, também viera à festa, a salpicar de oiro a mancha esmeraldina dos umbrosos Jardins do Palácio.

Terminada a curta cerimónia, o Sr. Presidente da República assinou, na intimidade de um salão interior do Palácio das Colónias, o seguinte auto de inauguração:

«Saibam quantos este acto e instrumento virem que no VIII ano da Revolução Nacional, aos Dezas-seis dias do mês de Junho de mil novecentos e trinta e quatro, da era de Cristo, sábado à tarde, na cidade do Pôrto, nos tetrenos do Palácio de Cristal, onde ora está o Palácio das Colónias, se fez a inauguração oficial da Primeira Exposição Colonial Portuguesa que — por iniciativa da Associação Comercial do Pôrto, Centro Comercial do Pôrto, Associação Industrial do Pôrto, Liga Agrária do Norte e Movimento Pró-Colónias, que entre si escolheram a Comissão Organizadora abaixo referida — o Governô da Nação houve por bem se efectuassee nesta Nobre e sempre Leal Cidade, conforme assim foi mandado e ordenado por carta de Lei n.º 2298, publicada no Diário do Governô de 28 de Agosto de 1953.

Foram presentes a este acto solene Sua Excelência o Chefe da Nação, Ex.<sup>mo</sup> Senhor General António Oscar de Fragoso Carmona; Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Cardial Patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira, Suas Excelências os srs. ministros António Raúl da Mata Gomes Pereira, Luiz Alberto de Oliveira, José Caeiro da Mata, Armindo Rodrigues Monteiro, Alberto de Sousa Pinto, Sebastião Ramites, comandante Mesquita Guimarães, os Reverendíssimos Arcebispo de Ossirínco, D. João Evangelista de Lima Vidal, director geral das Missões, o Bispo do Pôrto, D. António de Castro Meireles, Ex.<sup>mos</sup> Senhores sub-Secretários de Finanças, Águedo de Oliveira, e das Colónias, Francisco Vieira Machado. E ainda a Comissão Organizadora desta Exposição, composta pelos Ex.<sup>mos</sup> Senhores António de Oliveira Cález, presidente da Associação Comercial do Pôrto; António Domingues de Freitas, presidente do Centro Comercial do Pôrto; Francisco Xavier Esteves, presidente da Associação Industrial Portuense; Raúl de Sousa Ferreira, presidente da Associação dos Comerciantes do Pôrto; António Jorge de Lemos Ferreira, presidente da Liga Agrária do Norte; tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre, agente geral das Colónias; Júlio Mimoso Moreira, chefe da Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colónias; Ricardo Spratley, representante do Movimento Pró-Colónias; Manuel Caetano de Oliveira e Jorge Viterbo Ferreira, representantes da Sociedade Anónima da Exposição; o director da Exposição, capitão Henrique Malta Galvão mai-la comitiva presidencial e muitos homens bons desta nobre Nação que ao diante vão relatados por suas assinaturas,

dando todos fé que neste acto se teve a ordem seguinte:

Chegado que foi ao recinto da Exposição, o Chefe da Nação pediu uma tesoura, que lhe foi dada e entregue em sua mão, e com ela cortou uma fita de seda que levava as cores da Ordem do Império, presa ao Padrão da descoberta que Diogo Cão deixou erigido em Terras de África e que nesta Exposição figura como relíquia sagrada nos tempos de antanho.

E tanto que isto foi feito, Sua Excelência o Presidente da República houve por inaugurada a Exposição Colonial Portuguesa.

Foi depois feita a visita oficial e lida pelos presentes esta grande lição das coisas do Ultramar, propósito que teve em mira dar-nos o director desta Exposição, por incumbência geral de todo o Governo e mor empenho de Sua Excelência o Senhor Ministro das Colónias, se encerrou este acto, cuja verdade passou à escrita, que é a eterna mãe da Memória, conforme os preceitos usados no tempo dos nossos maiores.

Quis-se assim deixar ao futuro a certeza de que nos ocupámos das coisas, dos factos e obras do Governo da Nação, que do passado aproveita os bons ensinamentos para os seguir e prosseguir de guisa a dá-los aumentados e beneficiados aos homens de amanhã.

E para glória nossa, Grandeza do Nosso Império, Orgulho da Nossa Raça e alto patriotismo do Governo da Nação, eu, capitão Henrique Matta Galvão, director que sou desta Exposição, mandei que se lavrasse este auto que, depois de lido, leva as assinaturas de Sua Excelência o Chefe da Nação, dos srs. Ministros de

Estado aqui presentes e mais pessoas, «ut supra» e outras que a esse acto assistiram para fazerem fé de que tudo se passou assim bem verdadeiramente e sem minguento algum.

Pôrto e Palácio das Colónias, aos dezasseis dias do mês de Junho de mil novecentos e trinta e quatro anos da Era Cristã e oitavo ano da Revolução Nacional».

Lá fora, franqueados os portões, a multidão deslumbrada rapidamente inundou o recinto da Exposição, espraçando-se por toda a parte, na alacridade rumorosa da sua curiosidade mal contida.

A jornada desse dia tinha sido bem ganha para o País. Honta e agradecimento a todos aqueles que trabalharam por ela!

Não queremos terminar este breve relato das cerimónias inaugurais da I Exposição Colonial do Pôrto sem reproduzir as seguintes palavras do Sr. Dr. Armindo Monteiro, pronunciadas pouco depois de inaugurada a Exposição, ao receber as felicitações de numerosas entidades oficiais que o cumprimentavam:

«É um êxito consolador. Mas que a sua constatação nos não faça deter! O que hoje inauguramos não é um «fim» — porque é o «princípio» de uma longa mas gloriosa caminhada»...



NA EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

Os indígenas de Moçambique, alheios à curiosidade do público, fazem a sua vida doméstica habitual...

# Nas cerimónias inaugurais da I Exposição Colonial Portuguesa

## TRÊS NOTÁVEIS DISCURSOS

### I

#### O Discurso do Sr. Ministro das Colónias

*« Fizemos a Exposição  
porque quisemos que os  
factos falassem por si »*

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

**D**ANDO ao País inequívoca prova do seu grande interesse pelas coisas do nosso Ultramar, digna-se V. Ex.<sup>a</sup> inaugurar amanhã, solenemente a nossa primeira Exposição Colonial. Da importância do successo, se o tiver, espero que fale o tempo em vez de falar quem é apenas obreiro modesto da gigantesca obra que dia a dia se vê surgir como milagre de amorosa dedicação pela terra portuguesa. Dá-lhe tal vulto porém a presença do chefe do Estado, que não posso deixar de afirmar a gratidão dos tantos homens de boa vontade que a esta empresa applicaram iniciativas e energias e de dizer a alegria com que assim vêm rematados pelo mais alto representante da Nação seus longos esforços, canseiras e ansiedades; e tão forte brilho recebe da comparânciã de S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Cardial Patriarca, dos ilustres membros do Govêrno e do Corpo Diplomático, que juntos vejo aqui com tantos portugueses de mérito afirmado por largos serviços, que demorados teriam de ser por ela os meus agradecimentos, se o próprio luzimento desta assemblea não a mostrasse antes filha da devoção que faz do Ultramar a coisa e a paixão de todos do que de favor por que hajam de render-se graças. Pesa-me não ver entre nós, nesta sala e nesta noite, o Senhor Presidente do Conselho: com a publicação do Acto Colonial ganhou pergaminhos de tal nobreza, que na gigantesca aristocracia dos nossos homens de além-mar pode figurar entre os primeiros; com a sua falta sinto que falta aqui alguma coisa do que de mais puro e nobre existe na secular vida da Pátria; junto das coisas que eloqüentemente lembram o passado, a sua presença

seria como que o próprio corpo das nossas ambições de futuro.

Porque estas têm alicerces largos e sólidos, fizemos a exposição.

Quizemos que os factos falassem por si—para que a vida que além-mar criámos com sacrificios, que em séculos inteiros abraçaram o Mundo, se revelasse aos olhos portugueses na sua nudez—que é a sua grandeza. Não queremos diminuir com palavras a força da demonstração que nos propusemos realizar..

Mas porque esta nasceu de uma bem certa orientação, porque tem já seu passado e deve reproduzir-se em novas criações, convém situá-la precisamente no caminho da política que há anos se iniciou, e que, vencendo muitas dificuldades, vai prosseguindo no ritmo certo que lhe foi traçado.

#### **A mentalidade ultramarina e a mentalidade rural dirigindo a vida da Nação**

A confusão dos dissídios políticos, em que desde o comêço do século XIX Portugal se debate, serviu para escurecer singularmente o conflito de duas mentalidades que desde remotas épocas disputam a direcção da vida nacional: a mentalidade ultramarina e a rural. No cego furor que tantas vezes dos partidos ou dos homens fez inimigos mortais, nem sempre se distinguuiu claramente a influencia de uma ou de outra; os que a conheceram obstinaram-se em a desprezar.

Não sei de época em que os homens se tivessem dividido ou organizado, segundo o seu comando; no seio das facções misturavam-se e no íntimo dos Govêrnos, talvez sem a plena consciência de si próprios, debatiam-se. Não eram aparentemente causa de divórcio político, mas conforme uma ou a outra acidentalmente venciam, assim o rumo do País variava, oscilava. Enganavam-se os homens supondo que a democracia ou a sua negação eram o facto fundamental e isso era apenas a illusória superficie das coisas.

Na esfera internacional, no campo financeiro ou no terreno económico, acima de tudo o País sente sempre os reflexos das vitórias ou das derrotas do espirito agrário ou do espirito colonial. Desde Alfaro-beira que o facto profundo da vida da Nação está na oscilação do poder entre essas duas formas de conceber a alta direcção das coisas públicas.

Para uma, Portugal é retalho da Península, que em frente do mar estende o variegado tapete das suas oito províncias. Povo de guerreiros e de agricultores que a força da História fixou à beira do Oceano, o seu bem-estar, como o orgulhoso sentimento da sua independência estão entranhavelmente ligados a esta faixa de terreno europeu que é a pequena casa lusitana.

Com ela se confundiria a própria idéa da Pátria. Para lá do mar as gerações heróicas deixaram-nos as colónias, que são o glorioso pecado da juventude, que decerto amorosamente se acarinha e que com orgulho se invoca—como quem, já na idade madura, relembra lindos feitos da mocidade—mas que não constituem essência da própria vida da Nação. Esse modo de pensar—que não quero levar até às suas últimas conseqüências—tem por consecutório natural concentrar na metropole até ao extremo limite possível as energias e os recursos da grei; a direcção política do País deve deixar-se dominar pela idéa de que se é este o lar do povo, devemos organizar-nos, viver, traçar as vias da nossa ambição como se todas as razões da vida nacional fossem ibéricas.

Para que a dolorosa inquietação de ir buscar longe, entre os perigos, incertezas, duras angústias que apagam na alma tóda a doçura de viver, enquanto tivermos a fortuna certa, no alegre revolver da terra, e no trabalho dos litorais, sob o esplendor deste céu e a fecundidade de uma natureza que gera a abundância, como perene graça de Deus?

Criar-se-ia assim a idéa de uma hierarquia de interesses nacionais—os da Metrópole primeiro, os do Ultramar depois. As colónias seriam o luxo e a glória e o oneroso prolongamento da verdadeira pátria.

Já as vozes destas se ouviram em Ceuta, e depois, através de mais de quinhentos anos de História, quando o Império exigiu sacrifícios em dinheiro, em

sangue ou em vidas. Tem longa e velha ascendência esse espírito: nem lhe falta a grandeza dos versos dos «Lusiadas» a dar-lhe seu ar de nobreza: e muitos pretendem que o bom senso milita do seu lado.

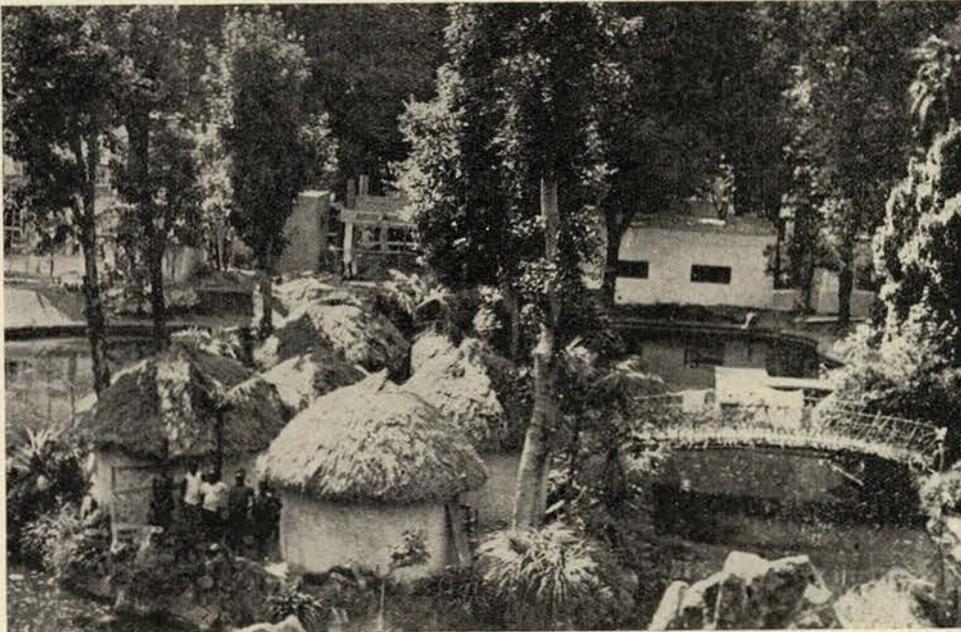
### O rumo universal do povo português

Mas a verdade é que essa Pátria de pequenos lavradores e humildes mareantes não foi a que o passado nos legou. O Atlântico chamou-nos e afeiçoou-nos muito cedo, marcando à nossa vida de povo o seu rumo universal. Depois de Ceuta para sempre deixámos de ser uma nação das Espanhas. A Pátria repartiu-se pelo Mundo.

A sua História encheu-se de nomes que nada têm de romano ou de godo. Entrámos a batalhar em todas as partes da terra, com gente de todas as raças. Levámos a fé e a glória do nome português até ao mais recuado oriente. O arado parecia coisa pequena para as nossas mãos de gigantes quando os braços lusitanos se estendiam, para oriente e para ocidente, até envolverem a terra. Ao longo de costas remotas, restos de orgulhosas fortalezas—em territórios de que já perdemos a lembrança—atestam ainda que ali foi Portugal.

Palavras da nossa língua entravam em mil línguas e dialectos diferentes, na África, na Ásia, na Oceânia. Momentos houve em que, por singular paradoxo, a Europa era, no Mundo, o que menos nos interessava. E quando aqui, por mau passo da História, a independência se apagou, pedaços de Portugal ficaram ainda, até ao fundo da Ásia, a marcar indomavelmente a sua existência livre, afirmando a continuidade da vida nacional. Esta Pátria universal foi a que recebemos da História—filha do génio português e sua imagem.

Como trocar a sua imensa grandeza, pela cômoda mediania da pátria rural que alguns nos ofere-



Um rincão pitoresco da I Exposição Colonial Portuguesa:—Aspecto da aldeia bijagoz construída sobre o lago dos jardins do Palácio

cem como modêlo, acorrentado ao torrão peninsular, com o Oceano a isolá-la dos povos que descobriu—talvês com marcos fontenários em todas as ruas e praças, mas com pequenos interesses para além do mar? O espirito ultramarino impediu a nossa fusão no corpo peninsular e deu-nos individualidade própria, inconfundível. Salvou-nos como nação—mas põe em pé de igualdade todas as partes da terra que formam Portugal. E já que nada pode impedir que interesses espalhados pelos vários cantos do globo sejam a nossa vida, reclama para todos os mesmos desvelos, cuidados e sacrificios.

Já se disse que mais comoda é a existência dos povos que apenas em si pensam do que a daqueles que sobre os ombros tomaram a pesada tarefa civilizadora que o comando dos mortos nos impõe. Na verdade são sempre mais tranquilos os dias do homem que, sem ambições, lavra a terra e, modestamente, apagadamente, com seus frutos se contenta, do que os de quem, devorado por grande fogo interior, se abalança à empresa de elevar a sorte dos outros, criando riqueza, semeando ideias, educando, melhorando. Mas nenhum povo pode confinar a sua vida nesta negação total de grandeza e de ambição. O mesmo seria que condenar-se à morte.

### **Nas colónias temos a solução do nosso problema demográfico**

Nós nunca poderíamos tomar esse rumo. A nossa população conserva altas percentagens de crescimento. Se ainda se não atingiu aqui o máximo demográfico possível, todos os dias caminhamos para êle a passos céleres. Onde colocar os excedentes demográficos que se adivinham e que, pela fraqueza dos actuais movimentos emigratórios, só por milagre de administração não fazem sentir já na nossa economia, de modo incomportável, o seu peso?

As colónias têm a chave desse grave problema demográfico. Só por isso deveriam ser consideradas elemento essencial da Nação. E tanto na ordem económica como na ordem política e sentimental são-no de facto.

De testo a actividade colonizadora está-nos no sangue. Não saberíamos nem poderíamos viver sem ela. Mas é preciso que dêste facto tiremos as necessárias conseqüências.

Argumentou-se já contra o activo prosseguimento de uma politica colonial, dizendo-se que era incomportável atitude de grandeza. E contudo nada mais falso. Nós defendemos uma politica de meios modestos: politica pertinazmente seguida, firmemente orientada, disciplinarmente executada—mas sem aparato e sequer sem emprêgo simultaneo de grandes capitais, politica de conjugação de esforços, de energias, de meios de acção, em que a metrópole não negue a ajuda de uma solidariedade indispensável e em que as colónias se entreguem livre e confiadamente à experiencia superior da Mãe Pátria; que exija a severa manutenção da ordem financeira e imponha a observância dos principios que constituem a salvaguarda do crédito público não é já ponto discutível: mas que nunca dê aos que mourejam nas colónias a impressão do abandono, do isolamento ou da inercia.

Politica que faça do Império uma colaboração efectiva, indestrutível coesão de tudo que é português a caminho de dias melhores; politica de pro-

tecção mútua e de tal amparo que os interesses de um dos membros da grande comunidade portuguesa sejam os interesses gerais e guardados de tal modo que nenhuma diferença entre elas existam, e que o mais fraco se sinta, na justiça e no amor de todos, igual ao mais forte.

Para efectivar este pensamento de solidariedade, que luminosamente o Acto Colonial inscreve entre os principios essenciais da nossa organização politica, não são precisos capitais imensos: seria contra a razão negar a necessidade do estabelecimento de correntes certas e lentas do capital e das iniciativas, depois de criado além-mar ambiente que lhes seja favorável—mas acima de tudo é indispensável para a resolução dos problemas coloniais manter bem rubra a chama do espirito de solidariedade.

Mais se faz com êle do que com montanhas de ouro. Sem a sua ajuda, que está na humilde origem da vida, nenhum empreendimento conseguirá ir metódicamente até ao fim. As melhores iniciativas terão a cada passo de lutar com a indiferença quando não com a hostilidade. Se não toparem diante de si com o desdem, terão de vencer a incompreensão ou o desconhecimento.

Nenhuma empresa, por mais útil ou benéfica que se antolhe, poderá dêsse modo criar raizes. O desenvolvimento colonial caminhará ao acaso, sem harmonia de movimentos, sem integração no conjunto nacional; e será não como a árvore que enquanto estende pelo espaço o grande docel de seus braços finca mais fundo no solo as raizes para durar, mas como a fôlha que o vento leva.

Realização dêste espirito de solidariedade local, a Exposição Colonial é um grito de protesto contra a concepção agrária da nossa existência, a prova material da extensão do poder criador, da virilidade das províncias ultramarinas de Portugal.

### **A panacea dos empréstimos não liquida dificuldades económicas**

A mentalidade rural é poderoso inimigo da actividade colonizadora. Mas não é o único. Outros, que conveniente seria desalojar das suas posições, existem infelizmente—e fortemente entrincheirados atrás de apregoado amor pelas coisas ultramarinas. São erros que de longe vêm, opiniões que os interesses radicaram ou que um pensamento de coerencia pessoal fez petrificar e que nada remove—nem a experiencia, nem as derrotas, nem a própria evidencia. Homens que por serviços se tornaram ilustres professam-nas por vezes com pertinacia—talvês como sistema de defesa do que um dia fizeram, ou como forma de ocultar o erro em que caíram ou como convicção adquirida e inacessível à luz. Em qualquer caso é lastimável. Essas opiniões fazem mal.

Tenho de referir-me a alguns—que esta é boa ocasião.

Em primeiro lugar devo chamar à barra os que só concebem uma solução para os problemas ou dificuldades coloniais: o empréstimo. Há desordem nos orçamentos, excesso de despesas, desperdícios curáveis? Há «deficit», exagêro de serviços, dívidas atrasadas, empregados a mais? Há obras a fazer, reparações, exercicios findos a pagar? Há desequilibrio nos serviços de natureza industrial quebra nas receitas, deficiências no trabalho de cobranças? Os

negócios paralisam. os «sotcks» acumulam-se, os preços baixam? O empréstimo é a panaceia: dará infalível cura a todos os males.

Vi já, com autoridade defendida a seguinte doutrina em relação a uma colónia em que, por má visão financeira a dívida ficou para além de todas as suas possibilidades, não só de reembolso mas até de pagamento de juros: como remédio aconselhava-se que tomasse o País para si quasi toda a dívida existente, que desde já fizesse novos empréstimos à colónia. Confesso que, neste caso, por muito que respeite as opiniões alheias, me parece que se atingiu o absurdo.

Na confusão dos factos económicos e das suas conseqüências, difícil é descortinar sempre e de modo certo a linha da verdade: errar tem, por isso, muitas



Um dos grupos de Guiné que figuram no certame Colonial do Pôrto

vezes desculpa. Mas, persistir desta forma no erro, não será exceder as barreiras da humana tolerância?

Durante largo tempo, em Portugal contraíam-se empréstimos para ir pagando empréstimos: anular os que se não podem pagar, para contrair outros que, segundo todas as probabilidades, se não podem pagar também, não parece ser coisa muitas vezes vista no Mundo.

Há na verdade, grandes ilusões sobre o papel que nas finanças coloniais os empréstimos podem desempenhar: e bom seria que se desvanecessem, para vantagem da obra colonizadora de todos os povos.

Na maior parte dos casos em que o seu emprêgo é aconselhado ou prementemente solicitado, podem servir, quanto muito, para afastar do presente difficul-

dades e multiplicá-las no futuro. Mas criou-se por toda a parte a superstição do empréstimo—a-pesar-da experiência mostrar que esse processo só deve ser empregado para obras certas, reprodutivas, pormenorizadamente estudadas com suma economia, dentro de possibilidades orçamentais inegáveis e não de fantasias. De outro modo, conduzirá sempre à falência financeira e constituirá alto obstáculo ao desenvolvimento económico.

Quem fizer crer às massas que, fora da função indicada, pode o empréstimo desempenhar papel útil, desserve a causa da colonização, contribuindo para criar esperanças que, dificultando a acção dos governos, são causa de desanimo, de desconfiança e, até, de paralisação de energias. A defesa da doutrina contrária, facilmente pode dar grande popularidade—quem a defender pode servir-se a si próprio, mas não servirá o País.

Muitos países da África e Ásia sentem, hoje, pesadamente o efeito de uma política de empréstimos imprudentemente seguida. De entre as nossas colónias, Angola sente-os dolorosamente. O aumento da sua dívida nos últimos anos é conseqüência quasi apenas da acumulação dos juros dos empréstimos feitos antes de 1928: as feridas abertas na sua fazenda e na sua economia têm exigido duros sacrificios e honestamente não podem ainda dizer-se curadas.

### A fixação dos colonos brancos em África

As facilidades de crédito público geraram a curiosa mentalidade dos que só na execução de grandes planos de colonização vêem a salvação do Ultramar. Dentre esses, os mais numerosos são os que sonham com a fixação de enormes massas de gente, bruscamente, nos grandes espaços vazios do centro de África. Fazendo colonização como quem desenvolve uma demonstração matemática, facilmente instalam milhões de homens nas mais inhospitas paragens.

Diríamos que o caso não era merecedor de reparos se estes coloniais—que, em regra, do Mundo pouco mais conhecem do que Genebra—não falassem de muito alto, criando uma espécie de opinião europeia fácil de enganar por ignorante, semeando ilusões que podem ser perigosas—e contra as quais todos os povos colonizadores têm de precaver-se. O perigo a todos ameaça.

A verdade é que a fixação de colonos brancos em África é obra que exige muitos esforços, um poder de organização acima do normal, desinteresse no comando, disciplina absoluta da parte dos executantes, conhecimento profundo do meio, firme exemplo de dedicação—e que só pode fazer-se lentamente. Mais fôrça tem a iniciativa individual—económica, activa, pertinaz, não quebrando diante do sofrimento—do que todo o poder do Estado, que em regra não consegue mais do que transformar em burocráticos os que, como colonos, demandam a sua protecção.

Por reconhecerem esta verdade abandonaram já alguns países de África os velhos sistemas de colonização directamente provocada e enquadrada por representantes seus: e sabendo que, em regra, o espirito de aventura não leva da Europa os mais capazes mas os mais ousados, em vez de abrirem largamente as suas fronteiras, como antes faziam a todos os nacionais, exercem agora sobre os que chegam



Um lindo trecho da Exposição:— Outro aspecto da aldeia bijagoz, sôbre o lago

ntensa fiscalização; exigem de cada pretendente a colono a posse de capital elevado e de saber agrícola que constitua já uma formação profissional a garantia de êxito.

O tempo do emigrante que como riqueza levava o seu braço e como ciência a simples vontade de fazer fortuna parece ter passado. As idéas de selecção e preparação do colono parecem dominar a moderna actividade ultramarina. Não quer nenhum país repetir os casos de falência e de miséria que a desordenada entrada de colonos provocou por tôda a parte.

O número importa menos do que a qualidade.

Ao lado dêstes inimigos da actividade colonizadora formam os que sonham com os grandes planos de obras—uns em extensão, porque os seduz a quimera de remover montanhas, outros no tempo, porque, atraídos pela miragem de ditar a lei ao desenvolvimento de um país durante períodos largos, supõem possível prever num plano acontecimentos que, para se desenrolarem, vão exigir o curso de 10 ou de 20 anos. Nem sempre o puro ideal do bem público inspira os que advogam essa atitude governativa. Não deve perder-se de vista que grandes interesses industriais andam ligados à sua adopção: e isso deve amortecer os entusiasmos.

Na vida económica de hoje é possível apenas fixar objectivos gerais, longínquos, a direcção da vida, os primeiros guias: mas os planos têm de architectar-se para execução a curto prazo. O aperfeiçoamento da técnica e a mudança das condições políticas, económicas e financeiras depressa lhes roubam o valor. Mal conhecemos ainda as imensas possibilidades da África.

Os estudos feitos pelos países colonizadores mostram apenas a superfície das coisas. Não é com elementos incertos, imperfeitos, que honestamente

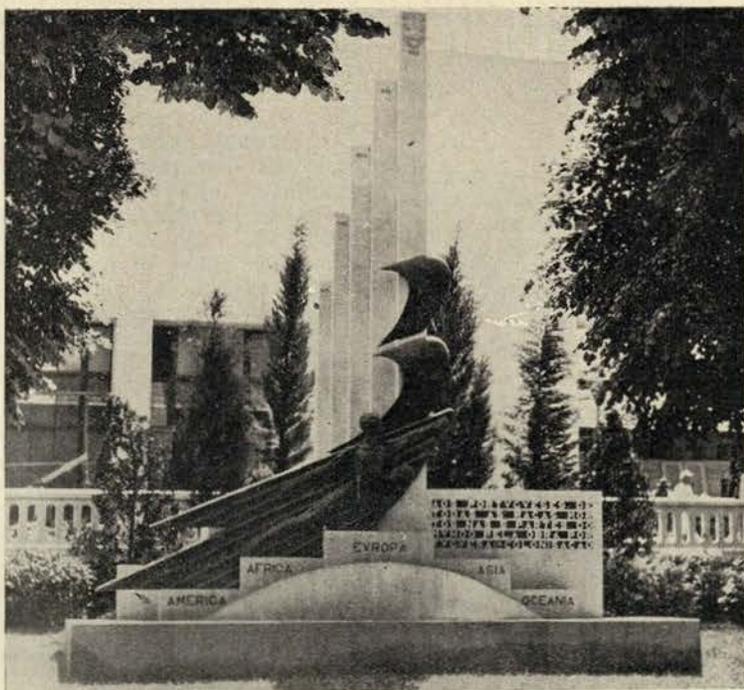
podem estabelecer-se planos de fomento: tudo o que nessa matéria passar além de pequeno número de anos pode servir a política de um dia, criar esperanças, acender: mas em breve tempo todo o cachoar de entusiasmos se terá transformado em desilusões ou desespêros. Já fizemos essa experiência.

### Os perniciosos abusos do crédito

Não posso deixar de citar aqui os que tudo esperam do crédito. Ao colono perdido no sertão, a braços com dificuldades de tôda a ordem, sem excluir as que a doença cria, lutando contra a dureza do clima, as secas, os animais daninhos, as distâncias, o fisco, a baixa dos preços—o crédito aparece como a própria imagem da salvação e da abundância.

Chegou-lhes a lenda de facilidades que outros dão, falaram-lhes da possibilidade de dinheiro barato e abundante a prazos largos, prometeram-lho talvez fizeram luzir a seus olhos a imagem de Bancos que acodem a todos os embaraços, remedeiam a escassez das colheitas, esperam pela abundância, evitam as consequências da queda das cotações—e para êles se virou tôda a esperança dos que lutam na selva e sofrem as suas traições.

Criou-se assim grande multidão de aflitos que não pode receber consolação. Nunca comprehendí que se explore assim com a ansiedade de tanta gente. A transformação do crédito em simples forma de assistência pública (que por tôda a parte se fez em grande escala) proliferou em tão numerosas ruínas, que criminoso seria repetir hoje os ensaios que as provocaram. Para ser fecundo, o crédito não deve sair dos rigorosos limites que a experiência e a ciência lhe traçam; dentro dêle multiplicam-se em maravilhosas criações. Para além só origina misérias: e



### NA EXPOSIÇÃO COLONIAL

O monumento erigido aos Portugueses mortos pela obra da Colonização

em vez de agir como força criadora, parece com frequência elemento de anarquia e de destruição.

A responsabilidade da grave crise colonial presente pode ser-lhe atribuída em grande parte. Foi já pelos abusos do crédito público e privado que em 1925 e em princípio de 1931 as transferências de Angola estiveram suspensas e que, no primeiro destes anos, a libra chegou no mercado livre a valer mais de 300 escudos angolanos.

#### A acção do Poder Central

Uma outra espécie de inimigos da actividade colonizadora aparece ainda com frequência—tanto em Portugal como lá fora: os que tudo fiam dos plenos poderes dados aos governadores. Enraízou-se por tal forma essa opinião em certas zonas, aliás desinteressadas e de boa fé, que nenhuma culpa do que nas colónias se faz ou não faz deixa de ser atribuída ao Governo Central. Daí o desejo de concentrar na colónia todos os poderes.

Há nisto uma parte de ódio à fiscalização, uma parte de revolta contra a impossibilidade de realizar tudo o que acode à imaginação, misturada a necessidade que satisfaz os mais profundos instintos do homem de concentrar num responsável as culpas de toda a gente.

Se um inspector vai às colónias, julga-se que a viagem representa apenas favor pessoal e é inútil dispendio de dinheiro; critica-se sem piedade a exigência do cumprimento da lei; a burocracia ataca como impertinentes todos os pedidos de esclarecimentos e acolhe com hostilidade todas as discordâncias. Mas, por singular paradoxo, ao mesmo tempo, sempre que há mal que exceda as possibilidades do

momento, exige-se pronto remédio para tudo, depois da simples exposição da dificuldade em telegrama breve, a pedir solução telegráfica também, para o que reclama longas locuções e é muitas vezes impossível de remediar.

Tempo houve em que o regime dos Altos Comissários deixava o Terreiro do Paço na ignorância de tudo o que acontecia. Sabiam-se as cousas pelos jornais. Era um tempo santo para o funcionalismo; mas quando as contas começaram a chegar, verificou-se que para a Nação não tinham corrido os dias tão amenos. E quando, em 1930, se apuraram as contas, verificou-se que nalguns pontos tinha esse tempo sido verdadeiramente diabólico. Há sempre duas partes distintas a considerar em qualquer obra de Governo, grande ou pequena: fazer e pagar. Permite-me achar de pequeno vulto o trabalho dos que apenas sabem mandar fazer, bem ou mal, deixando aos outros o cuidado de pagar.

Está Portugal repartido por várias partes do Mundo; os territórios que o constituem estão longe uns dos outros e sem ligação fácil; basta olhar para o mapa para se concluir que os plenos poderes serão fatalmente a anarquia. Sem razão superior que coordene as actividades e as dirija, será tendência natural de cada colónia cerrar-se em si, e, se supuser que isso lhe convém, opôr até os seus interesses aos das outras. O egoísmo é a lei das nações. A breve trecho aparecerão rivalidades que na vida nacional se podem transmutar facilmente em fermentos de desagregação.

O princípio da unidade, procurando a harmonia de todos os interesses, exige a compenetração e conciliação de poderes, das autoridades ultramarinas e centrais, deixando a cada colónia o que em bom

critério lhe pertença, tomando para a Metrópole o que fôr geral ou comum. A experiência já mostrou os perigos a que pode conduzir-nos a aplicação de doutrina diversa.



Ao lado dos que aí vão indicados—e que são os adversários maiores do verdadeiro espírito ultramarino, porque sacrificando-o a teorias ou preconceitos, arrastam as colónias para perigosos passos—outros existem, mas menores: os que tudo esperam das reformas dos serviços, como se o mal estivesse só na lei e não nos homens, como se bastasse aperfeiçoar aquela para que estes melhorassem também; os que vivem na ansiedade de tudo fazer num dia, como se o tempo não fôsse um dos maiores obreiros de todas as coisas grandes e não houvesse em todas as reformas, em holocausto à solidez, de lhe atribuir uma parte larga; e, sobretudo (e é grupo numeroso e incomodo), os que da obra que os interessa esperam a salvação definitiva da obra colonial; e nada se pode considerar feito, enquanto ela não estiver pronta.

Pela acção destes, algumas vezes tenho visto considerar como essencial à vida ou à economia duma colónia o que é secundário ou mesmo sem interesse. Mas, como o favor de benevolos arautos, conseguem por vezes levantar tal alarido contra tudo o que não representa a realização do fim que têm em vista, que se tornam verdadeiramente incomodos e daninhos.

A Exposição Colonial é uma forma activa de combate a todas estas formas de hostilidade à nossa actividade colonizadora. Mostra como, com pequenos meios, quasi todas as colónias, ajudando a Metrópole, conseguiram fazer muito e, como, administrando-se dentro de uma certa harmonia de vistas, atingiram níveis de trabalho e de civilização quasi à mesma altura: prova que, para as collocarmos no plano de occupação e de desenvolvimento em que se encontram e que não perde no confronto com possessões estranhas, não foi preciso o emprêgo de grandes massas de capitais; e também revela que nunca faltou o capital necessário para o metódico prosseguimento da nossa tarefa. E este é, na verdade, o ponto essencial.

### **A Exposição é o fruto de uma política de equilibrio e de unidade**

Dêste modo se vê que a Exposição que amanhã vai ser franqueada ao público é o fruto de uma política de equilibrio e de unidade.

As colónias figuram aqui, não como indivíduos que isoladamente seguissem o caminho da sua ambição, mas como conjunto que harmónicamente tentamos desenvolver—o Império. Interessaram-nos antes os resultados globais obtidos do que os «records» de uma ou de outra colónia. É por aqueles e não por estes que uma obra civilizadora pode ser medida. E nós pretendemos atingir um nível geral e alto de trabalho e não realizar, neste ou naquele ponto isolado, qualquer pequeno prodígio de política indígena.

A Exposição pretende mostrar que o segredo dos nossos triunfos ultramarinos esteve sobretudo na parte que sempre tivemos de proporcionar os meios

de que dispunhamos aos fins que procuravamos atingir e que o indígena é o nosso principal cuidado, hoje como nas épocas longínquas e gloriosas, em que os nossos primeiros missionários levaram até ao último Oriente a palavra de Cristo e nome português.

Dêste modo procuravamos cumprir três designios essenciais—sentimental, um; político, o segundo; e económico, o terceiro.

Á sombra da nossa bandeira, no nobre solar europeu da Nação, vindos de todas as colónias, confraternizam, hoje, portugueses de todas as raças, na representação simbólica do que somos. Levaram daqui, a pureza do sentimento com que foram recebidos, a certeza do nosso amparo e do nosso interesse pela sua existência.

Terão visto, nas cidades e campos que atravessaram, a serenidade da nossa vida e o seu progresso. A superioridade da nossa civilização impôr-se-lhes-a como uma evidência. Para as suas aldeias levarão o orgulho de pertencerem a esta comunidade. Ficarão mais perto de nós. No silêncio das imensas planícies africanas ou sob a verde sombra das florestas tropicais, na velha Índia, na China ou no fundo da Oceania, ditado talvez pela fantasia e pela saudade, tomará corpo a narrativa de tudo o que aqui viram— a opulência e a grandeza das cidades, a riqueza da gente, a densidade das multidões, a trepidação constante, as luzes, o ruído, a policromia das coisas, tudo o que na vida de hoje é claro, clamor ou agitação, e que sendo para nós turbilhão confuso de que se foge, deslumbrará o seu olhar, afeito apenas à virginal simplicidade da natureza.

Com o afecto e a saudade que levarem daqui, o amor e o orgulho de Portugal elevar-se-ão; o Império ganhará novas e activas fidelidades.

Em contrapartida, toda essa gente que de tão longe veio para se mostrar aqui, pela primeira vez dar-á ao nosso povo a noção exacta da sua vastidão na terra, das suas responsabilidades perante tantos milhões de seres que de nós esperam o fraternal amparo que para sempre os liberte da secular fraqueza em que vivem, das suas largas possibilidades e reservas no Mundo. Nomes que andam na tradição popular e se repetem de cor tomarão de repente forma e significação.

### **A Exposição restitui o povo português à consciência dos seus deveres e das suas responsabilidades**

Saimos vagarosamente da longa época de descrença e de apatia. O povo tinha perdido a fé em sítio próprio. Durante mais de um século ouviu falar apenas em direitos, reivindicações, liberdades—como se esse fosse o caminho da dignidade e da abundância. Esqueceu-se do que tinha e do que valia. A Exposição Colonial vem lembrar-lho. Ao mesmo tempo que pretende repô-lo no seu orgulho de velhas eras, quere restitui-lo à consciência dos seus deveres e das suas responsabilidades. Provando-lhe o que têm feito no Mundo, servir-lhes-á de incitamento para novas empresas.

Economicamente espero que—depois da cerrada política de estreitamento comercial que se tem posto em prática, e cujos resultados estão à vista já na elevação nos últimos anos das percentagens da importação portuguesa nas colónias—a Exposição deu

origem a novos laços de interesses entre o Portugal Aquém e de Além-mar. A-pesar-de todos os esforços feitos—estas coisas só lentamente caminham—a indústria e o comércio nacionais têm ainda imenso campo do trabalho aberto á sua iniciativa e acção. Das colónias pode dizer-se o mesmo em relação à metrópole.

Não quero cansar-vos com números. Direi apenas que, ainda há dias, verifiquei que em cêrca de 300.000 contos de produtos comprados pela metrópole ao estrangeiro em 1932—e que todos podiam ser fornecidos pelo Ultramar, êste só tinha vendido 17.000.

Aumenta, a passos de gigante, a nacionalização do comércio em certas das nossas colónias. Exigir que aumentasse simultaneamente em toda a parte, seria talvez pedir o impossível!

Citarei como o mais importante dos resultados obtidos o caso de Angola: em 1929, último ano do período de negócio intenso que se seguiu à Guerra, colocou a indústria metropolitana naquela colónia

simples actividade legislativa—em cuja influência não confio inteiramente. Tenta ligar interesses, convencer, afirmar possibilidades.

Depois das leis reguladoras do sistema de transferências editadas para Angola, Moçambique, e Timor, publicaram-se providências que, como os decretos 23:018 e 23:920, tentam estabelecer o quadro de uma economia imperial. Mas a seu lado e para que os resultados que tínhamos em vista alcançar não demorassem e não viessem anarquicamente, fizeram-se as Feiras de Amostras de Luanda e Lourenço Marques—que pelo brilho e importância que revestiram marcaram um movimento de decidida aproximação comercial.

Tive então a fortuna de ver em Angola e Moçambique luzida missão de industriais portugueses, que de espírito aberto à compreensão das grandes necessidades da vida nacional, no estudo das possibilidades locais, recolheram os elementos precisos para mais largos empreendimentos. Contemporaneamente realizaram-se conferências comerciais.



Outro grupo de indígenas africanos hóspedes da Exposição

39 por cento do valor das suas importações; em 1930, desceu essa percentagem para 37 por cento; em 1931, publicada a lei das transferências, que introduziu profundas modificações na pauta da colónia as vendas nacionais subiram para 44 por cento; em 1932, fez-se a Feira de Amostras de Luanda, e as vendas subiram para 48 por cento; em 1933, atingiram 55 por cento. Ainda um último esforço nesta subida e a metrópole terá atingido, na colónia, o máximo possível de vendas.

O comércio de Angola será praticamente seu. Julgo que a Exposição Colonial poderosamente concorrerá para êsse resultado.

### A economia imperial

Vem esta, Senhor Presidente da República, na lógica de uma política económica que no seu desenvolvimento procura servir-se de um conjunto de meios de acção que se completem. Não se isola na

A de Luanda sobretudo deixou um capital de estudos e de idéas que durante muito tempo poderá servir de guia a quem pretender embrenhar-se nos problemas da colónia. Depois da Conferência Imperial de 1933 foram criadas, na sequência do mesmo pensamento—para, dando carácter de permanência ao esforço feito, e não consentir na perda de uma polegada de terreno ganho, servir de base activa a maiores conquistas—as Casas da Metrópole em Lourenço Marques e Angola, as Casas do Ultramar em Lisboa e Pôrto. Confio em que daqui a poucos meses essa organização esteja de pé.

### O Pôrto e as colónias

Foi dentro dêste ambiente de acção prática que surgiu no Pôrto a idéa de realizar a primeira Exposição Colonial. O Ministério das Colónias acolheu-a com alvoroço. Ofereciam-se-lhe duas ordens de elementos de incedível valor: em primeiro lugar, para

a realização, almas de portugueses antigos, pertina-  
zes, experimentados na realização de iniciativas au-  
daciosas, confiantes no futuro, certos do êxito do seu  
designio magnífico.

Citar os seus nomes seria ferir talvez o sentimento  
de orgulho que legitimamente podem ter por, em  
favor do País, terem realizado a mais bela obra: os  
seus nomes estão na bôca e no coração de todos,  
nesta hora que devem considerar de imarcescível  
triunfo. Para eles vão as homenagens do Ministério  
das Colónias.

Depois ofereciam-lhe êste quadro sem par que  
é a cidade do Pôrto, reclinada sôbre o Douro, à  
beira do mar, orgulhosa do passado, certa do futuro,  
franca e confiante em si, guardião das mais velhas e  
nobres virtudes lusitanas e, para mais, colocada no  
centro de região entre todas populosa, com hábitos  
de emigração, profundamente interessada nas empre-  
sas ultramarinas e desejosa de nelas aumentar ainda  
o seu quinhão.

Não podia desejar-se melhor. Como hospedeiro  
magnífico, o Pôrto, solar da raça, abriu liberal-  
mente, à moda antiga, as suas portas ao Império,  
oferecendo-lhe o calor do seu coração, a graça e a  
formosura das suas mulheres, o perfume, o viço e a  
frescura dos seus jardins, as fantasias de oiro e pur-  
pura dos poentes sôbre o Douro e sôbre o Atlântico  
e, mais do que isso tudo, o seu poder de trabalho e  
de organização, a sua vontade de bem fazer, o seu  
enternecido entusiasmo.

Depois de dons tão preciosos, só por feia tradi-  
ção das cousas podia esta festa, em que se casam o  
passado e o futuro, faltar ao brilho que promete.  
Não faltarão. Ao Pôrto terão as colónias de guardar  
duradoura gratidão: o símbolo da aliança que hoje  
é selado aqui tem-no V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente da  
República, no grupo, prodígio de promessas, que o  
rodeia:—segurando nas suas generosas mãos as ban-  
deiras que viram as conquistas e os mares longín-  
quos—a mocidade do Norte à volta das colónias,  
como que a fazer o juramento de as amar, de as  
engrandecer, de as servir, sem limites.

## II

### O Discurso do Sr. Capitão Henrique Galvão

*«Em matéria colonial  
não foi invejável a he-  
rança que a actual ge-  
ração recebeu».*

**S**EGUIDAMENTE usou da palavra o sr. capitão  
Henrique Galvão, para proferir o seguinte  
discurso:

Os homens da minha geração vieram ao  
Mundo dentro dum País pequeno. Felizmente, vê-se  
que pretendem morrer dentro dum Império. Desde  
êsse humilhante ponto de partida até à realidade im-  
perial que constitui, de facto, o mais alto objectivo  
da Nação, há um longo caminho a percorrer—ca-

minho que se vence dia a dia, com o trabalho, o  
entusiasmo, a persistência e a firme vontade que são  
próprios dos ideais que ressurgem. Numa passada  
dêsse caminho, cujo termo finalmente se enxerga,  
mas que—não—tenhamos ilusões—será ainda longo,  
difícil e árduo, faz-se a 1.<sup>a</sup> Exposição Colonial Por-  
tuguesa, como uma contribuição dinâmica para a  
obra nacional de ressurgimento. A herança que os  
homens da minha geração receberam, em matéria  
colonial, como em tantos outros capítulos da activi-  
dade nacional, não foi invejável.

Do fundo do barranco, aberto em 1820, pelo  
contágio de ideologias, que a inferioridade dos ho-  
mens permitiu que se substituíssem ao ideal, claro e  
limpido, da nacionalidade, tinham, para trás, cem  
anos de política torpe; para a frente, tôdas as dúvi-  
das e incertezas que acometem as gerações diminuí-  
das na sua confiança, na sua fé e na sua fôrça. Não  
era invejável a herança.

O rápido clarão da epopeia acendido pelos sol-  
dados de África em Coolela, Chaimite, Cazoagongo,  
Cuamato—Mousinho, Caldas Xavier, Couceiro, João  
de Almeida, António Enes—tinha esmorecido com a  
morte duns, o exílio doutros, o êxito da mesma polí-  
tica, que, já antes deles, asfixiava o País entre o Ter-  
reiro do Paço e S. Bento.

Nós viemos ao Mundo num País pequeno, e na  
decadência inglória do Saldanha, do Costa Cabral  
—da Patuleia.

Os outros os maiores nem os entendíamos, senão  
como sombras de que os nossos pais e avós faziam  
pendões de arraial e passa-culpas de erros e peca-  
dos correntes. Portugal—na concepção mais ampla  
—estirava-se de Melgaço até Olhão. Na realidade,  
pouco mais além ia do que aos confins do Terreiro  
do Paço.

E todos nós ignorávamos, inclusivamente, a he-  
roica teimosia com que uns escassos milhares de  
«aventureiros»—pois assim se julgaram êsses homens  
—sem estímulo, sem amparo, sem amor, continuavam  
a defender, em mais três partes do Mundo, a sobe-  
rania e os bens morais e materiais de Portugal.

A paisagem pode parecer exagerada, porque os  
anos passaram e a memória dos homens é frágil,  
quando as situações mudam para melhor—mas, essen-  
cialmente, era esla.

E acentuou:

—Não tínhamos rumo nem, de momento, ne-  
nhuma finalidade a atingir na ordem internacional.  
Praticamente, tínhamos abandonado as colónias, ofi-  
cialmente quasi que nem em teoria as considerá-  
vamos.

Foi assim desde 1820 até 1910—mesmo quando  
Sá da Bandeira e Andrade Corvo, generosamente,  
se bateram pelo verdadeiro sentido da nacionali-  
dade, mesmo quando a geração heroica da ocupa-  
ção militar fixou fronteiras que a política tinha dei-  
xado encurtar ou desvanecer—porque o Estado e a  
Nação suspensa da sua teta mirrada demoliram uns  
e apenas se serviram dos outros para os explorar  
em triunfos políticos, que não para os secundar.

Foi assim muito tempo depois de 1910, quando  
a desorganização geral, a desordem sistemática e as  
ideologias sangrentas de «clans» desvaireados fizeram  
da política um instrumento de baixaza, ainda mais  
torpe e desastinado.

No lugar dos conselheiros balofos e formalistas  
alcandoraram-se os arruaceiros e os iconoclastas.

A paisagem, repito, pode parecer exagerada, mas façamos um esforço de memória e recordemo-nos: no fundo era assim.

Só têm o direito de possuir colónias aqueles povos que, na ordem internacional, têm uma finalidade a alcançar.

E nós, embora durante um momento—que, todavia, durava há cem anos—tínhamos esquecido as colónias, que para Portugal são as determinantes da sua finalidade internacional—finalidade que corresponde na sua História, não ao acaso e às combinações de Poder, onde outras nações coloniais encontraram finalidade semelhante, mas sim a uma fase da sua evolução histórica, fortemente accionada pelas virtudes e pela capacidade da raça.

Era, realmente, tempo de arripiarmos caminho e reconquistarmos o prestígio e o terreno perdidos!

—Notemos como a História de Portugal reflete sucessivamente: com a formação do reino, uma finalidade peninsular; com a luta contra os mouros—luta que é nitidamente a defesa da Europa contra o elemento anti-europeu—uma finalidade europeia; finalmente, com a nossa expansão ultramarina, uma finalidade mundial.

As primeiras foram inteiramente alcançadas. Há uns anos apenas, mas com o vigor de quem sabe querer e renasce de entre cinzas, estamos franca-mente no rumo da última.

### A sensata opinião dum escritor inglês

Mas prossigamos: Um inglês, que há mais de vinte anos escreveu sobre Portugal um livro admirável de imparcialidade, e que soube descortinar no período decadente que estamos recordando, as virtudes que os nossos defeitos políticos paralizavam—o sr. Aubrey Bell—no «Portugal of Portuguese», dizia, em capítulo referente às nossas colónias:

«Contra a idea dos que afirmam que Portugal está morrendo aos poucos, deve opôr-se um vigoroso protesto. Se, porventura, se fala no futuro de Portugal, não faltam sépticos que perguntem: Mas tem Portugal um futuro? Ora, o que devemos responder é que Portugal, não só tem um futuro, mas também que esse futuro é grandioso. A sua posição é duma Nação que, tendo realizado grandes feitos, outros maiores tem para levar a cabo. E não é, de forma alguma, «un peuple qui s'en va», é antes, «un peuple qui revient».

Este inglês, mais clarividente do que a maioria dos portugueses, profetizava com razão o próximo advento duma era de ressurgimento, de reintegração, de elevação. São ainda do mesmo capítulo as seguintes palavras:

«Efectivamente, no século XVI, podia dizer-se que Portugal, tendo conquistado o Mundo inteiro, acabou por perder a própria alma. Mas hoje é um destino inteiramente oposto o que se lhe depara. Que se inicie o desenvolvimento e prosperidade do País e que a sua expansão se sinta entre estranhos, e ninguém mais poderá contestar que elevar Portugal do estado atónico em que se encontra, até à posição de um País florescente e feliz, seja uma empresa que não mereça tantos louvores como os que foram conquistados outrora pelo Portugal das descobertas e conquistas.»

Nestas palavras dum inglês, que os portugueses

do seu tempo não compreenderam, estava o programa que a Nação, em 1926, se decidiu firmemente a cumprir.

Já nesse tempo, em que seria apupado e escarnecido, como ridículo, o político que ingenuamente pronunciase a palavra Império, Aubrey Bell, se surpreendia:

«A-pesar-da obstinada resolução de não venderem parcela alguma do seu território, os portugueses não pensam imperialmente.»

### Os portugueses estão de novo, no rumo do Império

—Perante os acontecimentos políticos e a obra nacional que conduziram à realização da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa—hoje que trinta anos são passados—Aubrey Bell não teria que estranhar a



Indígenas da Guiné trabalhando na sua tabanca improvisada

ausência dum pensamento imperial na política da Nação, porque, de facto, estamos outra vez no rumo do Império.

Realmente temos uma missão, uma finalidade mundial a alcançar na ordem internacional. E o seu cumprimento desenvolve-se dentro duma concepção imperial—velha de séculos na História portuguesa—que não tem o significado militarista que tantas vezes anda ligado às idea imperiais, mas sim o da constituição pacífica duma unidade política, moral, espiritual e económica, entre o Portugal da Metrópole e o imenso Portugal de Além-Mar.

Esse pensamento imperial, que se formou, não só por motivos de ordem geográfica, mas também por via duma acção política que os limites da nossa finalidade europeia impuzeram, esse pensamento imperial que Aubrey Bell estranhava não ter sentido entre os portugueses da sua geração—não é pois

uma força que se criou agora, nova e pujante, mas simplesmente um movimento grandioso a prosseguir após um marasmo secular de duas gerações inferiores.

E prossegui-lo é a nossa Missão, é o nosso Dever —é ainda o nosso interesse! Isto não quer dizer que não tenhamos também missões europeia e continental a cumprir. Temo-las, evidentemente, mas essas mesmas estão condicionadas pela nossa posição de Nação Colonial.

De facto, a falência da Europa perante a América, exige uma reorganização espiritual, política e económica da Europa, que se constituirá possivelmente, por meio dum novo continente económico euro-africano, a opôr ao continente económico americano. A nossa posição geográfica e a extensão dos nossos domínios em África marcam-nos um lugar de relêvo nessa obra de alcance eminentemente europeu —lugar que não é, evidentemente, pousio confortável para exhibição das grandezas passadas, mas sim campo de acção e de emprêgo das nossas energias ráticas do presente, como parcelas dum todo europeu.

Finalmente, temos um território continental a elevar; um passado de heroísmo e civilização a honrar; um património espiritual de língua, de cultura e de génio cristão a defender e manter—e seis milhões de almas que precisam viver, não degredadas á condição sérvil duma Colónia de mestiços, mas sim reerguidos ao nível moral dos homens europeus.

É a nossa missão continental. Tinha sobejas razões o escritor inglês para estranhar que em Portugal há trinta anos, se não pensasse de modo imperial.

E proclamou:

—Esta ideia imperialista, que deve dominar de muito alto os nossos destinos e que é a própria ra-

zão da nossa existência como Nação, é uma ideia de Todo, de Unidade inalterável. Nesta unidade se compreendem todos os territórios continentais e ultramarinos, como parcelas indissociáveis da Nação.

E contra a ideia que modernamente, certos povos que não têm colónias e outros que as têm defendem, clamando que só os povos excepcionalmente dotados podem ser colonizadores (dou ao termo «dotado» um significado puramente material), contra essa ideia que nasceu e vive dum propósito de expolição, há que opôr, vigorosa e serenamente os resultados admiráveis da nossa obra, através de tudo e todos os tempos—mesmo quando não linhamos dinheiro, nem um pensamento colonial no Governo, nem a atenção da Metrópole pelas suas colónias. A obra dos últimos cinqüenta anos, por exemplo.

Contra esta ideia ainda nota Lucien Romier, no seu livro «Nation et Civilisation»—um livro luminoso e profundo, na opinião de Ferrero:

«Os europeus emigrantes ou colonizadores, que espalharam no mundo o prestígio da sua civilização, foram precisamente aqueles que tinham partido das regiões menos favorecidas da Europa.»

Voltando ao ponto de partida: Os homens da minha geração nasceram na ignorância, no esquecimento, ou na desoladora indiferença de tudo isto. Nasceram fora do rumo do Império—por consequência, transviados, perdidos, deslocados do trilho nacional secular.

Os seus entusiasmos foram cultivados com ideologias políticas de baixo estôfo, os seus heroísmos dispendidos em contendas fratricidas de rua, a sua cultura amanhã no pessimismo dos críticos, as suas asas cortadas cercas por uma organização de burocratas.

### A desordem política e as suas tristes consequências

—Quando os ocupadores da África voltaram e permitiram que se visse mais longe e mais alto—nós apenas sabíamos dar palmas e vivas, como as dávamos nos teatros, nos touros e nos comícios. A desordem política, sucedendo à inferioridade política, apenas agravou este estado coisas—e descíamos mais.

Mau tempo para encontrar o rumo do Império! Mas a decadência tinha atingido profundidades tão vis, após esse século desastinado de caminhada para o abismo, que a reacção era inevitável.

Há sempre, nos povos como nos homens, forças latentes de renascimento, que acabam por tornar-se activas quando uma violência maior ou mais longa as suscita.

Não vale a pena fazer a história de acontecimentos de ontem. A memória dos homens é frágil, mas todos nos recordamos. Portugal reagiu.

E a Ordem e o Equilíbrio começaram a organizar-se nas ruas, nas organizações e nos espíritos, como um ar puro e novo que limpa e recompõe.

E quando ela se consolidou—ou não fosse a ordem a base indispensável de qualquer movimento sadio—a palavra Império ressurgiu, naturalmente, automaticamente, como o fruto que volta à árvore que se podou, que se limpou que voltou a ter saúde.

Primeiro como uma palavra—logo a seguir como um programa e uma regra (Acto Colonial); e imediatamente nas realizações que, de facto, con-



Os Timorenses na Exposição. Grupo de indígenas junto da sua habitação sobre a gruta do lago

duzem, com desembaraço, com altivez, com serenidade, aos nossos objectivos imperiaes.

E assim tornamos a encontrar o rumo do Império.

Não há colónias prósperas sem Metrópole forte; não há pensamentos altos sem a saúde organizada. O restabelecimento duma política colonial entre nós é a consequência da reforma duma política nacional na Metrópole. Dentro do novo estado de coisas, medram facilmente, com o vigor das vegetações espon-tâneas, tôdas as virtudes, tôdas as energias, tôdas as empresas de ordem e alcance nacionais.

—O rumo do Império encontrou-se no rumo da Ordem e do Equilíbrio metropolitano.

E esta é uma verdade, que a bem do bom senso, do método e do mais elementar sentido de proporções, é necessário que os colonialistas fixem:

O progresso das colónias dependerá estreitamente da saúde e robustez da Metrópole, como o valor dum todo depende do valor de cada parcela —e sobretudo do equilíbrio, organização e prosperidade do elemento coordenador. E aqui convém esclarecer que estas palavras de rigorosa justiça, não esquecem, nem diminuem a obra formidável realizada nas colónias portuguesas, por portugueses, nos últimos quarenta annos.

Pelo contrário: Se foi possível voltar ao rumo do Império após cem annos de iconoclastia nacional —isto deve-se aos poucos milhares de portugueses, que conservando íntegras as virtudes do nosso génio colonizador, souberam, sem o amparo ordenado do Estado, sem o estímulo animador da população metropolitana, contra a política inferior dos grupos que dominaram o Terreiro Paço, conquistar, ocupar, povoar e civilizar com o ritmo e a maravilhosa expansibilidade que, nas mesmas infelizes condições, já dois séculos antes tinham feito no Brasil uma obra natabilíssima, as nossas colónias de hoje.

Simplemente uma obra desta natureza, não sendo regida e dominada por um forte pensamento imperial instalado no Governo da Nação, não pode manter-se. Feito dum esforço teimoso, que se exerceu, ora contra as dificuldades naturais do ambiente, ora contra os obstáculos absurdos dum poder central, inferior à compreensão da verdadeira utilidade pública—isto é, sem direcção, sem elemento coordenador—estava destinada a diluir-se, sem conseguir alcançar as alturas dum objectivo final.

E não seria mais que uma página vibrante de História—que a página seguinte trancaria, talvez miseravelmente. E no regresso ao rumo imperial, onde o sentido e as ideias de unidade nacional têm um significado e dispõem de uma acção, que o Estado se eleva à altura dos objectivos nacionais, que esse esforço admirável e a obra que dele resultou, se salvam, se utilizam e se consolidam.

De facto—e novamente do domínio de acontecimentos muito recentes, que a frágil memória dos homens todavia alcançará—a obra militar e administrativa dos heróis da occupação e da sua escola, ameaçava ruína quando o acto Colonial se publicou.

E prosseguindo:

—A desorganização metropolitana prolongava-se nas colónias e a desordem na administração tinha-se constituído como regra.

Instabilidade de governos, loucuras orçamentais, improvisações administrativas, mistérios de contabilidade, enfim, a paisagem doentia que a Metrópole

exibia há cem annos, transformava-se em sistema no mecanismo da administração colonial.

E só quando um alto pensamento volta a dominar o Estado, a obra que à sua margem tinha sido erguida, encontra a solução e a salvação.

Consideremos agora que este movimento para o bom caminho—para o nosso rumo histórico—se produziu numa época calamitosa de crise mundial e no momento preciso em que a regra internacional é o transvio, a confusão, a perda de rumo.

Consideremos que essa crise nos tocou fortemente, ajuntando aos males próprios criados pelos nossos erros e pecados de cem annos, fatalidades sob as quais vergamos como os outros. Consideremos que o exemplo que nos vem de fora é mais uma dificuldade, mais um factor de desânimo e descrença. Consideremos finalmente que a unidade imperial que procuramos e que condiciona a nossa missão histórica, se vai ganhando successiva e metódicamente, enquanto os povos que já a tinham alcançado ou pareciam ir alcançá-la, se debatem contra sintomas de desagregação e desequilíbrio.

E se meditarmos imparcialmente sobre tudo isto, com a coragem, a força e o patriotismo de galgarmos ao nível donde se enxergam objectivos da Nação, que os objectivos dos homens e dos políticos não podem empanar, havemos de concluir, com sadio orgulho e justificada confiança, como programa de acção, como disciplina de pensamento como lei de movimento, o que aquele inglês, Aubrey Bell, já tinha descoberto, numa época em que os homens da minha geração pareciam esmagados pela herança recebida: «e alguém mais poderá contestar que elevar Portugal do estado atónico em que se encontrava, até à posição de um país florescente e feliz, seja uma



NA EXPOSIÇÃO COLONIAL

Um venerando régulo da Guiné, com sua mulher e filho

empresa que não mereça tantos louvores como os que foram conquistados outrora pelo Portugal das descobertas e das conquistas».

Esta frase, há trinta anos, era retórica—fazia sorrir. Hoje, perante o caminho já andado no rumo do Império, é uma ordem—obriga a agir.

Agir é uma palavra simpática—mas não é fácil nem dispensa o auxílio do tempo ou uma acção construtiva de ordem e de penetração num meio que se tinha habituado a insuflar apenas. O rumo reconquistado, as directrizes definidas, os objectivos visíveis, a vontade e a energia duma direcção que sabe o que quer, carecem de elementos de acção para se manterem e prosseguirem no rumo encontrado, com o mistério próprio do tempo, a consciência própria dos grandes povos e o ideal próprio das grandes empresas.

### **Grande carreira temos de fazer ainda para resgatar cem anos de miséria**

No caminho que já andamos vê-se que grande carreira temos de fazer ainda para resgatar cem anos de miséria. A-pesar-do esforço da propaganda realizado nos últimos anos as colónias são ainda ignoradas pela maioria dos habitantes deste Povo Colonizador e Mestre de Colonizadores.

Sabe-se que os homens que nasceram num país pequeno querem hoje, firmemente, morrer dentro dum Império. Mas temos que reconhecer que os resultados alcançados até hoje pela propaganda criaram, possivelmente, um sentimento colonial que um povo cinco vezes centenário como colonizador precisa de constituir e utilizar para que o todo impossível a que pertence, tenha, além do valor sentimental, um valor prático, eficiente e reconhecido.

E afirmou:

—Há ainda muita gente que pergunta: para que nos servem as colónias?—e que na razão ainda não encontrou, como encontra no sentimento, as poderosas razões que a levem a ter sobre as colónias uma ideia utilitária. Não se tem ensinado bastante ao povo o que são as colónias; não se lhe tem dito que esses territórios imensos, secularmente portugueses, conquistados, desbravados e valorizados por portugueses, não custam hoje à Metrópole um centavo e lhe rendem, em benefícios de tóda a ordem, moral e materialmente, enormes vantagens; não se lhe tem provado, embora a tarefa fôsse simples, na forma simples e impressionante que o povo entende, que está nas colónias a esperança da nossa grandeza e o motivo mais forte da nossa existência como povo independente na Europa.

A primeira Exposição Colonial Portuguesa, que S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República amanhã inaugura solenemente, da iniciativa dos organismos económicos desta cidade e organizada pelo Governo português, pretende ser a lição de colonialismo que ainda não foi dada ao nosso povo—lição que procura rigorosamente apresentar expressões, não só de ordem moral, espiritual e política, mas também de ordem económica. Não podem amar-se as colónias sem se conhecerem—e não se podem conhecer através de simples palavras inflamáveis ou por via de catequese sentimental.

Na impossibilidade de levar todos os portugueses às colónias, procuramos fornecer a lição trazendo das colónias o que praticamente pode contribuir

para permitir a seu respeito um conhecimento exacto e consciente.

Para tanto, e porque são rigorosamente estes os seus objectivos fundamentais, a nossa Exposição Colonial será uma exposição para portugueses, que falará a linguagem que o povo entende, e que outros, os estranhos possivelmente não compreenderão—a linguagem que se fixa em termos e moldes que provêm de cinco séculos de colonização em oito de nacionalidade.

E ainda:

—Não é nem pode ser uma exposição à maneira de outras fulgentes exhibições de opulência, que na Europa e na América se têm realizado.

### **A Exposição custou dez vezes menos do que as últimas representações nacionais no estrangeiro**

A nossa Exposição—digo-o com mais orgulho do que mágua—custou menos que o mais modesto dos pavilhões de Paris ou de Sevilha, quasi dez vezes menos que as últimas representações Nacionais no estrangeiro. A sua administração, para que dentro de tão escassas verbas fôsse realizado tudo quanto hoje se contempla no recinto da Exposição, reflete ainda, por consequência, a própria administração do País. E só porque essa virtude se não apresentará facilmente aos olhos de quem a percorrer, aqui a refiro, não como desculpa para o que não pôde fazer-se, mas sim como virtude do que está feito.

Tudo quanto foi imaginado no plano inicial, em obediência a objectivos rígidos e perfeitamente definidos, se realizou dentro do orçamento previsto. Fez-se, por consequência, tudo quanto era possível fazer-se.

É certo que não se seguiu a técnica consagrada em acontecimentos desta natureza e se foi para processos de demonstração e de conjunto que não são os usuais.

Mas o critério obedeceu ao propósito de se fazer diferente—não só porque não estamos em época em que se justifiquem megalomanias de opulência que caracterizam esses grandes certames, mas, sobretudo, porque um País colonial com a categoria e a responsabilidade do nosso, o carácter originalíssimo que o distingue, deveria ser criador das suas realizações demonstrativas, como o foi na sua alma colonial.

Não será melhor e não será pior que outras exposições coloniais—pretende ser diferente na sua modestia e no sentido de proporções que sempre desejou manter. Deseja ser uma causa animada e vibrante de propaganda da causa deste povo, que só agora começa a descobrir em si tanta maravilha de acção, de dignidade nacional, de nobreza de raça, que já existia desde longos séculos no carácter e no espírito dos seus maiores.

E é, também, uma consequência da obra de Paz, de Ordem, de Elevação e de bom Nacionalismo, realizada nos últimos anos pela vontade firme de ressurgir daquelas gerações ainda moças que nasceram num País pequeno em que se sentiam apertados e querem morrer num Império dignificado, que lhes pertence.

O que pôde fazer-se, e amanhã será inaugurado solenemente, tem a expressão que as nossas reduzidas possibilidades lhe puderam emprestar e o significado

profundo que resulta de ser a manifestação sincera dum povo que tem cinco séculos de colonização.

E concluiu:

—Para a erguer não foi necessário o prestígio do dinheiro—o mais debil e inconsistente de todos os prestígios. Bastaram as riquezas de oito grandiosos séculos de história e da continuidade do esforço colonial português.

Deve-se a sua realização a s. ex.<sup>a</sup> o ministro das Colónias, a cuja obra já tão vasta e luminosa se junta este florão de ouro que é uma exposição do esforço colonial português, no passado e no presente e na sua preparação para o futuro, que começa a mostrar-se desanuviado. E deve-se também ao interesse que sempre lhes dispensou, com rara inteligência, o sr. sub-secretário de Estado das Colónias. Em tudo mais deve-se ainda às boas gentes desta magnífica cidade e ao povo que a acarinhou e lhe deu amparo. Esperamos que cumpra galharda e honradamente a sua missão.

Se aqueles que por ela passarem vierem a substituir os seus possíveis preconceitos por uma idéa exacta, ou a iluminar a sua ignorância com um conhecimento novo, ou a ganhar uma nova fé no nosso futuro de potência colonial, terá a Exposição alcançado certamente o mais nobre dos seus objectivos.

### III

## O Discurso do Sr. António Calem

*«Combatamos, sem piedade, o preconceito derrotista e mentiroso de Portugal pequeno País, substituindo-o pela certeza criadora e animadora de Portugal vasto Império, Pátria, não de seis, mas de vinte milhões de almas».*

«Ex.<sup>mo</sup> SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**N**A obra já adiantada, patriótica e perseverantemente prosseguida, da organização, expansão e propagação do nosso Império se tem naturalmente de integrar a primeira Exposição Colonial Portuguesa, cuja inauguração se realiza.

Para marcar a grandeza deste acontecimento e a solenidade festiva da admirável hora nacional que vivemos, porventura a que há um século mais fulgidamente rutila nos anais da cidade do Porto quis s. ex.<sup>a</sup> o Chefe do Estado, acompanhado de s. Eminên-

cia o sr. Cardial Patriarca, ex.<sup>mos</sup> srs. ministros e ex.<sup>mo</sup> corpo diplomático, deslocar-se da capital do País para vir dar lustre, realce e brilho a esta cerimónia inaugural.

A ter a insigne honra de receber, neste Palácio do Comércio, tão prestigiosas figuras, muito me aprás antes de mais nada, na qualidade de presidente da Associação Comercial e da comissão organizadora da I Exposição Colonial, o grato encargo de manifestar desvanecidamente a v. ex.<sup>as</sup> o reconhecimento dessas duas patrióticas entidades.

Se o privilégio conferido pelo acaso do cargo que imerecidamente ocupo raro me permite tão subida e incomparável honra, a verdade é que nunca como agora eu tive o sentimento esmagador da pobreza dos meus dotes oratórios. Mas o dever é sempre o dever, e já que a situação que ocupo me confere tão pesada responsabilidade, bom será que me seja perdoada a ausência de fulgor oratório pela extrema sinceridade das minhas comezinhas palavras.

Em primeiro lugar, dirijo as minhas mais respeitadas e devotadas homenagens a s. ex.<sup>a</sup> o sr. Presidente da República, que com rara elevação e dignidade, tão alto sentido nacional como excepcionalíssima fidalguia de espírito e de coração, está chefiando os nossos destinos, nesta nova madrugada histórica em que Portugal vai retomar no Mundo a sua superior finalidade de Nação condutora de outras raças e de outros povos.

Para que se criasse entre nós o ambiente de exaltação nacional que possibilita aos homens de hoje olhar com alvoroçado interesse o prolongamento do nosso domínio geográfico, não pouco tem contribuído o patriotismo do ex.<sup>mo</sup> sr. general Oscar Carmona, marcando sobre todos os interesses e vicissitudes dos homens a sua firme ânsia de ressurgimento nacional.

Saúdo agora com reverente respeito S. Eminência o sr. Cardial Patriarca (eminente não só pela purpura de príncipe da Igreja que o reveste mas também pela grandeza do seu espírito de pensador e de filósofo), exprimindo-lhe a honra com que recebo a sua primeira visita, que grato me será não seja a última.

Enderêço, em seguida, os meus cumprimentos ao Governô do meu País, a que preside a insigne figura moral e mental do ex.<sup>mo</sup> sr. dr. Oliveira Salazar, que ainda há pouco nos distinguiu visitando esta casa, que também sua é, porquanto não esquecemos que s. ex.<sup>a</sup> foi há dois anos eleito sócio honorário desta associação.

Sábio restaurador das Finanças portuguesas e estadista de renome universal, s. ex.<sup>a</sup> está afirmando serenamente ao Mundo contemporaneo as inigualáveis virtudes do espírito racio.

Entre os ex.<sup>mos</sup> ministros a quem foi possível vir aqui e nos dão o orgulho da sua presença, seja-me licito salientar, sem menospzeo para os outros, a individualidade sob tantos aspectos notável de s. ex.<sup>a</sup> o sr. ministro das Colónias, a quem se deve em grande parte a realização deste certame.

Esta é, sem dúvida, a ocasião oportuna para agradecer publicamente a s. ex.<sup>a</sup> a devotada cooperação que nos prestou, dando relêvo prático a algumas das nossas aspirações—mais longinquoas, ampliando com o seu patriótico interesse as possibilidades, certamente diminutas, do nosso esforço, estimulando com o seu entusiasmo o nosso entusiasmo, concorrendo para que esta Exposição constituísse—como

constituiu, felizmente—um documento vivo, grandioso, homogêneo da nossa secular epopeia ultramarina.

É o ex.<sup>mo</sup> sr. dr. Armindo Monteiro—sem linsonja, que não uso, nem exagero, em que facilmente não incorro—um verdadeiro homem de Estado em que se reúne prodigamente, a par da audácia, da persistência e da primaveril juventude de espírito própria dos vinte anos, a gravidade estudiosa e saudável que permitiu à sua inteligência de homem de quarenta dilatar-se através dos mais vastos horizontes do pensamento colonialista e da ciência económica.

Culto como poucos, trabalhador como raros, convicto da alta missão civilizadora que o destino nos reserva, s. ex.<sup>a</sup>, tendo acrescentado prudentemente às noções de um colonialismo teórico, valioso mas em todo o caso insuficiente, a experiência adquirida «in loco» na sua triunfal viagem a África, encontra-se

Sr. Dr. Vieira Machado, muito ilustre Sub-Secretário de Estado das Colónias, a quem apresento os protestos da minha gratidão.

Quero por último, testemunhar os meus rendidos agradecimentos ao Carpo Diplomático, que tão gentilmente se associa a esta manifestação de impressionante grandeza, e não se esquecerá, por certo, de assinalar, perante os ilustres Governos dos seus países, o esforço patriótico e a consumada aptidão civilizadora da terceira potência colonial do Mundo, que esta Exposição eloqüentemente vai revelar-lhes.

### A acção do Grupo «Pró-Colónias»

O singular acontecimento que com a assistência de V. Ex.<sup>as</sup> se celebra, encontra a sua origem próxima na criação do «Movimento Pró-colónias», nucleo



### NA EXPOSIÇÃO COLONIAL

Uma linda paisagem africana: grupo de indígenas bijagoz junto da sua aldeia

hoje, não só familiarizado com os problemas coloniais, mas, o que é importantíssimo, na posse das suas soluções conscienciosas e definitivas.

Pode afirmar-se afoitamente que a doutrina do nosso renascimento ultramarino encontra expressão definida e lucidíssima, para além do Acto Colonial, que é um monumento legislativo notabilíssimo, no assombroso discurso que o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Armindo Monteiro pronunciou há um ano na abertura do Instituto Colonial Internacional. Aí se traçam, de facto, com um critério seguro e uma lucidez penetrante, as directrizes a que deve obedecer o nosso futuro esforço colonizador.

Desejo, agora, praticando um acto de verdadeira justiça, recordar aqui o utilíssimo concurso que nos dispensou, sempre que para êle apelámos, o Ex.<sup>mo</sup>

de homens de patriótico pensamento e esforçada vontade que há poucos anos se constituiu espontaneamente nesta cidade, com o alto propósito de contribuir para o engrandecimento do nosso vasto Império Ultramarino.

À frente dêsse nucleo encontram-se desde logo, como nem podia deixar de ser numa terra caracterizadamente comercial como esta, os presidentes das principais colectividades económicas do Pôrto—numa afirmação de inteligente nacionalismo que muito superiormente os enobrece e honra.

Entrando no domínio da actividade prática a que imediatamente se votou, o grupo «Pró-Colónias» não desmereceu, antes confirmou, a tradição de labor metódico, tenaz e intenso, que faz do próprio meio cidadão, em que a sua fecunda acção se de-

envolveu e irradiou o vasto e progressivo «standard» de vida nacional.

O interesse apaixonado que êle dedicou à complexidade dos problemas ultramarinos e o desejo de concorrer para uma imprescindível aproximação da Metrópole e das Colónias, alargou prontamente os limites dos seus objectivos iniciais, levando-o a conceber a maravilhosa aspiração que hoje mesmo se transforma numa não menos maravilhosa realidade.

Depois da colaboração valiosa, esclarecida e brilhante, dos portugueses, nos grandes certames internacionais de Sevilha, Paris e Antuérpia, impunha-se repetir, em nossa terra e para a nossa gente, a exhibição documentada e flagrante, não só do que valem presentemente as nossas Províncias Ultramarinas quasi desconhecidas, ainda, para nós, como também do muito que por essas paragens distantes temos dispendido em energias poderosas, fé ardente e heroísmo sem igual.

Historiar, neste momento, a lenta, mas segura evolução com que a idéa d'êste certame, apenas nascida entusiasmando e absorvendo todos, se transformou numa idéa adulta, seria fatigar excessivamente a gentil atenção daqueles que me escutam.

Seja-me permitido, no entanto, salientar com íntimo desvanecimento, a extensão da grande, indispensável quota parte realizadora que o Comércio e Indústria do Pôrto nos prestaram, acedendo sem reserva aos sacrificios de ordem material solicitados, prestando aos organizadores desta Exposição um apoio moral, entusiástico e caloroso, em que, uma vez mais, se exaltaram as suas excelentes virtudes patrióticas e nortenhas.

Da conjugação de tôdas essas boas vontades resultou, não só a efectivação prática d'êste certame, que tanto vem valorizar a consciência colonial portuguesa, como o facto, para os portugueses, importantíssimo, de êle ter lugar no Pôrto, a velha cidade onde abriu os olhos videntes, para a tentação do mar ignoto a figura gloriosa do Infante D. Henrique, que a dois passos daqui nas aponta, na plastização do bronze, o roteiro atlântico. Historicamente bem escolhido me parece o local onde todos nós, portugueses, vemos afirmar ao Mundo a amplitude de uma obra—a obra do Infante—que nos conferiu a realza dos povos mais longíquos e das raças mais dispare e que ainda hoje, sôbre todos os desastinos nacionais, nos impõem como a terceira potência colonial do globo à admiração dos países cultos.

Se, do domínio da nossa posse, que não do domínio eterno da nossa raça, da nossa língua e da nossa sensibilidade, desapareceram as terras pletóricas do Brasil a que Alvares Cabral aportou; se o fumo entontecente da glória nos levou às areias doiradas da Índia, onde se gravaram os passos fortes dos fortes vice-reis; se as subtilidades da diplomacia, mais do que a sorte das armas, nos amputou a alma marroquina de Tanger; se fomos deixando em todos os continentes e através de todos mares uma parcela da nossa alma aventureira e da grandeza do nosso Império, ainda hoje somos um dos raros povos da terra que pode legitimamente orgulhar-se de ocupar com o seu corpo territorial maior diversidade de climas e raças; desdobramo-nos, abrangendo as quatro partes do Mundo, da estreita faixa metropolitana às ubérrimas e formosas paragens insulares, das praias africanas de Leste e Oeste, batidas de

sol tropical, às aguas transparentes e fulgidas do Extremo Oriente.

### O Pôrto era a cidade indicada para se realizar o grande certame

Tão fundamente me comove a invocação da nossa glória passada e da nossa esperança presente, que ia tombando agora, sem querer, no desacerto duma revoada lírica que se não casa com a gravidade d'êste discurso—mais dedicado à exposição pormenorizada dum grande esforço do que à estilização literária.

Pretendia simplesmente dizer que o Pôrto, capital do Norte, onde, como em quasi todo o País, existe uma incompreensível falta de sentido imperialisista, estava naturalmente indicado, por motivos diversos, a albergar a realização d'êste importante certame. Provocando o alargamento da esfera precisa e justa da propaganda colonial; oferecendo, por um conjunto de realidades atendíveis, uma alta lição convincente e real aos incrédulos da nossa hora e aos defectistas do nosso valor nacional, esta Exposição testemunha, também singularmente—nunca será de mais afirmá-lo—uma satisfação merecida ao esforço louvável com que os comerciantes e industriais do Norte do País acorreram a valorizar e honrar patrioticamente as feiras de amostras de Luanda e Lourenço Marques.

Está na memória de todos, que o Norte atingiu aí setenta e dois por cento da representação total.

Para se levar a efeito o alto empreendimento que se inaugura, mister foi constituir uma comissão organizadora, à frente da qual se agruparam—e muito bem—as figuras mais representativas das forças económicas da cidade, algumas das mesmas que já haviam prestado o melhor e mais dedicado concurso ao movimento «Pró-Colónias».

Organizou-se, em seguida, uma sociedade anónima, com o objectivo de se realizar um capital equivalente ao subsídio do Governo, que não bastava para cobrir inteiramente as despesas da Exposição. Na rápida cobertura da importância exigida se revelou, uma vez mais, o interesse que esta realização patriótica despertou na maior parte dos comerciantes e industriais portuenses. Seria aqui ocasião para elogiar de novo o seu patriotismo empreendedor e a sua clara intuição dos interesses da cidade, se um novo elogio dessa natureza, em minha bôca, que sou comerciante, não pudesse afigurar-se vitupério.

Criou-se, após estes trabalhos preliminares, como era indispensável, uma comissão executiva, composta de cinco membros, a quem mais directamente coube a tarefa pesadíssima de efectivar o plano grandioso d'êste certame.

Com rara oportunidade e em hora de feliz acerto psicológico (difícil é o talento de conhecer os homens e de os colocar no lugar próprio), dignou-se s. ex.<sup>a</sup> o sr. ministro das Colónias, designar, entre esses cinco membros, para a direcção-técnica da Exposição, cargo de imensa responsabilidade, o sr. capitão Henrique Galvão, espirito de perfeito organizador, servido por uma inteligência lúcida; uma energia, ao mesmo tempo resoluta e reflectida; os primores duma educação requintada que a todos captivou. A sua passagem entre nós, ligando o seu nome ilustre de publicista e de militar a um dos mais memoráveis acontecimentos vívidos pelas populações nortenhas,

não mais esquecerá àqueles que, como eu, tiveram a felicidade da sua convivência intelectual e pessoal.

E quando me refiro a Henrique Galvão, não posso deixar de tornar extensivo o meu elogio, muito



NA EXPOSIÇÃO COLONIAL  
A «toilette» matinal de duas donas bijagoz

sincero, a todos os seus excelentes e dedicados colaboradores, devendo, no entanto, salientar os nomes prestigiosos de António Domingues de Freitas e Ricardo Spratley, os grandes pioneiros deste patriótico empreendimento, assim como os do tenente-coronel Garcez de Lencastre e de Mimoso Moreira, funcionários coloniais, verdadeiramente exemplares.

Ao traçar, embora pàlidamente, a genealogia da idéa grandiosa que amanhã, sob o aspecto prático se consagra, eu não olvido, antes reafirmo, ex.<sup>mo</sup> sr. ministro das Colónias, o auxílio valiosíssimo e a solicitude sempre pronta que, desde a primeira hora, encontrámos da parte do Govêrno, constituído felizmente por homens a quem anima a flama do engrandecimento pátrio, bem como da parte da ilustre Câmara Municipal desta cidade, não devendo, todavia, deixar de dizer que esta Exposição foi feita à velha moda do Pôrto, isto é, com muita devoção, muita fé, muito entusiasmo, muita energia.

Se são estas as causas próximas de que derivou esta Exposição, devemos filiar as suas origens remo-

tas no último grande esforço para a reconquista da nossa soberania ultramarina, ou seja na admirável epopeia africana do fim do século XIX, de que a obra notável de João Belo e Armindo Monteiro é o prolongamento feliz.

### Os grandes coloniais que honraram a Pátria

Com a errada visão colonial dos nossos governantes das últimas décadas de setecentos e de todo o século seguinte, erro a que não escapou o próprio espírito lúcido de Pombal, estiolára-se o sentido imperialista da nossa política ultramarina, e só no reinado de D. Carlos elle voltou a reatar-se numa grande manifestação de consciência nacional, marcada, felizmente, pela durabilidade fugaz de escassos anos.

Uma política desatenta, linfática e dessorada permitiu que cobiças estranhas rondassem de perto os nossos domínios ultramarinos, armando e indisciplinando contra a soberania portuguesa as populações indígenas que o nosso afastamento tornara rebeldes e agressivas, e foi necessário que uma pleiade de guerreiros cuja valentia iguala certamente a dos heróis das Conquistas e Descobrimientos, resgatasse com a sua espada flamejante as culpas da nossa indifferença e da nossa fraqueza.

É dever nacional lembrar o vulto inconfundível de António Enes, que, iniciando a escola do moderno colonialismo português, não se limitou a dirigir com a inteligência e a pericia de um general, essas campanhas de África.

Ele foi também o organizador e administrador modelar, cuja política ultramarina—a maior de todas—criou discípulos da estatura do grande Mousinho, figura de cavaleiro medieval, imortalizado no «raid» épico da prisão do Gungunhana; de Paiva Couceiro, o moço Nun'Alvares, da ofensiva contra os namarras e o governador incomparável de Angola; e de João de Almeida, o heróico pacificador dos Dembos e do Cuamato, que recuperou para o domínio português vastos territórios perdidos—todos eles guerreiros tão notáveis quanto magníficos administradores.

Nessa brilhante constelação, que iluminou com um fulgor de glória o final de um século, outras estrelas esplenderam o clarão da sua bravura e do seu patriotismo: João de Azevedo Coutinho, o intrépido marinheiro da campanha da Zambézia, declarado pelo Parlamento «Benemérito da Pátria»; Aires de Ornelas, oficial sabedor e valoroso, que foi chefe do Estado Maior de Mousinho e um dos mais notáveis ministros das Colónias; Caldas Xavier, Galhardo, Eduardo Costa, Gomes da Costa, Henrique de Carvalho, Roçadas e tantos outros cujos nomes aureolados comporiam por inteiro um agiologio nacional.

O sacrificio destes soldados abriu caminho à continuidade da acção apostólica da Raça, exercida com a maior perseverança e rendimento pelas congregações missionárias, de que foi figura egrégia e representativa o intrépido Padre António Barroso, saudoso bispo do Pôrto, e pelos comerciantes do sertão, esses outros bandeirantes de Angola, cujo simbolo é o nosso épico Silva Pôrto, vida heroica e morte estoica, que a um romancista de invulgar talento aprazeria narrar.

O Evangelho dos missionários e o nacionalismo acendrado dos comerciantes e dos agricultores por-

tugueses desenvolveu, de facto, uma obra de penetração intensa na natureza e na alma africana.

Lamentavelmente, algum tempo depois, essa obra suspendia de chofre o seu vôo prometedor, e só voltou a acentuar-se a esperança de um renascimento ultramarino ao reaparecer, já em nossos dias, com Norton de Matos, uma visão colonial arrojada, prematura por certo, mas que a verdade manda reconhecer bem intencionada e grandiosa, porque ao seu impulso administrativo muito ficou devendo o fomento de Angola.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República: Para marcar o início deste grande acontecimento nacional, procurou-se entre todos os edifícios e salões públicos da cidade, aquele que por motivos de ordem histórica e pela própria magnificência das suas linhas, mais dignamente servisse de ambiente evocativo do nosso grande passado colonizador.

Este Salão Árabe, em que nos encontramos reunidos, satisfaz de certa maneira e como nenhum outro, entre nós, essa dupla exigência do nosso espírito; pelo esplendor orientalista que o aproxima da embricada, alada e graciosa arquitectura de Alhambra, e por ter sido nêle que esta Associação Comercial, agradecida, entregou a Mousinho, após a sua vitória africana, uma espada de honra que, na sua mão, não poderia deixar de ser, quando saísse da baíha, leal e gloriosa.

Se em virtude de um estranho fenómeno físico, estas rutilantes e policromadas paredes que nos cercam tivessem voz, sentiríamos espalhar-se aqui o entusiasmo com que neste mesmo lugar foram recebidos Serpa Pinto, Capêlo e Ivens, os audaciosos exploradores que atravessaram de costa a costa o nosso domínio africano, Alvaro de Castelões, António Maria Cardoso, Paiva de Andrade e Roçadas. Além desses coloniais—aquí vieram também entre o fausto da sua majestade, desde D. Maria II, a maior parte, senão todos os nossos reis; e poucos foram os presidentes da República que deixaram de trazer aqui a serenidade da sua presença ou a vibração da sua palavra.

### A obra da Associação Comercial do Pôrto

Mau grado tudo isto, como presidente da Associação Comercial, como português e como portuense, considero ainda pobre, apagado e mesquinho, perante a solenidade deste acto e a presença de individualidades tão eminentes, o cenário que nos cerca, e eu desejaria fôsse composto de grandeza e de esplendor nunca vistos.

Mas êle é o que de mais deslustrante e rico contém este monumental Palácio, cuja construção, equivalendo a um ousado e duríssimo empreendimento, foi feita à custa de um imposto que, espontaneamente o comércio da cidade lançou a si próprio.

Não admira que a Associação Comercial do Pôrto, desde sempre e por forma tão clara, tenha sido distinguida pela simpatia dos Príncipes e dos Governantes—que aquelas visitas significam. Desde que em 1854 se fundou (celebra este ano o seu centenário, sendo por isso a mais antiga Associação do País, na sua estrutura inalterável e una), não houve interesse de classe que não defendesse, causa nortenha que a deixasse indiferente, problema nacional a que se não tenha associado.

Voz representativa de uma cidade, em que a

burguezia comercial dominou sempre, e tanto que o tratado de Comércio celebrado com a Inglaterra, em 20 de Outubro de 1353, foi assinado pelo rei Eduardo III e pelos negociantes do Pôrto, ela não podia desmentir o alto sentido baírrista e patriótico assinalado pela heroica história do burgo tripeiro, onde floresceu a primeira Bôlsa de Comércio, instituição em que Portugal foi mais uma vez precursor.

Nunca, como hoje, houve tantos motivos de esperança numa mentalidade colonial portuguesa. Empenha-se nisso, por modo especial, a atenção do Poder Público e o interesse dos particulares, numa harmonia de intensões de que esta Exposição é documento eloqüente. Tal certeza se pode aferir pelo ressurgimento de uma literatura colonial que, a bem dizer, quasi não tínhamos, e agora se desentranha em obras de erudição valiosa, sugestivas impressões de viagem, novelas de interesse em que perpassa toda a impressionante dramaticidade da vida e da alma africana.

À imprensa incumbe, de igual modo, uma primordial tarefa: a de substituir a desmesurada ampliação do mesquinho «fait divers» pela do alto-falante, que lança à rosa dos ventos o pregão patriótico da utilidade e da grandeza do Império.

O primeiro degrau para a formação dessa forte



NA EXPOSIÇÃO COLONIAL

Tipo de beleza indígena

consciência colonialista deverá ser a Escola Primária, anteriormente preparado o professor por conhecimentos especializados, e auxiliado pela matéria de compêndios, em que a enumeração das possibilidades ultramarinas, sob o triplice aspecto material, espiritual e histórico, se apresente obrigatoriamente, numa forma sugestiva e impressionante, de maneira a fixar-se, com nitidez inapagável, na inteligência do aluno.

Evidentemente que este esforço resultaria, na maioria dos casos, uma pura inutilidade, se para além da Escola Primária o estudo inteligente das realidades coloniais, se não prolongasse nos Liceus, nas Escolas Técnicas e nas Universidades.

### **Necessidade duma mentalidade colonial**

Insuficiente será ainda a mentalidade colonial que só a escola, o jornalismo e a literatura cria. É necessário que essa mentalidade nasça da observação directa das almas, do clima, dos costumes, da raça—que apenas a vida em comum com as populações africanas pode legitimamente revelar. Comece-se pelos funcionários do Estado, obrigando-os a uma estágio limitado em África, de maneira que eles tragam para a Metrópole o sentimento da sua grandeza, e o propaguem e ensinem.

Ex.<sup>mo</sup> sr. Presidente da República—Estranharão alguns que esta Exposição se não realize na capital do Império. A verdade é que, se em Lisboa não existe, bem definida, uma forte mentalidade colonial, existe nela, contudo, um maior conhecimento e um interesse mais vivo pelos problemas ultramarinos, que a circunstância de ser o inigualável porto de mar a que afluem todas as suas matérias primas, onde demoram as sedes das casas comerciais de África e vivem a maior parte dos coloniais, suficientemente explica.

No Porto e no Norte não acontece outro tanto.

E porque mais arredado elle anda da curiosidade e da paixão colonialista, razão maior para que se procure revelar-lhe a obra extraordinária que o esforço dos portugueses pode e deve realizar além-mar. Sendo o Norte a parte do País mais comercial e industrial, ao Norte está reservado o papel de mediador para o intercâmbio com a África, recebendo, por exemplo, de lá, o nosso excelente algodão, transformando-o em tecidos, e enviando estes para África convenientemente manufacturados.

Há que aproveitar o génio emigratório excepcional da gente nortenha, fechado agora para a aventura do Brasil, depois de ter contribuído por forma quasi total para a tarefa de colonização estupenda que Portugal ali realizou, e que, ainda hoje, faz o assombro do Mundo! O excesso demográfico das províncias do Norte urge ser canalizado rapidamente para África, onde o génio empreendedor dos minhos, dos transmontanos e dos beirões, pode desempenhar, especialmente em Angola o papel decisivo que já exerceu na formação do Brasil.

Engenhoso, activo, perseverante, honesto e patriota como nenhum outro povo destas regiões privilegiadas, está naturalmente indicado para formar além Atlantico o indispensável meio nacional em que desabrochem e frutifiquem todas as altas virtudes da raça. Não basta que a Metrópole se afadigue a transportar para as suas colónias, um grande número dos

seus filhos, é necessário que eles sejam os mais aptos para a grandiosa tarefa que se impõem realizar, os mais pacientes no sofrimento, os mais tenazes na luta, os mais propensos à fixação rápida e até os mais generosos e amoráveis, pois no trato com o indígena importa conquistar-lhe o coração e amoldar-lhe o carácter, não pelo terror, mas pelo exemplo.

Lucidamente o põe em evidência o sr. ministro das Colónias, quando diz: «A colonização exige um génio específico, uma vocação característica, uma força íntima que participa do gosto da aventura e do desconhecido, do desprêso pelo bem estar imediato e ao mesmo tempo da ansia de conquistar a riqueza através de mil sofrimentos e perigos; reclama uma maneira de ser especial em que, ao lado de uma infinita tolerância e piedade pelo que lhe é inferior na gente do sertão, figura a intransigência no desejo de os elevar, aproveitando as suas aptidões e abrindo a sua inteligência, sentimento e actividade à clara luz de uma vida mais nobre».

Se o prisma social e humano deste problema, impõe a necessidade de fazer alluir às nossas províncias africanas os melhores elementos racicos portugueses, ou sejam, de preferência, as populações caracterizadamente honradas, trabalhadoras e pacíficas aquém-Mondego, identica determinante de ordem económica existe para tal, e não convém esquecê-la. A gente do Norte foi sempre aquela que mais e melhor amealhou o rendimento do seu trabalho, aquela em que a noção da economia mais imperativamente mandou.

Tradicional é, também, o seu absorvente apêgo à terra, que a sua enxada amanha de Sol a Sol, com maternal enlêvo, extraindo do seu seio generoso os tesouros incalculáveis dos produtos agrícolas e fazendo deles a base económica da sua existência rural. No Norte todo o chefe de família tem, ou aspira a ter, a sua casa—e, em volta da casa a sua quinta, o seu campo ou a sua horta farta e soalheira.

Essa tendência manifesta para criar a si próprio condições de independência e subsistência, transformará, por certo, ao seu impulso, a África inteira numa vasta reunião de herdades produtivas e bem tratadas, e o aproveitamento total do seu solo, fecundo, grávido de promessas, desentranhar-se-á em café, em cacau, em algodão e em frutos excelentes.

### **O povoamento das regiões colonizáveis**

A hora para essa colonização parece ter soado —é a nossa hora, a hora em que vivemos. Mediante um meio emigratório previamente estabelecido em lugares de salutar clima, que tantos possuimos a toda a roda do nosso Império, como seja particularmente para Angola os chamados planaltos, é tempo de ir realizando essa colonização, não tumultuária e desorientada, à mercê da aventura ou forçada com elementos indesejáveis cuja adaptação e reabilitação nem sempre é garantida, outrossim, preparada e dirigida, utilizando elementos apetrechados com misteres e cursos técnicos, para prestígio do povoamento de regiões colonizáveis e, toda ela, talhada no granito forte e tóscico, mas palpitantemente humano, da boa gente nortenha.

Perdoai-me, todos vós, os que não sois do Norte nem do Norte viveis, a insistência com que eu venho

salientando, através das minhas palavras, as virtudes excepcionais do Portugal cimeiro—que deu navegadores e colonizadores, descobrindo e civilizando mundos.

Não se obliterou, para estes lados do País antes parece ressurgir milagrosamente mais profundo e vivo, o sentido histórico que lhe conferiu, através dos tempos, uma saliente característica civilizadora, mas a grande verdade é que esta primeira Exposição Colonial Portuguesa outra coisa não pretende ser senão o testemunho de que a sinfonia estrídula da nossa apostolização ultramarina, após uma «fuga» desarmônica, volta a ganhar o corpo e a vibração de uma clangorosa marcha triunfal.

Attingido o objectivo da realização dêste certame, evidente é que êle deixou de constituir um acontecimento regional para se transformar num facto autenticamente nacional, numa efeméride de retumbância e finalidade colectiva.

Só é perfeito o povo que a si mesmo se aperfeiçoa e exalta—mas só se exalta e aperfeiçoa conscientemente aquele que em si próprio conhece a latitude das qualidades e a soma integral dos defeitos. Nunca uma nação foi grande quando duvidou da sua alma e do seu destino; e se nós temos algumas deficiências psicológicas a corrigir, temos, também, poderosos motivos para agir e para crer.

Alevantemos apaixonadamente, e cultivemos cada vez mais e melhor as virtudes que nos fizeram desbravar e trazer para a nossa alma e não só para a nossa posse, mais de dois milhões e duzentos mil quilómetros quadrados de terra firme que o mar separa de nós.

Reconhecamos que só volveremos a ser no Mundo o que fomos, e a apresentar-nos nos seus concílios como valem, no dia em que readquirirmos a exacta noção da nossa amplitude física e espiritual. Combatamos, sem piedade, o preconceito derrotista e mentiroso de Portugal pequeno País, substituindo-o pela certeza criadora e animadora de Portugal vasto Império, Pátria, não de seis, mas de vinte milhões de almas.

### **A África será o que o nosso patriotismo quiser que seja**

Se sôbre quasi todos os continentes desabrocha a lírica formosura da nossa Língua; se sôbre quasi todos os mares flutuam, demandando o que nos pertence, as gloriosas quinas da nossa bandeira—porque não ha-de repercutir-se, ao longe e ao largo, a camoniana vibração da nossa alma sonhadora, que por muito sonhar muito construiu e realizou?

Ter-se-á perdido por má ventura irremediavelmente a força de vontade, indômita e invencível, que projectou ao mar as nossas caravelas, as fez dobrar o Cabo das Tormentas, logo transformado em boa Esperança, as levou até à Índia, ao Brasil e à África, sublimando o heroísmo de uma Raça nesses outros impressionantes Lusíadas nacionais, que são a «História Trágico-Marítima?»

Não, meu Senhores! Eu creio firmemente na manutenção e immortalidade da alma portuguesa: sempre viva, esplendorosa e moça, atâvicamente vibrátil e inquieta, regendo desttnos superiores, abrindo-se fraternamente ao mundo, em graça e beleza.

Eu creio na força de uma mística extravazante e dominadora, que rouba ao esforço colonizador a

aridez de uma simples obra de emergência, restrita à compreensão de raros, para a converter num profundo movimento sentimental, em que o patriotismo das massas se apure e exalte.

E, porque creio em tudo isto, afirmo que a África será aquilo que o nosso patriotismo quiser que seja:— não o sáfaro canteiro, mirrado ao sol, onde não aflora a planta nem canta a melodia da água, mas um horto florido e farto, cheio de sombras pacíficas e de luz imortal; será, não uma parcela longínqua de território, fisionómica e psicologicamente arredada de nós, mas o prolongamento natural da nossa expressão de povo agrícola, que não esquece, antes aperfeiçoa e alarga o seu âmbito comercial e industrial; será, não uma esperança vaga e imprecisa de ressurgimento pátrio, mas uma certeza tangível, o próprio fulcro irradiador e propulsor dêsse ressurgimento; será, não uma reunião accidental de províncias e povos sujeitos por acaso ou pela força, ao nosso domínio, mas a afirmação lógica da nossa própria unidade nacional, englobando essas terras que descobrimos, conquistámos e civilizámos à portuguesa, tornando-as tão portuguesas como a própria Metrópole, fonte matriz dêsse esforço sem par!

No dia—que o nosso sentimento patriótico ambiciona e profetiza próximo—em que tivermos realizado, por nós e para nós esta obra imortal, estará definitivamente erguida ao Sol da História e à luz do Ceu a unidade perfeita da Nação Portuguesa e a glória de um povo excepcional, feito de desalento e de arremessos súbitos, que durante séculos com altos e baixos (altos que só a asa das águias roçara, e baixos que o tamanho das quedas mais a profunda), demonstrou crer em Deus, em Portugal e em si próprio, sendo forte até ao martírio, valente até à loucura, tenaz até ao heroísmo—dando-se à Conquista da Civilização como nenhum outro, dominando o Mundo, com a realza do seu génio e com a benevolência do seu universalismo cristão!

Fé! Império! Portugal!

---

## I Exposição Colonial Portuguesa

---

### Divisão de Informações

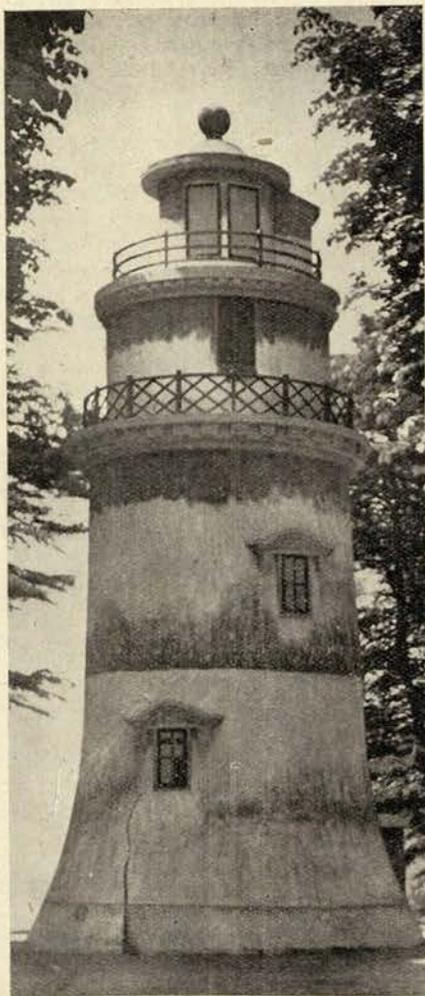
*Entre os vários organismos da I Exposição Colonial Portuguesa, figura a Divisão de Informações da Exposição, a cargo do sr. Carlos Salvão, cuja solicitude e competência cumpre pôr em merecido relevo.*

*O serviço de Informações, instalado numa dependência da ala direita do Palácio das Colónias, tem prestado desinteressadamente os mais valiosos informes quer de natureza geral, referentes à Exposição, quer de natureza técnica, respeitantes à actividade das nossas Colónias.*

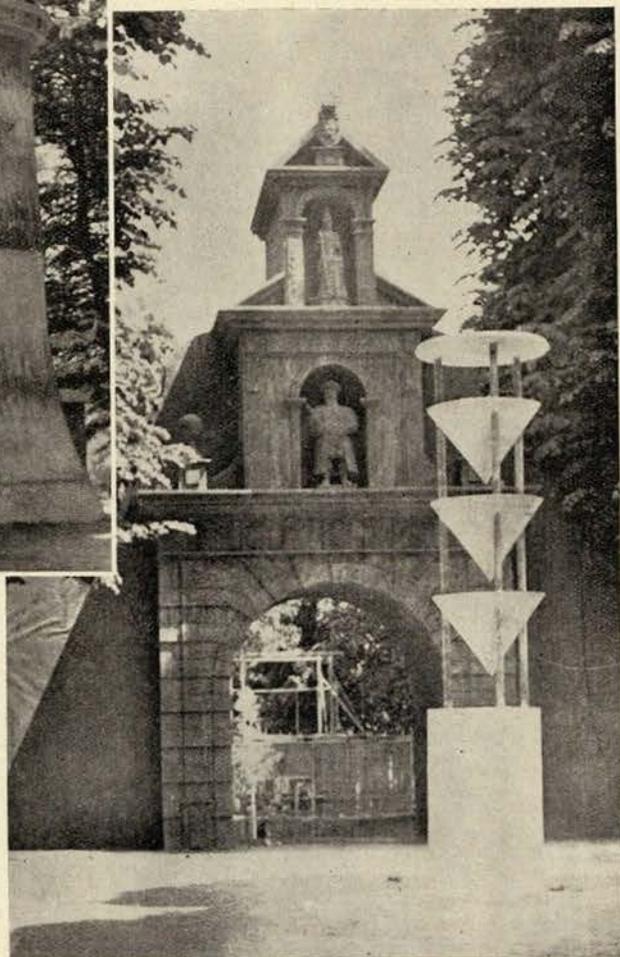
*«Portugal Colonial» utilizou-os já e por experiência própria afirma gostosamente que se podem considerar perfeitos.*

*Esta referência elogiosa não é para agradecer porque é um simples preito de merecida justiça.*

## Exposição Colonial Portuguesa



*O Farol da Guia  
(Macau) erecto na  
Avenida da Índia.*



*O arco dos Vice-  
Reis, à entrada  
da Avenida da Índia,  
no recinto  
da Exposição.*

**É** um problema de textura imperial de primeira grandeza. O esquema da nossa política ultramarina começou a desenvolver-se nos últimos dez anos, embora por uma forma lenta revelando as indecisões próprias da complexidade do problema nos seus aspectos social, económico e político, complexidade que foi agravada pela formidável crise que embaraçou a vida nas colónias de todas as nações.

Não importa, porém, essa circunstância e urge completar a organização definitiva desse esquema.

A estabilidade das nossas instituições administrativas, nos últimos oito anos, proporciona-nos uma esplendida oportunidade de podermos interpretar o encadeamento dos factos e das circunstâncias de que este depende, e fazer a análise do seu significado—elementos indispensáveis para elaborar o plano da política colonial.

Dentro deste, o plano de política agrícola deve ocupar um lugar proeminente.

Desde há muitos anos já, que se acha estabelecida uma forte corrente de opinião favorável ao desenvolvimento das actividades agrícolas, nas colónias africanas, por se considerarem estas como a forma melhor, muito provavelmente a única, de promover a colonização com europeus, principalmente com nacionais. Isto devia ser velho e desnecessário de repetir, mas, infelizmente, parece uma novidade permanente.

Os governadores coloniais que têm a compreensão desta conveniência, têm sido os seus expositores e defensores perante o Governo Central, e este tem, por sua vez, provado ter a sensibilidade apurada para apreciar esta conveniência.

Falta-nos só definir a política agrícola mais conveniente, consubstanciando-a, no plano geral, de harmonia com as conveniências das colónias entre si e destas com as da Metrópole.

Dispomos, já, de três organismos metropolitanos que, pela sua composição, organização e orientação, podem fazer esta operação final, aproximando-se da perfeição.

São o Supremo Conselho de Economia Nacional, o Banco do Fomento Colonial e o Conselho das Pautas Aduaneiras.

Que lhes falta?

Bafejá-los com o sopro divino que lhes dê vida, alma, inteligência e as forças próprias necessárias para trabalhar e produzir.

### Os Organismos de Fomento

Do Supremo Conselho de Economia Nacional deve dimanar a orientação geral que assinalará as funções a ser desempenhadas no conjunto territorial português por cada uma das nossas Colónias, principalmente as africanas, como fornecedoras da Metrópole e como consumidoras dos produtos da indústria desta.

Ao Banco do Fomento Colonial compete organizar e efectuar o financiamento dos empreendimentos coloniais que não-de dar realidade e consistência àquelas funções.

Ao Conselho das Pautas Ultramarinas, a definição das disposições aduaneiras que actualizem e defendam a permuta de produtos e corrijam as deficiências originadas pelas condições geográficas, as quais colocam algumas Colónias, como acontece à de Moçambique, na situação desvantajosa de não poderem realizar tal permuta.

As conferências imperiais darão o complemento de acção indispensável para aperfeiçoar e unificar o trabalho das três instituições mencionadas e para efectivar o plano colonial, no qual, repetimos, no período económico actual, que demorará ainda muito tempo, terá lugar principal o plano da política agrícola.

### As Colónias carecem de novas energias metropolitanas

Não haja ilusões, tanto na Metrópole, como nas colónias. Qualquer plano de fomento económico ultramarino exige que a Metrópole faça nas Colónias autênticos investimentos de energias e de capitais que promovam o seu desenvolvimento agrícola e industrial, quer pela irrigação de vários terrenos, quer pelo estabelecimento de linhas férreas e outros meios de comunicação marítimos, costeiros e fluviais.

Pensar que, debilitadas pela crise, como estão as Colónias elas possam levantar os recursos necessários para custear aqueles empreendimentos, é alimentar um mito que nos precipitará numa segunda crise, justamente quando a crise geral termina para os territórios adjacentes, onde uma nova era de prosperidades se desenha, embora condicionada por outros coeficientes, diversos, ou com aspectos diferentes dos que deram as outras épocas de actividade de que nasceu o que ainda conservamos.

### É necessário fixar a população europeia

As nossas Colónias não têm capital nem reünem, no momento presente, as condições que permitem formá-lo.

Pode dizer-se, sem receio de cometer um exagero, que não temos criado essas condições e uma das mais importantes é a pro-

# Colonização agrícola

POR JOSÉ CARDOSO

veniente da falta de fixação de uma população europeia que só muito limitadamente se tem feito... por si.

O grosso da nossa população europeia ainda é de natureza flutuante. É como que uma importação temporária que temos que pagar à Metrópole por bom preço em mesadas, pensões e transferências de economias e de rendimentos.

Emquanto existir este volumoso passivo na conta de capital da Colónia, este capital jamais se formará no Ultramar.

### A colonização deve ser, principalmente, agrícola

Na organização das sociedades civilizadas, ainda hoje, apesar do exodo rural e do urbanismo dos tempos modernos, dois terços da população vive do amanho da terra.

Na orientação a dar-se à colonização temos, pois, que aproximarmo-nos desse limite na composição da população civilizada. Sem essa orientação, não será possível promover um desenvolvimento agrícola e fixar uma população.

Esse desenvolvimento deve comportar lugar para, nas proporções devidas, poderem progredir as instituições económicas indígenas e as actividades estrangeiras que nos convenha estimular



O problema, sem dúvida difícil mas não impossível de realizar, e que deve ser levado a efeito sem perder o nosso intuito nacionalista, consiste em combinar os nossos esforços gerais no sentido de se caminhar para uma composição da nossa população colonial, definida por uma fórmula que represente o "ótimo", das nossas aspirações, antevendo a assimilação do nosso indígena e a fusão, com a população portuguesa europeia, da população estrangeira que se acolhe às nossas Colónias com o intuito honesto de fixar-se, trazendo para elas capitais e haveres.

De todos carecemos, e todos estes elementos podem ser aproveitados sem preconceitos de raça nem receios de riscos que existam só no caso da nossa administração não saber prestigiar-se pela honestidade dos seus processos e intuídos, pela inteligência das suas fórmulas do direito, pela tenacidade contínua do seu trabalho

e pela melhor orientação dêste, na realização da sua finalidade social e política.

A formação das nações que surgiram de antigas Colónias contém a lição onde pode aprender-se quanto é preciso, porque a sua história está feita e patenteia a todos os estadistas como a evolução permite que se realize esse amalgama.

Estudando-a com critério e espírito científico, saberemos corrigir os erros que convém evitar, os acertos que é mister imitar e as virtudes que é vantajoso aproveitar.

### Os tipos de colonos a preferir

Uma vez que não dispomos de um sub-solo rico em minérios nobres e em pedras preciosas — e ainda bem que as não temos, porque a riqueza proveniente dessa origem é de natureza transitória e, portanto, efêmera — e uma vez que não se dão no nosso País as perseguições políticas e religiosas que no passado determinaram os grandes deslocamentos de população que foram a origem de algumas Colónias — o que é também para nós vantajoso, porque a sua ausência significa que a sociedade portuguesa se avizinha de uma situação de equilíbrio estável que permite o trabalho fecundo — o caminho mais fácil que se nos oferece para fazer colonização é a agricultura.

É a natureza que nos indica esse caminho e que nos facilita a exploração dos nossos territórios ultramarinos, como sendo a forma apropriada para agarrar gente ao chão: a terra. E como não existe entre a Metrópole e as Colónias um desequilíbrio económico que promova um forte movimento espontâneo de emigração, temos que atrair para a terra de Moçambique, com método, com prudência, com saber e inteligência, os elementos que servem o Estado em funções civis e militares, principalmente; secundariamente, os empregados das empresas comerciais e agrícolas, e, finalmente, os novos colonos e respectivas famílias oriundas das províncias portuguesas que consigamos convencer a vir para o Ultramar.

De resto, a história recente mostra-nos, bem evidentemente, que têm sido estas as principais fontes de colonos agrícolas.

### Os colonos antigos funcionários

As primeiras classes de colonos são as mais fáceis de atrair e de fixar, porque têm sobre a última o ascendente da aclimação, do conhecimento e duma adaptação ao meio, gradualmente adquiridas, que os vários colonos de proveniência imediata da Metrópole não possuem, estando aqueles já curados dessa nostalgia pátria que desalenta uma boa percentagem dos recém-chegados, especialmente quando têm que exilar-se desde a sua chegada para o interior, sem o terem adivinhado por uma permanência na costa e pelos deslocamentos da profissão que lhes dá o conhecimento das condições em que se trabalha no isolamento sertanejo.

Em Moçambique, tem-se olhado com desconfiança esta classe de colonos, para não dizer mesmo com um certo desamor, por má interpretação dos insucessos que a experiência tem revelado.

Na formação dêste critério de prevenção têm preponderado as opiniões meramente pessoais formadas sem exame das causas dêesses insucessos, e por êste processo errado se tem criado doutrina sem base científica, com o grande inconveniente de ela assenlar arraiais na legislação.

Será, pois, da máxima conveniência estabelecer-se aquela e pôr de parte as idéas vagas que se recolhem por primeiras impressões, sempre superficiais.

Destas resulta que os agricultores não sendo protegidos, se julgam por vezes perseguidos, quando o contrário seria o mais conveniente e é indispensável.

E é tanto mais indispensável quanto é certo que as entidades que deixam arrastar-se por erradas impressões não nos inculariam ainda qual seja outra fonte aonde devemos ir buscar os colonos que substituem aqueles que as doutrinas semi-oficiais repudiam, ou como poderemos ter Colónias sem colonos.

Entretanto, temos um regime de concessão de terras muito bem elaborado com o seu regime de reservas e outras disposições destinadas a prever um estabelecimento da agricultura, como uma actividade regular. Temos um crédito agrícola destinado ao mesmo fim; leis sobre sociedades, cooperativas e outros institutos congêneres na finalidade, mas... não deixamos levantar cabeça aos agricultores...

Porquê??!

Pois se em todos os outros países se procura auxiliar essa classe, que, mesmo em épocas de prosperidade é desfavorecida pelos elementos e pela fracção da humanidade que disrta o seu trabalho, porque não se procede aqui da mesma forma, guardando as devidas proporções, eliminando tão somente os casos retintamente anómalos?

### O "agricultor verdadeiro"

Recentemente, esboçou-se entre nós uma corrente de opinião, pretendendo que só merece consideração e auxílio, pelo menos o do crédito agrícola, quem fôr "agricultor verdadeiro", e para isso definiu-se esta entidade.

Mas o que vem a ser, numa colónia, o "agricultor verdadeiro"?

Não o sabemos! Com doze anos de vida em ínfimo contacto com tôda as classes de actividade na costa ocidental e com doze anos do mesmo convívio nesta Colónia, nunca encontramos o tipo definido.

Tampouco o vimos nas restantes colónias africanas que visítamos a não ser no elemento indígena, se como tal pode considerar-se o preto que faz as derrubas, constrói a palhota e vai à caça, entregando às mulheres o trabalho da sementeira, do cultivo e das colheitas.

Tampouco consideramos "agricultor verdadeiro", nas colónias, o "agricultor verdadeiro", das metrópoles, no momento em que se resolve a vir amanhã o solo africano.

Êste último é "agricultor verdadeiro", na mãe-pátria, porque foi crescido e criado na tradição agrícola formada na família, na qual, através das gerações, os filhos receberam dos pais, sem ciência, quasi por instinto, os preceitos do cultivo, trabalhando, através dos tempos e na mesma região, o mesmo pedaço de terra ou outras parcelas.

Ora, esse tipo, dos mais úteis à humanidade nas sociedades civilizadas, deixa de ser um "agricultor verdadeiro", quando vem amanhã o solo africano, sem deixar de ser um elemento útil à colonização, na qual deve ser considerado com um herói da ocupação económica.

As culturas que neste se praticam, o clima que encontra aqui, a natureza dos terrenos, as contingências a que estão sujeitos os animais domésticos e os da lavoura, as condições em que decorrem os trabalhos desta e os modos da vida agrícola em África, são totalmente diversos de quanto aquele sabe, inculido pela tradição e inculido na sua família, que é um outro elemento indispensável de acção na vida agrícola, em África, muito importante, também, por depender da fixação desta a realidade da nossa obra de colonização.

Um "agricultor verdadeiro", da Metrópole, aqui, não passa de um mero aprendiz que possuía apenas sobre o agricultor improvisado nas Colónias o sentido agrícola.



Não devemos deixar de aproveitar esse elemento colonizador, se formos capazes de o encarrear para África supondo que nos não faz falta na Europa, mas pensamos sempre que os colonos das primeiras classes que possuem os conhecimentos e as vantagens enunciadas, se não representam uma vantagem manifesta, pelo menos equilibram ou correspondem ao sentido ou instinto agrícola, que a êstes falta e os outros possuem, são os mais fáceis de fixar e com maiores probabilidades de êxito.

### Precisamos organizar o nosso

#### esforço colonizador

Em todos os casos, a dificuldade do problema da colonização inculca o dever de utilizar os elementos de tôdas as classes de colonos a que aludimos, na certeza de que os que provêm da população europeia fluctuante, além das vantagens indiscutíveis da adaptação ao meio já adquirida, têm ainda a de permitir a renovação daquela população pelo preenchimento das vagas dos diversos quadros de administrações públicas e particulares — renovação útil sob a ponto de vista do aperfeiçoamento cultural da população fixada.

O sucesso dos empreendimentos criados por êste movimento de fixação na agricultura, atrairá novos estabelecimentos e assim poderá caminhar-se para realizar o "maximum", da população branca considerado "optimo", pela nossa política, quantitativa e qualitativamente.

O problema, como é encarado nestas linhas, é, pois, um problema nacional.

É um problema que pretende resolver situações futuras que o estadista não pode deixar de enfrentar decididamente, porquanto, preocupando-se só com as modalidades do momento presente, não é estadista, é simplesmente administrador, e, por melhor que o seja nos seus actos, não cumpre o seu papel perante o problema da Nação, o qual só com espírito de estadista pode ser solucionado.

Para resolver êste problema nacional, é indispensável, além da ciência, empregar nas Colónias, investir nelas, energias morais e materiais.

Já possuímos os órgãos centrais metropolitanos capazes de orientar este movimento. Foram indicados no começo deste artigo.

Já temos, também, na Colónia, os organismos locais, suficientemente preparados para realizar a parte executiva que tem de ser impulsionada na Colónia.

Entre estes, têm um lugar de suprema importância as instituições locais do ensino, sobre as quais pesa a melindrosa e difícil tarefa de impelir para a agricultura a juventude moçambicana, exercendo esta impulsão desde as primeiras letras e criando a ciência que há-de substituir a tradição agrícola inexistente nas Colónias.

A Nação e a Colónia contam com estas instituições e com o espírito do Governo Central e local para dar unidade, continuidade e uma finalidade precisa aos nossos esforços colonizadores, até agora sem produzirem os resultados máximos por terem sido feitos como que isolados, dispersos e, por vezes' quasi que desconexos.

### O agricultor verdadeiro deve ser educado na Colónia

Vivemos na "Idade técnica...".

As transformações sociais, que no passado levariam séculos a realizar, conseguem-se agora, com a técnica, em anos, e algumas em dias. A evolução subsiste mas predomina a revolução.

Não será, pois, milagre o conseguirmos pela conjugação dos esforços de todas as entidades responsáveis, que dentro de poucos anos exista na Colónia de Moçambique uma geração de "agricultores verdadeiros...", por transformação dos que hoje são considerados curiosos e por adaptação dos elementos que vierem de fora, que, "ab initio...", nunca o serão menos.

É essa geração de agricultores que há-de dar o carácter nacional à Colónia. se nela soubermos desenvolver as qualidades predominantes da classe, especialmente nos pequenos agricultores, quais são a visão clara das contingências, o senso forte da realidade e o sentido perfeito da coerência dos factores naturais e do seu aproveitamento em benefício das relações e conveniências sociais — qualidades que se adquirem nessa luta diária, formidável, com a natureza, luta que é, nos seus fundamentos, a dinâmica da vida agrícola. Convém não esquecer que o agricultor tem de ser honesto e de ter fé, sem o que nesta, mais do que em qualquer outra profissão, correm grande risco de ser perdidos os esforços e o haveres que se lhe confiaram.

### Criemos uma família agrícola forte e bem organizada

Hoje, mais do que nunca, precisa a sociedade de uma família agrícola unida, inteligente, forte e bem organizada, por ser a sua boa constituição o melhor elemento para poder levantar o moral da humanidade, em assustadora progressão de decadência, e consolidar a idéa de Nação, idéa que revela tendência para desfalecer.

A agricultura exerce uma profunda influência no moral das pessoas que se lhe dedicam. Como dois terços da população dos países organizados vivem da agricultura, é essa grande massa de população que dá à Nação a sua fisionomia e o seu carácter que devem reflectir a sua sobriedade, a energia, a simplicidade, a perseverança, o espírito de sacrifício e de auxílio mútuo, o conservantismo das tradições de família e nacionais, na sua expressão máxima — qualidades que a agricultura, melhor do que qualquer outra profissão, intensifica e consolida, como consequência do amor à terra, enraizado no solo pátrio por nascimento ou por adopção, derivado de preocupação inata da constituição da propriedade individual, indispensável à segurança e ao progresso do trabalho rural.

Eis as qualidades que temos que incutir na agricultura ultramarina, pela educação, pelo ensino, pelo exemplo e pelo auxílio técnico e moral, como complemento do auxílio financeiro, se queremos continuar uma nação em África.

Perante esta obrigação, devem os governos e os homens ter sempre presente a máxima de Sócrates, enunciada 350 anos A. C., no "Economicus de Xenofonte", de que "as nações que descuram a agricultura, se extinguem, por perda de vitalidade...", máxima justificada pelas lições de história repetidas na correnteza dos séculos.

## Uma ofensiva americana em África

COM o título acima, *L'Essor Colonial e Maritime* de 13 de Maio faz-se eco da repercussão que teve na Câmara dos Lords a interpelação de um dos seus membros, o Conde Buxton, ao governo britânico, acerca da atitude dos E. U. para com a Libéria, num mal disfarçado propósito de se imiscuir nos assuntos africanos — ou, mais claramente, de pôr pé em África.

Eis como aquele periódico narra o incidente:

"Lord Meston perguntou se o Governo tinha qualquer informação sobre a situação dos indígenas da Libéria que viviam numa miséria atroz e sob o peso de uma injustiça propositada.

O Conde Buxton tomou então a palavra e disse que a Libéria devia ser obrigada a pôr em prática o programa da S. D. N. ou ser excluída da liga de Gênebra. *A América, que deseja cooperar com a Inglaterra e a França, estaria pronta, se os outros Estados estivessem de acôrdo, a assumir o protectorado da República da Libéria.*

O Sub-Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Conde de Stanhope foi tão claro na sua resposta às críticas feitas, como impreciso quanto à declaração do Conde Buxton:

"Não sei de país algum de onde nos cheguem informações que se assemelhem às que recebemos da Libéria: mau governo e miséria atroz. De há dois anos a esta parte a situação da Libéria piorou espantosamente.

A Libéria está sendo vítima da malária e outras doenças. Este país é tão perigoso para si como para toda a costa ocidental de África — e até para todo o mundo. A situação financeira é deplorável, é claro, e o plano de assistência da S. D. N. faliu estrondosamente por motivo da obstinada resistência do governo libe-riano. O Conselho da Sociedade das Nações tomara conhecimento deste assunto em Maio e o facto da Libéria ser um dos países fundadores da S. D. N. não será tido em consideração. O Governo britânico está pronto a colaborar com os outros Governos interessados em procurar os meios de se assegurar a esse desgraçado país uma administração mais eficiente e mais humana..."

Não podemos, evidentemente, fazer profecias acerca da sorte reservada à Libéria — diz o articulista de *L'Essor Colonial e Maritime* — mas não ignoramos coisa alguma das concessões Firestone, das passadas tentativas de empossamento por parte dos E. U. A., e da influência exercida pela América do Norte em Gênebra, na S. D. N., da qual se serve sem ser membro. Os americanos tentam e tentarão pôr o pé em África, — e o tratamento reservado por eles aos seus outros protectorados está cheio de ensinamentos.

A Europa não deve permitir aos que defendem no seu continente uma doutrina de *Monrse reforçada*, a criação de um campo de acção económica ou moral no Cabo Mesurado. A África é a continuação da Europa, que já deu as suas provas em matéria colonial. A América tem bastante em que se ocupar para bem se administrar a si própria e reformar as suas instituições metropolitanas, antes de pensar em melhorar as dos outros.

Dar o protectorado da Libéria aos Estados Unidos teria como corolário uma agitação anti-europeia em toda a Costa da África Ocidental.

O Governo de Washington — e basta ler os jornais do outro lado do Atlântico — não resistiria ao desejo de despachar para África, naturalmente com o seu consentimento, os agitadores pan-negros que o incomodam lá em casa, e que em breve se espalhariam por toda a parte.

Antes de encarar esta questão, seja por que aspecto for, melhor faria se fizesse um inquérito à miserável situação dos agricultores negros dos Estados do Sul!



Tem razão o articulista de *L'Essor Colonial e Maritime*. Só quem não conhece de perto a tortuosa política do americano em presença do europeu, no Extremo Oriente, pode deixar de se inquietar com as pretensões americanas em África. Aqui, como na Ásia, a sua política de intriga e de ódio junto do indígena, não conheceria limites. E os nossos amigos ingleses sabem-no muito bem...

A protecção à Libéria é um simples pretexto, hipocritamente humanitário, de assentar a tenda num Continente até hoje fechado à sua áncia de imperialismo mundial. Havemos de convir que esta atitude *xankee* nada tem de subtil — nem a subtiliza diplomática foi jámais apanágio do Tio Sam...

# A REFINAÇÃO DO AÇÚCAR EM PORTUGAL

PELO ENGENHEIRO HENRIQUE PARREIRA

## Origem e técnica de refinação

O açúcar primitivamente obtido pelos mais grosseiros processos de fabrico e que o comércio trazia para a Europa, necessitava duma purificação ulterior antes de ser entregue ao consumo. Para esse fim se estabeleceram oficinas de refinação independentes do fabrico do produto bruto.

A tradição desta refinaria em local diferente das fábricas de açúcar em rama mantem-se em nossos dias, em grande parte por uma questão fiscal, aumentando inutilmente o preço dos produtos, por quanto seria mais racional obter directamente o açúcar cristalizado da pureza desejada nas próprias fábricas que trabalham a cana; os progressos da técnica não só permitem como até aconselham que assim se proceda. Não há hoje razão técnica para que a refinação do açúcar constitua uma arte diferente da do seu fabrico. Mas há a razão de ordem legal: o Estado tributa desigualmente o açúcar branco e o amarelo. De maneira que convém, sob o ponto de vista alfandegário, importar açúcar em bruto e proceder à sua purificação nos países consumidores.

Além desta, outras vantagens de ordem económica levam ainda em nossos dias a separar a produção do açúcar em bruto do refinado. E entre elas sobressai a necessidade do emprêgo de matérias indispensáveis para a refinação — carvão activado, carvão animal, produtos químicos diversos — cuja obtenção é mais fácil nos países industrialmente desenvolvidos do que nas regiões tropicais onde se produz o açúcar.

Convém atender ainda a que o açúcar refinado se deteriora com facilidade com o calor, especialmente o tipo de açúcares areados habitualmente consumidos em Portugal, e que, por essa razão, a sua armazenagem se faz com muita maior segurança na Europa. As refinarias costumam mesmo para o próprio açúcar em rama, armazenar a maioria da-quele que será trabalhado num período largo, o qual é expedido das plantações á medida que se produz de modo a evitar a existência de stocks nos países tropicais.

Por último, a necessidade de atender e seguir as flutuações dos mercados consumidores é mais um elemento a aconselhar a montagem das refinarias junto desses mercados.



Foram os egípcios que introduziram o uso de produtos químicos (alcalis, terras alcalinas) para a purificação do sumo da cana doce, no século VIII. Mais tarde, quando se começou a fabricar o açúcar

sólido, é no Egito igualmente que aparecem, nos séculos, IX e X, as primeiras refinações.

Os árabes, ao trazerem a cultura da cana para a Europa, não sabiam empregar os processos dos egípcios e tiveram que fazer experiências que os levaram a inventar as fôrmas cónicas para cristalizar e purificar o açúcar. Mas foram os venezianos, segundo parece positivo, os primeiros que na Europa, refinaram o açúcar, a partir do século XIII ou XIV. Ao passo que os açúcares árabes eram bastante escuros, em Veneza fabricou-se muito melhor, embora se adoptassem as fôrmas dos árabes, mas aproveitando os processos seguidos na China. Os venezianos fabricavam três espécies de açúcares: o *macho*, de qualidade superior, muito branco e em cristais volumosos e duros, constituindo o chamado *açúcar candi*; o *fêmea*, menos puro e mais brando e doce de que o anterior; e o *mascardo* que era o de pior qualidade. Foram ainda eles que deram ao açúcar a forma que se tornou afamada, de pão de Veneza.

A arte de refinação passou depois para Alemanha. Em 1573 montou-se em Augsburgo uma primeira refinaria alemã, seguindo-se-lhe outras em Dresde, Hamburg e Nuremberg.

Na Holanda, há a certeza da existência de refinarias logo depois de 1500, montadas para tratar do açúcar importado da Madeira. E foram os alemães que introduziram esta indústria em Inglaterra, em 1659.

As colónias francesas aprenderam com os portugueses e holandeses a arte de refinar o açúcar cerca de 1695.



A técnica da refinação de açúcares começou por constituir um segredo cuidadosamente guardado por quem o possuía, e conservou-se como *indústria caseira* até aos princípios do século XIX.

A razão de ser das operações a que se submetia o açúcar em bruto para o purificar eram por completo desconhecidas, reinando o mais completo empirismo nos processos seguidos. Não havia nenhuma publicação sobre o assunto, mesmo até períodos bastante próximos do actual, e os progressos realizados mantinham-se secretos.

O que existia eram *receitas*, conservadas de geração em geração.

E uma destas, muito curiosa, aparece-nos num poema português dos princípios do século XVIII, para o branqueamento e purificação do açúcar pelo emprêgo dum pé de galinha — que certamente seria qualquer instrumento ou aparelho (1) com barro. É

(1) Cit. por Sousa Viterbo in ob. cit., pág. 9 e 10.

na estância 82 da «Insulana», do poeta Manuel Tomaz, que diz:

“Para que branco fique, claro e puro  
De uma galinha o pé com barro o toca,  
Que o secreto descobre mais seguro  
E a purgação com barro lhe provoca;  
Segredo que em prudência no futuro  
Alvura põe, ao que por pranto ou soca  
Descobre feito, a singular beleza  
Com que mais se engrandece na pureza...”

A descrição não pode deixar de sugerir a operação de purificação por meio de argila, muito empregada nos primitivos tempos desta indústria.

Depois, a técnica foi-se aperfeiçoando lenta-



NA EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

Monumento ao esforço colonizador português e trecho do Palácio das Colónias

mente, e na primeira metade do século XIX dão-se as três descobertas mais importantes para a indústria de refinação do açúcar: Em 1813, Edward Charles Howard inventa o aparelho de coser no vácuo. Figuiet de Montpellier, por essa mesma época, descobre as propriedades descorantes do carvão animal

que Dumont, em 1828 passa a empregar, no estado granular, em filtros. Por último, em 1844, a centrífugadora, descoberta em 1837 por Penzoldt para a secagem da lã, é empregada pela primeira vez por Schottler numa fábrica de açúcar de Sudenburgo generalizando-se o seu uso em 1850 data em que se estabeleceu o processo de turbinagem numa fábrica de Lembeek, na Bélgica (1).

Em Portugal, actualmente dois aspectos particulares caracterizam a técnica da refinação do açúcar.

O primeiro diz respeito aos processos de fabrico adoptados. Ao contrário do que sucede no estrangeiro, as ramas portuguesas não são submetidas à operação da afinação por lavagem, por não existir um emprêgo economicamente compensador para os melaços. Com ramas portuguesas, todas provenientes das nossas colónias e de cana de açúcar, a falta desta purificação prévia dificulta muitas vezes o trabalho da filtração a que os xaropes são sujeitos, e introduz na técnica das nossas fábricas problemas e métodos de fabrico diferentes dos que são vulgares lá fora.

O outro aspecto interessante da nossa produção, refere-se à necessidade de satisfazer a exigência do mercado fornecendo-lhe um tipo de açúcar que também é característico e exclusivo de Portugal: os açúcares *areados* que, como o seu nome indica são aqueles em que o grão dos cristais é tão diminuto que o produto fica com o aspecto de areia. No estrangeiro, os açúcares de consumo corrente, além dos quadrados, são em cristais de tamanho maior constituindo os açúcares *cristalizados ou granulados* que também se consomem em Portugal, embora em muito menor quantidade do que os areados. O açúcar areado pelo sistema português fica não só com um aspecto «sui generis», como também possui um sabor especial e muito apreciado, que o torna inconfundível. A sua dissolução torna-se muito fácil, mesmo em líquidos frios. O fabrico dos areados é feito por processos especiais, produzindo-se açúcares completamente brancos e açúcares amarelos. Estes últimos, que se obtêm por um menor descoramento dos xaropes durante a refinação, são não só mais baratos do que os brancos como também preferidos pelo seu paladar por certo número de consumidores.

### História da refinação em Portugal

A notícia mais antiga que conhecemos sobre refinação de açúcar em Portugal é uma carta de D. João III, de 18 de Junho de 1541, na qual é dado o privilégio de refinar açúcares, «cousa nova nestes Reynos e que nunca se neles fizera», a João António Pryoli, procurador da senhoria de Veneza. A concessão, que era por doze anos, aparece mais tarde, em 1560, transmitida pela rainha regente Catarina de Áustria a um descendente do primeiro concessionário de nome Matias Pryoli e também veneziano. Os documentos referentes a esta transmissão são um pouco confusos nas datas e nomes.

Além dos dois Pryoli já citados, aparecem mais

(1) Geoffrey Fairrie, «Sugar», Liverpool, 1925.

João del Ormo e Vicente del Olmo (1) todos venezianos e com interferência directa na exploração do privilégio.

Nos meados do século XVII, no reinado de D. João IV, estabeleceu o inglês Martim Sistre em Lisboa a refinação de açúcares baixos. Pelo seu falecimento renovou D. Afonso VI os privilégios de que gozava, por alvará de 13 de Abril de 1658, a favor de Barnabé Conforte, negociante inglês. Além de ter o monopólio da referida indústria durante dez anos, gozaria Barnabé Conforte a isenção de direitos aduaneiros para as máquinas e utensílios que necessitasse importar, assim como para o açúcar mascavado proveniente do Brasil e das Ilhas; e se falecesse antes de cumpridos os dez anos, poderia dispor dos mesmos privilégios, até se completar aquele período, em favor de pessoa capaz de continuar a exploração da indústria.

Em 1744 aparece uma notícia referente ao mestre refinador de açúcar, Cristiano Lidman, aquem a mulher de D. João V, D. Maria Ana; tomou por oficial da sua casa.

No reinado de D. José, pelo decreto de 14 de Julho de 1751, foi concedida licença a Cristiano Henrique Smith, hamburguês, para estabelecer uma refinaria de açúcar em Lisboa, no Largo de S. Paulo numa casa alugada que ficava quasi defronte da casa da Moeda. Ao contrário do que escreveu Fr. Cláudio da Conceição, no «Gabinete Histórico», e depois repetido por vários autores (2), esta refinaria não foi a primeira que se montou em Lisboa, como se pode constatar pelas referências anteriores a mestres de refinação de cuja existência são provas os documentos publicados por Sousa Viterbo.

Na refinaria de S. Paulo se vendeu o açúcar ao preço estipulado de 100, 140 e 160 réis, cada arrátel, conforme as quatro qualidades fabricadas.

Pelo alargamento duns prédios vizinhos ficou a oficina privada de luz suficiente o que levou Smith a pedir licença, que lhe foi concedida por provisão de 24 de Maio de 1753, para o estabelecimento de uma segunda fábrica em Marvila, na estrada que vai de S. Bento dos Loios para o Poço do Bispo. Esta nova fábrica começou a trabalhar em 1761. Era uma instalação importante. Os aparelhos instrumentos nela existente, cobres, chumbos, ferros, fôrmas, painéis e mais acessórios, foram avaliados em três contos e quarenta mil réis (3).

Na segunda metade do século XVIII a refinação do açúcar na metrópole deve ter perdido muito a sua importância. Com o abandono da indústria no Brasil passou-se a importar açúcar da França, e certamente de outros países. Marselha e La Rochelle exportavam refinados para Lisboa ao mesmo tempo que recebiam açúcar mascavado do Brasil. Com a chegada dos açúcares das Antilhas, em La Rochelle foram estabelecidas taxas proteccionistas que impediam a entrada dos açúcares brasileiros; como represália, em Portugal respondeu-se com direitos proi-

bitivos e o comércio desapareceu entre os dois portos (1).

Durante os primeiros tempos do século XIX a refinação do açúcar, como de resto todas as outras em Portugal, atravessaram um período difícil. Era o próprio Estado que muitas vezes dificultava a vida das empresas, como sucedeu quando se pensou sair de Lisboa todas as fábricas que trabalhavam «com fogos ardentes», designadamente as de vidros, chapéus e refinação de açúcar.

Baseava-se esse projecto em duas razões principais: 1.<sup>a</sup>—porque as fábricas tornavam o combustível caro; 2.<sup>a</sup>—porque podiam ser causa de incêndios. E, em sua defesa, citava-se o alvará do tempo de D. Sebastião, de 30 de Agosto de 1559, que mandara retirar para dez léguas de Lisboa as fábricas de refinar o açúcar «porque fazião caro este genero, e erão causa de se exportar para fóra do reino» (2).

Um escritor que descreveu a situação de Portugal no reinado de D. João VI diz que havia então em Lisboa uma refinaria importante e duas ou três mais pequenas onde se fabricava açúcar em pó e em pães. No Porto também se refinava o açúcar. E noutras cidades do reino havia alguns estabelecimentos, mas de pequena importância e fabricando mal. O açúcar do Brasil era o único cuja importação era permitida. O consumo do país andaria então por 14 a 16 milhões de libras, na sua totalidade (3).

Nos princípios do ano de 1848 a Viuva Ferreira Pinto e seus filhos, tendo-se associado com o técnico francês Filipon Bernex, estabeleceram uma refinação de açúcar numa das suas casas de Santo Amaro, em Lisboa, onde esteve instalado um pósto da Cruz Vermelha há alguns anos, e actualmente é propriedade da condessa de Burnay.

A fábrica destinava-se a refinação e cristalização de açúcar, para o que possuía os aparelhos mais aperfeiçoados da época, os quais tinham sido fornecidos por Mr. Derosne, de Chaillot (perto de Paris). A sua capacidade de laboração era cerca de 750 arrobas de açúcar por dia. Na instalação e compra de maquinismos gastaram-se mais de cem contos de réis, o que constituía quantia importante para aquele tempo.

O processo de fabrico seguido era resumidamente o seguinte: dissolvido o açúcar em água de modo a obter o xarope com a concentração devida, o que se fazia em caldeiras de cobre, e depois da adição dum defecante que provavelmente seria sangue de boi, procedia-se à filtração em filtros de tipo Taylor. Em seguida, o xarope passava por filtros contendo carvão animal em grãos, e daqui ia para um aparelho de coser no vácuo, que foi provavelmente o primeiro que se montou em Portugal. A massa cosida era lançada em fôrmas, umas de barro e outras de ferro, com o aspecto de pirâmides cónicas, e as quais eram elevadas mecânicamente — grande progresso para a época — por meio duma nora, para o sótão do edificio, onde assentavam sobre os leitos (caixas de madeira com o fundo de

(1) Sousa Viterbo, ob. cit. nos nomes a que se faz referência: e Fortunato de Almeida, subsídios para a história económica de Portugal—Porto 1920, pág. 22.

(2) J. M. Esteves Pereira—«A Indústria Portuguesa», pág. 38.

(3) Sousa Viterbo, ob. cit.

(1) Paul M. Bondois—«Les centres sucriers Français au XVIII siècle», Paris 1931 18 e 24.

(2) José Acurcio das Neves, memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, Lisboa 1820 pág. 75.

(3) Balbi, Essai statistique sur le royaume de Portugal, Paris, 1822 1.<sup>a</sup> página 454.

zínco inclinado) para escorrer o melaço e acabar a cristalização do açúcar. Aqui procedia-se à «Clerça» (Clairçage) consistindo em lavagens sucessivas com xaropes feitos com açúcar puro. Os pães de açúcar eram então levados para estufas aquecidas por vapor para se dar a secagem.

A máquina de vapor da fábrica servia para efectuar o vácuo no aparelho de coser e para a elevação das fôrmas para o andar superior do edificio.

O carvão animal empregado no fabrico vinha primitivamente de França ou da Bélgica, especialmente de Loos, dos estabelecimentos Kuhlmann, especialistas deste produto. Depois passou-se a fabricá-lo num anexo da própria refinaria para o que se montaram dois fornos de carbonização e um de revivificação, assim como trituradores, moíños e peñeiros. Os ossos antes de serem carbonizados eram desengordurados e secos, ao abrigo do ar em caldeiras fechadas. As gorduras extraídas eram vendidas, ao que parece para fabrico de sabão. O carvão que, depois de muito uso, já não estava em estado de sofrer a revivificação, vendia-se como adubo.

Ainda anexa à refinaria ficava uma olaria para fabrico das fôrmas de barro para os pães de açúcar.

Algum açúcar refinado por esta empresa chegou a ser exportado para o Brasil, mas a-pesar-disso a fábrica deu grandes prejuízos e acabou por cessar a sua laboração. O açúcar produzido era duma qualidade muito boa e, por isso mesmo, de consumo restricto, emquanto que a instalação podia produzir quantidades excessivas para o tamanho do mercado (1).



Quando do inquérito industrial de 1881 havia em Lisboa 21 fábricas de refinação e areação de açúcar. Em todo o país existiam uns 60 refinadores de açúcar.

No Pôrto havia 22 refinações. As duas mais importantes eram as de João Ribeiro Pereira, na Rua Mousinho da Silveira, produzindo 1200 kilos de açúcar refinado por dia e empregando 8 homens, e a de Francisco Marques Antunes & C.<sup>a</sup>, na Rua de D. Pedro, produzindo 1000 kilos por dia e empregando 6 homens. As restantes refinarias eram mais pequenas regulando a sua produção por uns 700 kilos de açúcar por dia, sendo em geral metade desta quantidade refinada por conta própria e a outra metade por conta alheia. O pessoal total empregado no Pôrto em refinarias e *poeitas* (oficinas onde se queimam e pulverizam os ossos destinados à refinação) era de 108 homens. O açúcar total refinado por ano regulava por 3.000 a 3.200 toneladas, no valor de 700 a 750 contos. A refinação de João Ribeiro Pereira era a única que possuía filtros de calda, substituídos por uma bomba manual elevadora e por dois corpos cilindricos carregados de-carvão animal granulado através do qual passa a calda.

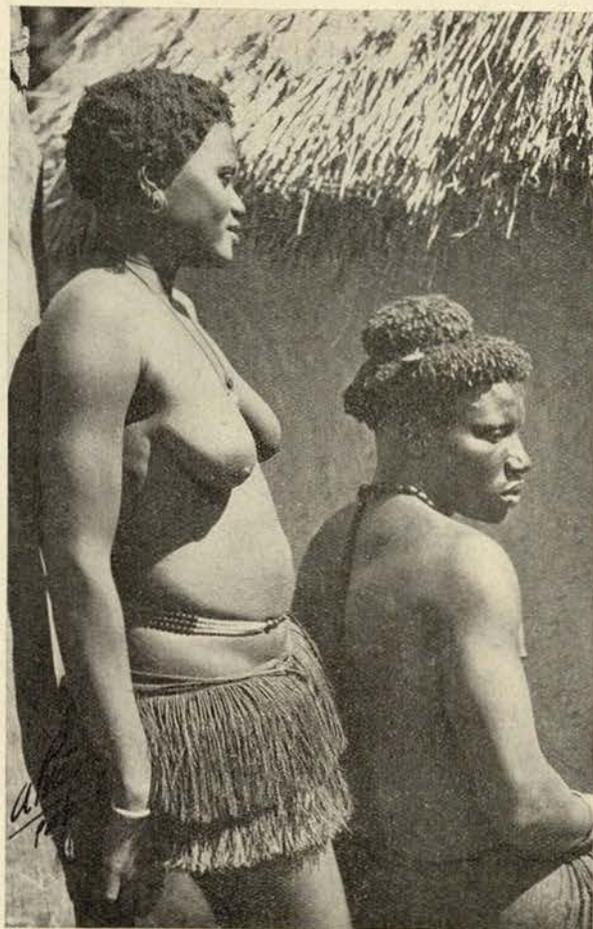
O salário mensal do mestre duma oficina de refinação, no Pôrto, com alimentação, casa e roupa, variava de 15.500 réis para baixo.

Os operários recebiam, em média, 9.000 réis por mês, também com alimentos, casa e roupa. Trabalha-

vam dezasseis horas das quatro da manhã às oito da noite.

A Comissão do Inquérito Industrial registava que nas refinações «o salário é mínimo, os braços poucos, os processos primitivos, a condição do trabalho quasi infima, semelhante a um bruto de carga».

Os refinadores queixaram-se de que o açúcar moído, procedente de Hamburgo, era despachado na Alfândega como açúcar não refinado pagando por isso direitos inferiores. Não podiam eles assim importar, como desejavam, açúcar do Brasil o qual tinha sido suplantado pelos açucares de França, Inglaterra e Alemanha que «sendo muito inferiores na força sacarina, são contudo mais apurados e



## NA EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

Dois soberbos exemplares de raça bijagoz

muito mais baratos». O Conselho Geral das Alfândegas estabeleceu depois que somente o açúcar de fôrma devia ser considerado como refinado, isto é, como inteiramente expurgado de matéria estranhas (1).

(1) Breve notícia sobre o estabelecimento e laboração de uma fábrica de refinação e cristalização de açúcar, apêndice ao livro do centenário da Fábrica da Vista Alegre, p. 55.

(1) Inquérito Industrial de 1811, 2.<sup>a</sup> parte liv. 2.<sup>o</sup> pág. 220.

O Decreto de 30 de Setembro de 1892 sobre a introdução de novas indústrias veio impulsionar o estabelecimento de refinações de açúcar. A legislação proteccionista então promulgada teve como efeito fomentar iniciais, muitas das quais prosperaram e se mantiveram até aos nossos dias.

Em 1896 funda-se com o nome de Refinaria Privilegiada de Portugal, uma fábrica na Junqueira tendo em vista a produção de açúcar em quadrados. O capital da empresa era de 1.300.000 francos franceses. Os resultados da exploração não foram os esperados e a sociedade liquidou em 1900.

Reformada a empresa, agora com o nome de Refinaria Portuguesa, e com o capital de 1.250.000 francos dos quais 900.000 constituíam «apport» da antiga sociedade, a fábrica sofreu uma transformação profunda de modo a passar a produzir açúcares moídos que eram vendidos sob a designação de areados.

Esta última sociedade vendeu a fábrica à Companhia do Açúcar de Moçambique em 1907/8. Tinha então uma superfície de 3.700<sup>m</sup><sup>2</sup>, dos quais 1.800<sup>m</sup><sup>2</sup> eram ocupados por edifícios, ocupados ao longo da margem direita do Tejo, sobre uma extensão de 145 metros. A refinaria podia produzir todos os tipos de açúcar consumidos em Portugal: quadrados, pilé, torrão, granulados, areados, etc. A produção total, variável segundo as qualidades fabricadas, podia ir até 18.000 quilos em 10 horas. Em média, o fabrico dos areados representava mais de 80 % da quantidade produzida. A força motriz era obtida com três geradores que forneciam vapor para uma máquina de 120 H. P. e para as operações do fabrico.

Esta refinaria trabalhou até princípios de 1909 com uma produção média anual de 2.500 toneladas. Em 1911 foram as instalações adquiridas pela sociedade a que pertence o sr. J. P. Hornung e desde então não tornou a ser utilizada como estabelecimento fabril servindo porém de armazem para os açúcares em rama chegados de África,



Em Dezembro de 1908 começou a trabalhar, embora só tivesse sido inaugurada oficialmente mais tarde, nos terrenos marginais do Tejo em Alcantara, em edifício expressamente construído para esse fim, uma nova refinação mecânica pertencente à Companhia do Açúcar de Moçambique. A inauguração oficial da fábrica efectuou-se a 12 de Março de 1909, na presença de el-rei D. Manuel II. O acto solene assumiu aspectos de acontecimento importante na diminuta vida industrial daquele tempo.

A fábrica era dirigida tecnicamente por um belga Mr. Condamen. A sua capacidade de produção atingia cêrca de 20 toneladas por dia, podendo produzir tôdas as qualidades de açúcar desejadas, pelo mercado. As instalações ocupavam uma área superior a 6.000<sup>m</sup><sup>2</sup>. Os maquinismos instalados, correspondendo à última palavra da técnica da época, foram fornecidos pela conhecida casa francesa da especialidade Fives-Lille.

Em princípios de 1911, o industrial açucareiro de Moçambique sr. Hornung comprou a fábrica de Alcantara que passou a ser propriedade da firma Hornung & C.<sup>a</sup>, depois de transformada em Hornung & C.<sup>o</sup> Ltd. Eram directores da Companhia do Açúcar de Moçambique quando se deu esta transforma-

ção os srs. Élio de Melo Rego, José de Andrade Júnior e António Centeno. O primeiro director da Refinaria Colonial, como então passou a denominar-se a fábrica, foi José de Paiva Raposo,<sup>(1)</sup> mais tarde conjuntamente com seu irmão Tomás de Paiva Raposo; pelo falecimento do primeiro destes srs. entrou para a direcção o conselheiro Soares Branco, também já falecido.

Em Julho de 1921 passou a Refinaria Colonial da firma Hornung & C.<sup>o</sup> Ltd. para a Sena Sugar Estates, Ltd.

Alguns refinadores manuais de açúcar tinham-se associado para montar uma refinaria mecânica, o que fizeram em 1908. Constituíram uma sociedade, com o nome de Sociedade Portuguesa de Açúcares, a qual estabeleceu a sua fábrica num terreno contíguo ao da Refinaria Colonial, que nessa altura pertencia à Companhia de Açúcar de Moçambique. Mais tarde, não tendo a empresa dado os resultados desejados, passou a fábrica para a Sociedade Industrial Aliança. A capacidade de produção era então de sessenta toneladas por dia. O processo de fabrico adoptado empregava, além das operações vulgares da fundição do açúcar (defecação com albumina e pó de carvão animal, filtração em filtros Taylor, filtração sobre carvão animal) um método especial de evaporação e areação em aparelhos denominados «Eurekas»; estes consistiam essencialmente numa serpentina aquecida por vapor exteriormente, na qual passava o xarope que dela saía no estado de massa cosida a que se juntava torrões duros de açúcar (gorjões) para provocar a cristalização. O fabrico de açúcar granulado era feito por meio de aparelhos de coser na vácuo, malaxadores e turbinas, segundo o processo vulgar.

## Condições actuais da indústria

O número total de refinarias no país, que em 1900 não chegava a ser de cinqüenta, aumentou notavelmente com a legislação proteccionista que tinha em mira não só provocar o desenvolvimento da produção colonial do açúcar, como também promover a sua refinação na Metrópole. Chegou assim a contar-se mais de cem pequenas refinarias manuais, empregando processos de fabrico extremamente primitivos. Estas oficinas trabalhavam com ramas compradas aos produtores coloniais ou importadas do estrangeiro.

Os produtores de açúcar em rama trataram porém de montar refinarias próprias.

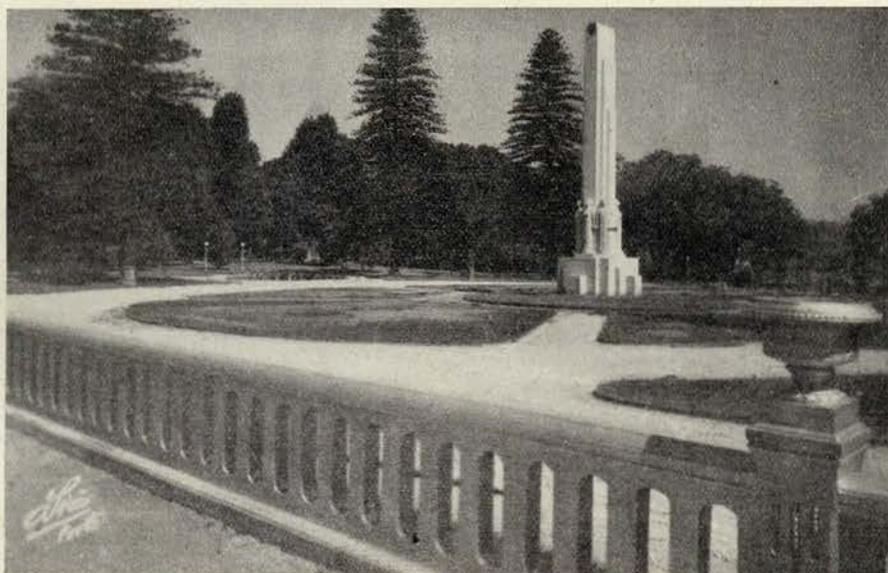
Em 1925, a fábrica pertencente à Sociedade Industrial Aliança, a que nos referimos anteriormente, passou para a posse de Sena Sugar Estates, sendo

(1) José de Paiva Raposo foi, com seu pai um dos pioneiros da ocupação portuguesa da Zambézia. Tomou parte na expedição ao Chire em companhia de Serpa Pinto e Alvaro de Castalões; com João de Azevedo Coutinho andou na ocupação do país dos Macololos, fez parte da expedição organizada para bater o regulo M'loulo, e por último, na campanha do Barué, assistiu à morte de seu irmão Carlos de Paiva Raposo. Pelas provas de coragem e pelas capacidades disciplinadoras demonstradas durante esta última campanha foi, por proposta de Azevedo Coutinho, condecorado, com a Torre Espada. No exercício do seu lugar de director da Refinaria Colonial em Lisboa, conquistou a estima do pessoal operário sendo ainda hoje lembrado saudosamente por aqueles que com êle trabalharam.

integrada na Refinaria Colonial. Esta ficou então com uma área de 13.600<sup>m</sup><sup>2</sup>. A sua capacidade de produção pode atingir 200 toneladas em 24 horas. Normalmente são empregados nela cerca de 300 homens.

A Companhia Colonial do Buzi, constitui uma sociedade por quotas com Jerónimo Martins & Filhos e com a Sociedade Agrícola da Ganda, adaptando uma antiga fábrica de moagem existente na Póvoa de Santa Iria, pertencente à Companhia Industrial Portugal e Colónias, a refinação de açúcar. Esta refinaria pertence actualmente à Sociedade Agrícola do Cassequel. A sua capacidade de produção é de 20 a 25 toneladas de açúcar por dia. Tem instalada

Têm actualmente alvará de licença para a exploração da indústria ao todo, 58 refinarias, no continente, assim distribuídas: vinte e duas em Lisboa, 28 no Pôrto, uma em Barcelos, uma em Braga, uma em Feira, uma em Mangualde, uma em Coimbra e uma em Évora. Muitas destas oficinas não estão em laboração pela dificuldade que encontram em fabricar produtos que possam entrar em concorrência no mercado com os obtidos pelos processos mais aperfeiçoados. Os refinadores manuais queixaram-se em Maio de 1930 de que lhes não eram fornecidas ramas coloniais a preços razoáveis, e de novo em Março de 1932 e depois em Outubro do mesmo ano tornaram a protestar junto



### NA EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

A Praça do Império vista da Esplanada do Palácio das Colónias

uma máquina de vapor de 150 H. P. e produz tanto açúcares brancos como amarelos, empregando a cosedura a céu aberto, embora possua aparelhos para coser no vácuo. A Sociedade Agrícola do Cassequel possui mais duas refinarias, além destas, em Matosinhos. Quanto aos açúcares da Companhia Colonial do Buzi são refinados actualmente em Lisboa na refinaria brasileira, que é uma refinaria mecânica com cosedura a céu aberto, e no Pôrto nas refinarias manuais de Cardoso, Rêgo & C.<sup>a</sup> L.<sup>da</sup>, de Manuel dos Santos Xavier & C.<sup>a</sup> e da Sociedade Mercantil e Industrial, L.<sup>da</sup>. Por último, a Companhia do Açúcar de Angola instalou recentemente uma refinaria mecânica utilizando processos modernos, com cosedura no vácuo, estabelecida em Matosinhos, junto ao cais do molhe sul do pôrto de Leixões.

dos poderes públicos contra o propósito que diziam existir da parte dos grandes produtores de não os deixar trabalhar.

A capacidade de laboração em oito horas de trabalho das refinarias existentes na Metrópole é a que se segue, segundo uma representação dos próprios industriais entregue ao Ministro do Comércio em que pedem que, em aplicação do decreto de condicionamento das indústrias, não seja permitida a instalação de mais nenhuma refinação de açúcar.

Lisboa.....	226.000 quilos
Porto .....	131.225 »
Total....	<u>357.225</u> »

# A REFORMA ADMINISTRATIVA ULTRAMARINA, IMPLICA A REFORMA DA ESCOLA SU- PERIOR COLONIAL

POR J. R. A.

**A** Reforma Administrativa Ultramarina, aprovada por Decreto n.º 25.229, é assinada pelo Sr. Presidente do Ministério — Dr. Oliveira Salazar — e pelo Sr. Ministro das Colónias — Dr. Armindo Monteiro.

É um documento notável, nem outra coisa seria de esperar dada a alta competência e saber de quem o subscreve: dois Ilustres Homens Públicos, que às suas notáveis qualidades de estadistas aliam o serem dois dos nossos mais eminentes Catedráticos de Direito.

Esta Reforma estabelece, como não podia deixar de ser, as normas para o preenchimento dos cargos de Administração Colonial. E dos preceitos nela exarados resulta a insofismável necessidade de se fazer a reforma da Escola Superior Colonial.

Posta assim a questão, sem mais preâmbulos, passamos a defender a nossa tese e como tal começamos por transcrever o art. 9.º daquele Decreto-lei, que é assim:

«Aos alunos que na Escola Superior Colonial se hajam matriculado até ao ano lectivo de 1933-1934, inclusivé, são mantidos os direitos que a legislação actualmente em vigor lhes reconhece».

Por este artigo claramente se vê que o legislador, ressalvando os direitos adquiridos dos alunos, que no presente ano lectivo se matricularam na E. S. C., conseqüentemente ressalva os direitos dos diplomados.

Convém nesta altura para esclarecimento do nosso raciocínio e das pessoas que tiverem a maçada de nos ler, transcrever também as disposições legais que concedem estes direitos aos diplomados da E. S. C. e que fazem parte do seu Estatuto, aprovado pelo Decreto com força de lei n.º 12.539, de 25 de Outubro de 1926, actualmente em vigor e que são como se seguem:

«Os cargos de inspectores e administradores de circunscrição, de chefes de posto, de administradores de concelho, de secretários de circunscrição e outros de categorias equivalentes, só poderão ser providos, a partir de 1 de Outubro de 1930, em indivíduos diplomados com o Curso Superior Colonial professado na E. S. C...»

«As vagas que venham a abrir-se no quadro dos 2.ºs Officiais do Ministério das Colónias, poderão concorrer os diplomados com este curso, embora seja dada preferência aos diplomados que já sejam funcionários do Ministério...»

«Os cargos de Secretários dos Governos de Distrito e de Chefes das repartições distritais deve-

rão ser atribuídos preferentemente a diplomados com o Curso Superior Colonial».

Finalmente para o preenchimento de todos os cargos civis ou militares dependentes do Ministério das Colónias, terão sempre preferência os indivíduos que às demais habilitações exigidas por lei, juntem o diploma de qualquer dos cursos desta Escola».

Reforçando a nossa maneira de ver, torna-se conveniente exarar aqui, a se-

guir, o Decreto com força de lei n.º 20.664, de 25 de Dezembro de 1931, em que se determina no seu art. 1.º que, «tôdas as nomeações para os quadros da administração civil nas colónias serão sujeitas à confirmação do Ministério das Colónias e nenhum funcionário se considerará válidamente nomeado sem essa confirmação».

O art. 2.º do mesmo Decreto, estipula que «são nulas e de nenhum efeito as nomeações que se efectuarem nas colónias para os quadros administrativos quando forem feitas sem observância do disposto no Decreto n.º 12.539, de 25 de Outubro de 1926», que o mesmo é dizer do Estatuto da Escola Superior Colonial.

Não pode ter duas interpretações a legislação citada e por este motivo, esperamos que ao abrigo da lei sejam nomeados os diplomados da E. S. C. que requererem a sua colocação no quadro administrativo de qualquer das nossas colónias, bem entendido, depois de serem abertas as vagas e conseqüentemente publicadas as respectivas listas nos Boletins Officiais e *Diário do Governo*, como a lei ordena.

Não se suponha qua aquilo que pretendemos ver executado a favor dos diplomados da E. S. C., venha a ser uma preferência de direitos de algum funcionário, visto admitirmos desde já, o princípio da Reforma Administrativa do preenchimento das vagas alternadamente, por diplomados e não diplomados.

Nestes termos, resta a quem de direito, nomear os diplomados que desejam presentemente ir exercer funções nas nossas colónias, embora, bem entendido, se tenha em vista as funções públicas, quer civis, quer militares exercidas pelos candidatos, tanto na metrópole, como nas colónias e se leve em linha de conta o maior número de habilitações literárias, etc.

Também admitimos que nem todos os diplomados devem ser nomeados *ab initio* para cargos superiores de administração pública, parecendo-nos a nós, que os cargos intermediários de Secretários de circunscrição (visto estes logares passarem a ter categoria de 1.ºs os oficiais chefes de secção) ou administradores adjuntos (estagiários) seriam aqueles que mais se coadunariam com os seus grandes conhecimentos teóricos e onde mais facilmente poderiam adquirir a prática necessária.



Terminada a primeira parte do nosso despretençioso relato seja-nos lícito entrar na análise da segunda e última parte, começando por focar, trans-

crevendo, as vantagens dos alunos que vierem a matricular-se no futuro ano lectivo na E. S. C.

Nas disposições que agora vamos apontar, as nomeações obedecerão ao princípio, já atrás referido, das vagas serem preenchidas alternadamente, por diplomados e não diplomados.

Assim segundo a alínea a) do art. 129.º da Reforma Administrativa, as nomeações para a categoria de Chefe de Pósto, (2.ºs oficiais dos quadros gerais) feitas pelos Governadores Gerais ou de Colónia, recairão em indivíduos diplomados com o curso da Escola Superior Colonial, que tenham menos de trinta anos de idade e mais de 18; terem bom comportamento civil; terem bom comportamento moral; terem cumprido o serviço militar ou terem sido declarados aptos para êle; terem carta de chauffeur, etc.

As vagas para secretários de circunscrição que ocorrerem no quadro de cada colónia serão providas pelo Governador, por promoção de chefes de pósto estagiários, com o curso da Escola Superior Colonial e pelo menos, um ano de exercício dessas funções pela ordem de nomeação — alínea a) do art. 130.º.

O preenchimento dos lugares de administrador de circunscrição de 3.ª classe, será feita pelos Governadores por promoção dos secretários de circunscrição, diplomados com o curso da Escola Superior Colonial que tenham dois anos de exercício efectivo do cargo com boas informações.

A promoção às 2.ª e 1.ª classes dos administradores de circunscrição será feita por nomeação de administradores da classe inferior, com boas informações segundo a ordem da sua antiguidade no pósto, e que tenham pelo menos, 2 anos de serviço efectivo em circunscrições na classe anterior.

Os intendentes de distrito serão tirados dos administradores de circunscrição de 1.ª classe com mais de seis anos, para exercerem o lugar em comissão de três anos.

Para as vagas de inspectores administrativos, serão nomeados pelo Ministro das Colónias entre os administradores de circunscrição de 1.ª classe que o Conselho Superior de Disciplina das Colónias lhe propuser.

Terão preferência em igualdade de circunstâncias os diplomados com o curso da Escola Superior Colonial ou os formados em Direito.

Emquanto a carreira administrativa não estiver organizada segundo as normas da Reforma o Ministro nomeará para inspectores administrativos, em comissão de cinco anos pessoas que tenham exercido com boas provas de capacidade, os lugares de director de serviço de Colónia ou de Governador de distrito, desde que tenham um curso superior.

Os Governadores de Província serão nomeados pelo Ministro por escolha entre os inspectores administrativos.

E enquanto a carreira administrativa não estiver assim organizada o Ministro nomeará pessoas que tenham exercido os lugares de director de serviço ou de Governador de distrito, desde que tenham um curso superior.

Finalmente as vagas de inspectores gerais de administração colonial são preenchidas pelo Ministro entre os Governadores de Colónia ou de Província que tenham desempenhado com distinção os lugares.

Até completa execução da reorganização serão os inspectores gerais escolhidos dentre os Governadores

de Colónia ou de Distrito ou antigos directores de serviço de colónia que tenham desempenhado com distinção esses cargos.

As regalias anteriores conferidas aos diplomados da E. S. C. pela Reforma Administrativa, passam a ser de uso próprio dos alunos que vierem a matricular-se no próximo ano lectivo e o legislador assim o entende, quando diz que os cargos de tal... e tal... serão em metade providos por diplomados da E. S. C. e não pelos diplomados com o Curso Superior Colonial, visto que a estes, repetimos, lhe foram resalvados os direitos e muito bem.

A mesma Reforma exige aos futuros diplomados que se vierem a matricular no ano lectivo p. f. de 1934/1935 no 1.º ano, carta de chauffeur, limite de idade na entrada, certas práticas físicas e uma informação final da E. S. C. que até aqui lhe não era de exigir.

Da simples exposição que acabamos de fazer resulta imediatamente diferença entre o que se mantém para os matriculados até ao presente ano lectivo e, portanto, terminam o curso da Escola Superior Colonial em 1937 e o agora regulado para os matriculados depois daquele ano.

As regalias mantidas e as agora estabelecidas necessitam dum processo especial de equilibrio e este só pode ser a Reforma da Escola feita de acôrdo com os novos preceitos.

Mas a-pesar-desta reforma ser indispensável, não deve, contudo, fazer-se imediatamente. E digo que não deve ser feita imediatamente, pelas seguintes razões:

Realizou-se o Congresso da União Nacional nos últimos dias do mês de Maio o qual continha no seu programa, uma grande parte de matéria colonial. Aguardemos as conclusões dos votos formulados.

Da mesma forma somos levados a crer que nos congressos que vão realizar-se no Pôrto, durante a Exposição Colonial, alguma coisa de útil deve surgir para o ensino colonial e possivelmente novas orientações de modo a modificar o presente, com vantagem para o futuro.

Mas como se calcula que os congressos terminam por todo o mês de Outubro próximo, seria boa a ocasião, depois de se conhecerem os votos emitidos para, de vez, se reformar a Escola Superior Colonial.

Até lá qualquer reforma que se faça, a não ser a dos serviços administrativos, pode não ser duradoura e ter que sujeitar-se a alterações, mesmo antes de totalmente posta em prática.

E da reforma da Escola nada há a recear enquanto estiver a dirigí-la o grande patriota e alto espirito de orientador, sr. Conde de Penha Garcia e enquanto for Ministro das Colónias o sr. Dr. Armindo Monteiro, a quem a Escola Superior Colonial já tanto deve.

---

## A BEM DO IMPÉRIO

O editorial do último número de *Portugal Colonial* subordinado ao título acima, por lapso de composição não apareceu assinado, podendo deprender-se, assim, ser da autoria do Sr. Henrique Galvão que assinava o artigo que se lhe seguia. O editorial em referência é da autoria do nosso Director. A rectificação é necessária por nesse artigo se fazer uma larga apreciação, justamente elogiosa, da I Exposição Colonial Portuguesa.

*À bon entendeur...*

# Página literária

À entrada da povoação dividiam-se grandes eucaliptos, como que a oferecerem frescura e sombra.

Henrique decidiu parar apenas na Manhica; mas o espectáculo que se lhe deparou era por tal forma imprevisto e imponente, que resolveu demorar-se alguns minutos em Marracuene.

Do alto arborizado a que não faltava a comodidade duns bancos de pedra, deteve-se a contemplar o largo rio Incomati, que lá em baixo serpenteava entre margens verdejantes.

Apaixonado dos encantos do Mondego, Henrique, contudo, teve de confessar, infimamente, que o vastíssimo lençol de água do rio africano, sobre ser duma beleza mais magestosa, não saía diminuído do confronto, nem mesmo na poesia tão cantada pelos vates de Portugal.

A sede da Administração de Marracuene possui poucas casas. No entanto, a residência do administrador—um verdadeiro palácio!—quasi debruçada sobre o Incomati, rodeada de arvoredo e de paisagem deslumbrante, faz nascer a dúvida de se estar próximo do local há alguns anos assinalado como teatro do combate em que, à minguada tropa de Caldas Xavier, se opuzeram milhares de aguerridos e audaciosos landins.

Não foi sem comoção que Henrique se descobriu quando lhe mostraram o singelo monumento onde se encontram gravadas estas palavras:

JAZEM AQUI OS SOLDADOS PORTUGUESES QUE MORRERAM PELA PÁTRIA, NO COMBATE DE 2 DE FEVEREIRO DE 1895

O médico conhecia bem a história da guerra que o astucioso Gungunhana desencadeara no distrito de Lourenço Marques, pois muitas vezes ouvira contar a seu Tio, já residente em África por essa altura, as façanhas do punhado de bravos que haviam alcançado vitórias das mais retumbantes, especialmente em Marracuene e em Magul.

Ao defrontar aquele monumento humilde, sentiu acudir-lhe à lembrança factos com que o seu patriotismo sempre vibrara.

Reviveu então a chegada de António Enes a Lourenço Marques, quando, investido nas altas funções de Comissário Régio, vinha para dirigir a Guerra de África, acompanhado por alguns oficiais briosos,

## O COMBATE DE MARRACUENE

Excerpto do livro

“Em Portugal e África”

de Amátia de Proença Norte

dignos descendentes dos heróis de Aljubarrota, corações inundados de audácia, lábios sedentos dos beijos da glória!

Fôra debaixo duma frondosa maffurreira, no jardim do Palácio do Governo, que António Enes, contando com a dedicação dos seus admiráveis colaboradores, resolvera a ocupação de Marracuene, com o propó-

sito de lá instalar um Posto Militar.

Seis dias depois, a 28 de Janeiro, as tropas saíram de Lourenço Marques, num total de 812 homens que marchavam formados em quadrado.

Com pequenos núcleos de tropas brancas para opor a numerosas mangas de revoltosos traçoeiros, o quadrado, nessa luta desesperada de 10 ou 20 contra um, foi a base invencível nas operações da campanha do Sul de Moçambique, em 1895.

Protegendo todos os lados dos combatentes com muralhas de baionetas, a luta corpo a corpo, em que o número quasi sempre vence, tornou-se impossível, e as linhas de fogo podiam cumprir a sua missão de conter e arrazar o inimigo que o Gungunhana enfiara e desencadeara contra a soberania de Portugal.

A marcha até Marracuene fizera-se debaixo de chuvas torrenciais e de calores sufocantes.

Os soldados, enopados, febris mas firmes, viram passar os dias longos e escuros, com as cataratas do céu desmedidamente abertas, a despejarem chuva, sem que houvesse o menor rumor de assalto.

Na madrugada de 2 de Fevereiro de 1895, as sentinelas conservaram-se despertas em meio da maior tranquillidade e, porque se aplacara a chuva, também em meio do maior silêncio; mas inesperadamente, quando ao toque da alvorada o quadrado se acabava de formar, surgiram bandos de negros que corriam para o bivaque, querendo fazer acreditar aos soldados indígenas da África Ocidental, pertencentes às tropas fiéis, que eram camaradas e amigos.

Nos primeiros momentos, o quadrado, sobressaltado e indeciso, não compreendeu o que se passava.

Alguém, entretanto, gritou o alarme:—«Cuidado! São landins!...»

Ao mesmo tempo, à voz enérgica do comando, as armas alvejaram as trevas:—cintilhou o fogo em todas as faces do quadrado, enquanto as peças, num concôrto de relâmpagos e trovões de nova espécie, despejavam metralha para a emmaranhada massa dos revoltosos.

Os tímidos pretos de Angola, nada afeitos ao

ribombar da artilharia e aos clarões intermitentes desse incêndio que estalara com a rapidez do raio, não souberam suportar o embate nem as azagaías dalguns assaltantes que investiram denodadamente contra a linha de fogo,—a única!—que pressentiam medrosa e vacilante.

O quadrado rompeu-se...

Com o avanço e o choque dos landins, os desgraçados *angolas* recuaram prontamente, tomados de pânico, abrindo-se no quadrado uma larga brecha que só por esforço heróico, e pode dizer-se sobre-humano, não pôs ponto final, trágico, na vida desses 812 homens a quem estariam reservadas todas as torturas, que os instintos brutais dos selvagens antegozariam com dobrado prazer e ferocidade.

No interior do quadrado, os landins, soltando uivos ensurdecedores, empenhavam-se numa luta titânica; mas, atacados à cutilada por Caldas Xavier, Eduardo Costa, Paiva Couceiro, Aires de Ornelas e outros bravos, pulavam com a agilidade de discípulos de Satanás, esquivavam-se e contorciam-se até que em terríveis lutas corpo a corpo os assaltantes foram desarmados, alguns deles esmagados à corinhada, outros levados na frente desses militares destemidos que os expulsaram pela face escancarada.

O quadro, iluminado a vermelho pela explosão das peças, dava a ideia duma pintura infernal!

Contudo, a brecha que o terror dos *angolas* e o ímpeto dos landins abriram no quadrado, lá estava, e, mais uns minutos, as tropas portuguesas seriam esfaceladas se, com o arranco dos primeiros temerários, a onda negra, movendo-se como coluna de ferro, sobre ele caísse e o alagasse.

Foi então que o capitão Roque de Aguiar, comandante duma esquadra de infantaria de polícia, heroicamente marchou ao encontro dos rebeldes que arremetiam em tropel furioso, aos gritos de «avança, landim!» — barrando-lhes a passagem, enquanto a face rota do quadrado se recompunha e ficava apta a impedir a entrada das mangas sequiosas de sangue, que se desdobravam como serpentes diabólicas na frente da minguada hoste dos soldados de Portugal!

Os técnicos consideram impossível a reconstituição dum quadrado, quando roto por um dos lados; pois esse milagre realizou-se em Marracuene, mercê do arrôjo assombroso de meia dúzia de homens, longe dos affectos mais queridos, desdenhando, com abnegação, a própria vida, para só pensarem no esplendor que iria doirar uma nova página da velha Lusitânia!

Mais de 3.000 pretos despejavam tiros e arremesavam azagaías aos 812 valentes de quem temiam aproximar-se, porque, além das descargas contínuas e certeiras, já não ignoravam como seriam trespassados pelos ferros afiados das baionetas.

Então o furor dos landins fê-los correr, como flechas, ao longo do quadrado, uivando como feras famintas, rosnando e saltando como animais raivosos; outros colavam à terra os corpos nus e viscosos, rastejando como reptis peçonhentos; e ainda outros avançavam intrèpidamente até ao alcance da fuzilaria medonha que levantava nuvens de fumaçada.

O clamor desses milhares de combatentes quasi abafava o estrondo dos canhões!

Continuou o tiroteio cada vez mais intenso, cada vez mais disciplinado, até que às 6 horas da manhã

tóda a berraria dos cafres cessou, ao mesmo tempo que eles se sumiam como afundados no solo!

Cozidos com a vegetação que cobre as margens do Incomati, fugiram apavorados antes que o fogo os exterminasse por completo.

A retirada dos landins deu às tropas portuguesas a alegria da vitória, ainda que enlutada pela perda de algumas praças, enterradas no local ocupado pelo quadrado que tão valorosamente lutara contra a superioridade numérica dos guerreiros negros.

Tal o combate glorioso que o pobre monumento de Marracuene acabava de recordar a Henrique.

---

---

## Escola Superior Colonial

Terminaram no dia 30 de Junho findo, os exames finais neste importante e útil estabelecimento de ensino, que provisoriamente funciona num palacete da Praça do Rio de Janeiro.

Como já tivemos ocasião de informar os nossos leitores, estes exames começaram no dia 4 do referido mês, tendo requerido 95 alunos; os resultados descrevem-se pela forma seguinte:

Transitaram do 1.º ano para o 2.º — os senhores: Norte da Silva, Rodrigues Paizana, Gonçalves Lourenço, António J. Lopes, Mota Brandão, Barros Caldas, Fernando Sá e Melo, Pedro Chantre, Rodrigues Nina, João Osório de Oliveira, Barbosa de Matos, Pele da Costa Pereira, Ramos Ascenção, Santos Pereira, Maria Augusta Sá e Melo, Spencer Salomão, Geraides Gamas, Araújo Ribeiro e L. de Oliveira Aguiar.

Do 2.º para o 3.º transitaram os senhores: Alberto Amarante, Cabral da Câmara, Durões Correia, Ennes Ferreira, Cristóvão Júlio, F. Castilho Duarte, F. Ferreira Cidade, Pires de Campos, Araújo Regalo, Estevão de Sousa, Nunes dos Santos, Conceição Parreira, Gomes Botelho, Joaquim Henriques Andrada Pinto, Andrade de Pinho, José A. Ferreira, Ferreira da Paixão, Ribeiro Filipe, Morgado Rosa, Luís Cunha, Machado de Barros, Dias Belchior, Silva Pinto e Rui de Almeida.

Do 3.º para o 4.º transitaram igualmente os senhores: Adamastor Ribeiro, Rodrigues dos Santos, Coutinho Saraiva, Correia Nobre, Teixeira Leal, António de Almeida, Pedro da Costa, Lopes da Cruz, Kol d'Alvarenga, Basso Marques, Francisco A. de Oliveira, Pereira de Figueiredo, Santos Patrício, Silva Lopes, Mascarenhas Gaivão, Roque de Pinho, Duarte Machado, Bento Ruah, L. Ferreira, Cidade Leal Dias, Ferreira Martins, Martins Costa, Condorcet da Costa e Raul Guimarães.

Concluíram o Curso Superior Colonial, os senhores: Brito e Cunha, Pereira Caixinha, Nunes Costa, Pires Veloso, Rebeca Júnior, Vieira Miguens, Cícero Solheiro, Arrobas Ferro, Cruz e Santos, Ferreira Gonçalves, Roque da Silveira, Simão Barros e Costa Júnior.

---

---

**PORTUGUESES DA METRÓPOLE ...**  
**PORTUGUESES DO ULTRAMAR ...**  
PREFERI INVARIAVELMENTE  
OS BRINQUEDOS DESPORTIVOS E UTILITÁRIOS

**"Eureka"**  
FABRICA DE APARELHOS E BRINQUEDOS DESPORTIVOS  
(MODELOS DEPOSITADOS E PRIVILEGIADOS NO PAIZ)

MARCA REGISTRADA

POIS SÃO TÃO PERFEITOS COMO OS MELHORES  
ESTRANGEIROS E SÃO NACIONAIS

VISEM O PAVILHÃO EUREKA (152)  
NA 1.ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

DESEJAM-SE AGENTES NAS COLÓNIAS

---

---

# Alguns dos mais recentes elementos de informação económica e demográfica sobre as Colónias Portuguesas

## ANGOLA

### Aspectos Económicos

#### Comércio Externo

Saldos de Balança Económica nos últimos dez anos (1924/33)

Anos	Importação	Exportação	SALDO	
			Positivo	Negativo
1924	332.357.626	275.914.979		56.442.647
1925	252.146.594	233.638.446		18.508.148
1926	233.789.999	200.040.549		33.749.450
1927	282.676.044	213.148.164		69.527.880
1928	259.815.679	272.372.699	12.557.020	
1929	305.768.020	281.920.004		23.848.016
1930	240.544.467	233.968.548		6.575.919
1931	146.870.223	204.310.014	57.439.791	
1932	191.346.113	199.877.546	8.531.433	
1933	175.937.852	246.863.819	70.925.967	

Proporção entre a Metrópole, Colónias Portuguesas e o Estrangeiro, no Comércio de Importação e Exportação de 1929/33

Anos	Metrópole		Colón. Port.		Estrangeiro		Total			
	Imp. %	Exp. %	Imp. %	Exp. %	Imp. %	Exp. %	Metr. %	Cl. Po. %	Estg. %	
1929	39,31	37,86	0,22	3,95	50,47	58,19	38,58	2,09	59,33	100
1930	37,38	39,58	0,34	3,70	62,28	56,72	38,48	2,02	59,50	100
1931	44,59	40,22	0,34	11,71	55,07	48,07	42,40	6,03	51,57	100
1932	48,00	56,05	0,31	2,99	51,69	40,96	52,02	1,65	46,33	100
1933	55,15	56,91	0,14	1,75	44,71	41,34	56,03	0,94	43,03	100

Pôrto do Lobito — Movimento do Pôrto

Nacionalidades dos navios entrados	1928/29	1929/30	1930/31	1931/32	1932/33
Portuguesa	221	160	216	229	183
Inglesa	27	29	35	42	18
Alemã	26	25	40	38	37
Americana	10	8	11	8	13
Belga	2	8	6	77	65
Sueca	3	3	2	—	1
Norueguesa	3	1	2	—	6
Holandesa	—	1	—	—	—
Italiana	—	—	8	8	7
Francesa	—	—	1	—	1

Porto do Lobito — Movimento do Pôrto

	1928/29	1929/30	1930/31	1931/32	1932/33
Navios entrados	292	235	321	402	331
Tonelagem bruta	851.473	862.283	1.308.566	1.954.275	1.644.209
Número de dias de acostagem	838	778	624	715	563
<b>Passageiros desembarcados:</b>					
Europeus para Angola	3.042	3.133	2.739	1.889	2.568
em trânsito	22	67	44	1.095	1.043
Indígenas	413	323	665	1.186	726
<b>Passageiros embarcados:</b>					
Europeus para Angola	1.505	1.938	1.996	1.873	2.053
em trânsito	9	24	25	1.827	3.004
Indígenas	349	1.159	256	460	688
<b>Mercadorias. Tons.:</b>					
Importação:					
Para Angola	36.097	30.615	34.292	43.744	28.771
Em trânsito	30.138	30.138	7.942	2.113	2.620
Gado, cabeças, importação	17	62	87	36	5
Exportação de Angola de gado, cabeças	66.061	67.796	84.882	56.535	61.019
Exportação de trânsito minério de Katanga	5.470	1.959	4.800	2.545	2.143
	—	—	—	40	26
	—	—	—	32.424	21.294

### Expansão Missionária

#### Missões Católicas

Existem em Angola 44 Missões Católicas, instaladas em 369 edifícios dissimulados por toda a colónia com um valor intrínseco de 12.550 contos.

O pessoal das Missões é o seguinte:

93 missionários superiores dos quais 36 portugueses, e destes, 2 pretos.

124 missionários auxiliares, dos quais 97 portugueses e destes, 8 pretos.

2.472 catequistas portugueses sendo 2.466 pretos.

29 enfermeiros portugueses sendo 4 pretos.

Quanto a instrução: durante o ano de 1933 frequentaram as escolas das missões 5.477 alunos, dos quais 70 fizeram exame de instrução primária. Educados nas missões havia no mesmo ano 567 oficiais de "metier", e artistas.

#### Missões Protestantes

Existem 41 Missões, instaladas em 925 edifícios cujo valor intrínseco é de 7.515 contos.

O pessoal das missões é o seguinte:

198 missionários, dos quais 7 portugueses e destes 3 pretos.

124 professores dos quais 90 portugueses e destes 71 pretos.

835 catequistas dos quais 832 portugueses pretos.

75 enfermeiros dos quais 35 portugueses pretos.

Quanto a instrução durante o ano de 1933 frequentaram as escolas das missões 8.058 alunos dos quais 326 fizeram o exame de instrução primária. Educados nas missões havia no mesmo ano, 695 oficiais de "metier", e artistas.

## GUINÉ

### Principais mercadorias de importação

Tecidos de algodão.  
Gêneros alimentícios.  
Cerveja.  
Vinhos.  
Materiais de construção.

### Principais gêneros de exportação

Amendoim (mancarra).  
Coconote.  
Arroz.  
Couros.  
Óleo de palma.

### Culturas e produção

1933	Áreas	Produção
Milho.....	39.422 Hec.	19.414 Ton.
Café.....	716 "	159,80 "
Rícino.....	100 "	60 "
Purgueira.....	8.748,2 "	2.309 "
Tabaco.....	17,98 "	12 "
Larangeiras.....	62,50 "	6.703.700 frutos
Côco.....	213,30 "	1.423.500 "
Bananas.....	130 "	117.000 cach.
Cana sacarina.....	1.448,30 "	30.400 Ton.
Açúcar.....		310 "

### Arrolamento de gado

Bovídeo.....	12.789
Azinino.....	11.316
Caprídeo.....	46.313
Equídeo.....	1.141
Ovídeo.....	9.239
Muares.....	1.377
Suídeos.....	19.194

### Principais indústrias

Aguardente, açúcar, mel de cana sacarina, cal, panificação, óleo de baleia, atum em conserva de azeite, sal, olarias.

### Expansão Industrial

Na Colônia existem estabelecidas as seguintes indústrias:  
De produtos cerâmicos na ilha de Bissau, propriedade da Sociedade Industrial Ultramarina.

De extracção de óleo de palma na ilha de Bubaque, propriedade da Companhia Agrícola e Fabril da Guiné.

De fabrico de aguardente extraída da cana sacarina, explorada por vários agricultores nas ilhas de Bolama, Bula e Cacheu e nas áreas das Circunscrições Civis de Bafatá e Farim.

As áreas cultivadas de cana sacarina tem sido aproximadamente de

153 hec. em 1930/31 com uma produção média de 68.850 litros de aguardente.

154 hec. em 1931/32 com uma produção média de 69.300 litros de aguardente.

134 hec. em 1932/33 com uma produção média de 60.300 litros de aguardente.

96 hec. em 1933/34 com uma produção média de 43.200 litros de aguardente.

A exportação de óleo de palma extraído na fábrica de Bubaque tem sido em números redondos

Em 1926....	68 toneladas
" 1927....	196 "
" 1928....	198 "
" 1929....	266 "
" 1930....	263 "
" 1931....	286 "
" 1932....	319 "
" 1933....	283 "

### Movimento dos navios de longo curso entrados no Pôrto Grande de São Vicente nos últimos 50 anos

Anos	Navios
1883.....	1408
1884.....	1446
1885.....	1337
1886.....	1249
1887.....	1425
1888.....	1711
1889.....	1265
1890.....	1593
1891.....	1038
1892.....	994
1893.....	942
1894.....	1131
1895.....	1248
1896.....	1579
1897.....	1273
1898.....	1444
1899.....	1499
1900.....	1879
1901.....	1592
1902.....	1096
1903.....	1214
1904.....	1394
1905.....	1268
1906.....	1630
1907.....	1719
1908.....	1543
1909.....	1391
1910.....	1593
1911.....	1296
1912.....	1707
1913.....	1466
1914.....	1112
1915.....	1368
1916.....	1377
1917.....	418
1918.....	234
1919.....	1216
1920.....	1126
1921.....	752
1922.....	856
1923.....	940
1924.....	1445
1925.....	933
1926.....	1035
1927.....	1411
1928.....	1137
1929.....	1363
1930.....	954
1931.....	859
1932.....	728
1933.....	709

## Aspectos Económicos

### Comércio Externo

Saldos de Balança Económica nos últimos dez anos (1924/33)

Anos	Importação	Exportação	SALDO	
			Positivo	Negativo
1924	34.148.916	29.680.673		4.468.243
1925	61.296.692	49.161.480		12.135.142
1926	49.827.595	44.462.300		5.365.295
1927	37.816.956	35.671.097		4.145.859
1928	34.312.856	34.190.206		122.650
1929	56.892.833	50.717.876	15.825.043	
1930	38.677.930	45.313.002	6.636.072	
1931	30.488.973	35.776.086	5.287.973	
1932	18.305.652	29.441.461	11.135.809	
1933	26.246.609	34.004.826	7.758.215	

Proporção entre a Metrópole e o Estrangeiro, no Comércio de Importação e Exportação de 1923/32

Anos	METRÓPOLE		ESTRANGEIRO		TOTAL	
	Impt.	Expt.	Impt.	Expt.	Metrop.	Estrang.
1923	22,77 %	58,35 %	77,23 %	41,65 %	40,56	59,44
1924	31,06 "	22,46 "	68,94 "	77,54 "	26,76	73,24
1925	39,85 "	30,74 "	60,15 "	69,26 "	50,99	49,01
1926	26,88 "	28,82 "	73,12 "	71,18 "	35,34	65,22
1927	27,37 "	26,36 "	72,63 "	73,64 "	55,70	73,13
1928	33,53 "	59,32 "	66,47 "	40,68 "	46,42	54,03
1929	33,27 "	68,71 "	66,73 "	31,29 "	50,99	49,01
1930	31,00 "	56,83 "	69,00 "	43,17 "	43,92	56,08
1931	28,65 "	57,90 "	71,35 "	42,10 "	43,27	56,73
1932	35,34 "	64,56 "	64,66 "	35,44 "	49,95	50,05

## CABO VERDE

Evolução populacional

Anos	População
1900.....	147.424
1910.....	142.552
1920.....	159.675
1930.....	146.299
1931.....	148.533
1932.....	150.553
1933.....	153.182

População em 1933

Raças:

Branca .....	5.825
Preta .....	87.223
Mixta .....	60.134

Naturalidades:

Da colónia.....	150.040
Outras colónias.....	278
Metrópole.....	656
Estrangeiros.....	208

## Movimento fisiológico da população

Nascimentos .....	7.392
Casamentos.....	521
Mortalidade.....	3.361
Divórcios.....	5
Imigrantes .....	900
Emigrantes.....	559

NOTA. — Salienta-se o facto do número de nascimentos ser muito superior ao do da mortalidade.

Mortalidade da população nos últimos cinco anos

1929 .....	2.488
1930 .....	3.187
1931 .....	4.027
1932 .....	4.445
1933 .....	3.361

Instrução

Sabem ler e escrever.....	37.914
Sabem ler.....	10.070
Média de analfabetos.....	43,5 %

Sexos

Varões .....	68.967
Fêmeas.....	84.215

Nas cidades

Praia.....	5.872
Mindelo.....	13.914
S. Filipe.....	6.448

Por ilhas

Santiago.....	61.936
Maio.....	2.000
Fogo.....	20.978
Brava.....	8.896
S. Vicente.....	13.579
Ribeira Grande.....	20.315
Paul.....	9.535
S. Nicolau.....	12.887
Sal.....	734
Boa Vista.....	2.316

(Continua no próximo número).

PREFIRA OS PRODUTOS



CERAS PARA MÓVEIS | FABRICO ESPECIALIZADO  
ENCAUSTICAS | DE MANUFACTURA DE  
INSECTICIDAS, ETC. | ARTIGOS CASEIROS

Pedidos ao fabricante NUNO SALGUEIROS

Avenida Montevidéu, 312

PORTO

# Colonização e Povoamento de Moçambique

## Como os italianos encaram as possibilidades económicas de Moçambique

### A opinião de um colono italiano

O nosso prezado colega italiano «*Azione Coloniale*» publicou num dos seus últimos números o curioso artigo de que damos a seguir a tradução. O seu principal interesse consiste em reproduzir o depoimento de um colono italiano, evidentemente apaixonado pelas inúmeras possibilidades económicas que o seu espírito observador descobre no território moçambicano, nomeadamente ao norte do Rio Lúrio. É simpática a forma como o Sr. Sforza se refere às facilidades que o Governo português concede a todos os colonos de boa vontade e às intenções, qualquer que seja a sua nacionalidade.

*As riquezas africanas — entregam-se, é facto, mas só a quem as sabe desvendar. Eis porque pretendemos que a educação do colono português seja sobretudo uma educação da vontade e do espírito de iniciativa, aliada à cultura suficiente para se adaptar a um mundo novo de actividades fecundas mas subordinadas a uma orientação onde a perseverança e a coragem moral não façam minguar. A colonização portuguesa que tem logrado êxito, deve-se a indivíduos dotados destas imprescindíveis qualidades.*

*Estimulá-las é o dever do Estado, de preferência a organizar artificiosos organismos de colonização que as mais das vezes só engendram a ruína dos mais auspiciosos empreendimentos.*

*Todo o auxílio do Estado em prol da colonização que não for de incitamento, directo ou indirecto, e se não traduzir na criação de um ambiente que ajude o colono a resolver êle próprio as suas dificuldades — em vez de lhas aumentar, está naturalmente votado de ante-mão ao insucesso. Outra necessidade é a de fomentar no colono o espírito de associação de interesses — de modo que os muitos possam resolver, para todos, as dificuldades que um só seria impotente para resolver. O assunto é palpitante — tem uma actualidade de todos os dias — e vale a pena ser debatido com mais largueza.*

*Voltaremos ao assunto na primeira oportunidade.*

A. S.

**D**E regresso de uma viagem à África Oriental Portuguesa, o meu companheiro S. A. SFORZA, de Milão, forneceu-me alguns dados relativos às possibilidades de colonização e exploração daquele território que, podia vir a ser uma fonte de trabalho e de receita para os italianos que pudessem dispor e quisessem levar consigo um determinado capital. Juntamente com seu cunhado, que vive naquelas regiões há mais de 10 anos, o companheiro SFORZA completou um atento e escrupuloso estudo que chamou para o nome italiano tódas as simpatias que se resumem nas facilidades que foram concedidas pelas autoridades competentes.

É com grande prazer e orgulho que ouvi repetir pelo Governador do Distrito de Cabo Delgado, Sr. Jones da Silveira, que desejaria vivamente colonos italianos, pois tem por êles a mais alta estima e consideração e que, entre todos os colonos estrangeiros, êles têm dado as melhores provas de disciplina, de correcção e de aptidão para o trabalho.

Não devo ocultar as muitas manifestações de simpatia que recebi da parte de todos os funcionários do Distrito de Cabo Delgado, principalmente do Governador a que atrás me referi.

São bem recentes as palavras do eminente homem que hoje rege os destinos de Portugal, Sr. Salazar, por meio das quais expunha o seu pensamento no que respeita à colonização estrangeira dos domínios portugueses:

*«Portugal concede a livre entrada nos seus domínios aos capitais e aos homens que ali desejem encontrar emprego e trabalho».*

Faz, não obstante, na sua política, uma reserva em virtude da qual, estes capitais e estes trabalhadores devem integrar-se no conjunto da economia nacional e não constituírem, dentro dela, corpos estranhos.

O conceito é claro e a colonização italiana, em tódas as partes do mundo, tem demonstrado que não oferece o perigo manifestado, antes pelo contrário.

O trabalho de meu cunhado naquelas regiões tem sido de estudo dentro do território que vai desde o Rio Lurio ao Rio da fronteira Norte, o Rovuma, que o separa do Tanganika.

Sobre estes estudos enviaram-se relatórios ao Governo português, que muito lhe agradaram, sobretudo na parte referente aos minérios de Carvão, Mica, Amianto, Grafite, Ferro e tantos outros, bem como no que dizia respeito a matérias primas espontâneas como o *Dum*, que se está tratando de valorizar, e de um número infinito de valores de grande interesse tais como as *Celuloses* que foram descobertas pelos Eng.<sup>os</sup> Fratelli Pamilio, de Nápoles, que conseguiram extrair de algumas matérias primas daquela região, a *Celulose*, por êles próprios considerada de «*Maravilhosa*».

Estas matérias primas existem em abundância, podem considerar-se uma fonte de trabalho imenso para aqueles que desejem explorá-las e constituem uma riqueza pela sua vastidão.

Na parte referente à geologia daquelas regiões, posso afirmar que não existe diferença entre elas e as bem conhecidas regiões de Katanga e de Madagascar, pois ali se encontra tudo o que há na Katanga e em Madagascar.

Aquelas terras, pelo seu clima, são geralmente de «rendimento», existindo regiões próprias para a colonização europeia, possuindo um clima parecido com o nosso meridional ou médio e produzindo tudo que a nossa terra dá, mas com maior abundância e com mais amplitude, dando o trigo duas ou mais colheitas no ano, o arroz e tódas as frutas, como qualquer horta das faldas do Vezúvio, além do café, do chá, do tabaco, etc., etc.

Existem actualmente plantações de *sisal*, *fumacuna*, *algodão*, etc., etc.

Aquelas terras estão livres, perto do mar, a uma distância máxima de 150 a 250 km. e formam um planalto de cerca de 1000 a 1500 metros sobre o nível do mar, povoadíssimo por indígenas.

Existem ótimas estradas próprias para automóvel. O Distrito de Cabo Delgado, compreendido entre o Lurio e o Rovuma, contém uma população de cerca de 500.000 indígenas. Este índice demográfico é a melhor prova das qualidades daquela região, pois em regra o homem não habita e não se fixa onde o clima e a terra são ingratos, nem tão pouco se multiplicam e com mais forte razão os negros que, voluntariamente têm pouca tendência para o trabalho e para se adaptarem aos melhoramentos do ambiente.

Portugal necessita de colonos: naquela região são as próprias autoridades que declaram que o colono italiano seria bem recebido, porque é competente para desenvolver trabalho útil para êle e para o país que o hospeda.

### Produtos — Exploração

*Paletuvier*—Chamado na colónia: *casca de Mangal* ou *Mangoov*. É um produto que serve para o cortume de peles. Existe

## Colonização

em grande quantidade ao longo da costa. Esta planta nasce e cresce também no mar, junto a terra.

**Amianto**—Existe uma Mina descoberta por meu cunhado, cerca de 150 km. do mar. A amostra examinada por um engenheiro da África do Sul, muito competente, classificou o produto *Amianto* bom para o comércio. Poderia interessar às fábricas italianas de Fibro-Cimento, como a Eternite, etc., etc.

Pode-se obter a concessão dos direitos de exploração da mina, em boas condições.

**Mica**—Pode-se obter Mica magnífica que interessa a Itália. O direito de exploração da mina pode conseguir-se em boas condições. Mão d'obra de primeira ordem para se trabalhar a Mica no próprio local e exportá-la para todos os mercados europeus.

**Carvão de madeira**—Existe um jazigo inexgotável de carvão de madeira de uma ótima proveniência, do ébano e de outras essências rijas, como mogno, etc., etc.

Estes carvões interessam muito o Egito. O carvão é fabricado pelos indígenas, de forma que uma empresa exploradora limitaria-se a obter o monopólio para o açambarcamento deste carvão. Pouco capital, pouco pessoal, unicamente o necessário para o serviço de inspeção, propaganda, etc. Bom rendimento.

**Fibra de côco**—Existem extensas matas de côco. Explora-se unicamente a polpa do côco para a fabricação da *Copra*, que se exporta muito.

A fibra do côco é geralmente queimada, empregando-a também os indígenas, numa mínima parte, trilhando-a e extraindo-lhe a fibra, na fabricação de cordas e de cabos para os sambucus.

Para este efeito os indígenas empregam aparelhos seus, muito simples e fazem cordas com a fibra do côco muito bonitas e que não diferem das feitas à máquina.

Pode-se criar uma indústria indígena com um capital mínimo.

Poder-se-ia encarar, ainda, a possibilidade de uma fabricação mais racional, adquirindo-se uma desfibradora fiandeira inglesa e finalmente uma pequena máquina que possa fabricar cabos a dois fios, muito procurados em Itália. Também se pode produzir unicamente a fibra, representando este trabalho um bom rendimento.

**Celulose**—Pode-se obter celulose magnífica e em abundância ou exportar simplesmente as folhas de palma *Dum*, das quais os Srs. Fratelli Pomilio, de Nápoles, extrairam magnífica celulose que classificaram de "Maravilhosa".

A celulose representa um grande negócio quer fabricando-a no próprio local, quer exportando a matéria prima, tal como a *Fibra de Andossonia* (dita Baoba) folhas secas de *Palma Dum* etc., etc.

Uma fábrica de celulose naquelas regiões teria também, como matéria prima, o *Bambu* e outras numerosas plantas fibrosas.

**Madeiras rijas**—Existe em abundância o *éban* e o *mogno*. A concessão para a sua exploração é fácil de obter.

**Madre-Pérola**—*Green Snail* ou *Burgans*. Com uma organização adequada pode-se obter de 4 a 5 toneladas mensais podendo mesmo este quantitativo ser duplicado estendendo-se a exploração para fora do distrito de Cabo Delgado.

É possível obter-se o monopólio para a exploração deste produto em toda a costa da colónia de Moçambique.

Com um capital apropriado podem conseguir-se grandes benefícios. Para a fabricação de camafeus encontram-se as *Corníales* (*Casques rouges*) etc. Existem outras variedades de conchas de *madre-pérolas* de fácil aquisição.

**Algodão arbóreo**—Existem pequenas árvores com 2 a 3 metros, aproximadamente, com um sólido tronco, que produzem inúmeras cápsulas de um algodão extremamente branco, com um fio grosso e ordinário, mas de bonito aspecto.

Este algodão espontâneo podia ser utilizado na indústria e a sua produção pouco custosa limitada simplesmente à colheita e à cardagem.

A fibra do algodão arbóreo é pouco mais comprida do que a do algodão do Egito, mas muito mais encaracolada.

Pode-se obter a concessão para a sua colheita.

**Oricello**—Existe em grande quantidade e ainda não explorado.

**Goma copal**—Pode-se colher em grande quantidade.

**Carvão**—Minas descobertas por meu cunhado, qualidade igual à de Cardiff.

**Ouro**—Está comprovada a sua existência.

**Petróleo**—Existe na costa.

**Ferro de toda a qualidade**—e uma infinidade de outros minérios.

**Grafite**—De todas as qualidades.

**Gengibre**—Exponlâneo, ótimo e abundante.

**Tamarindo**—Magnífica árvore, esplêndida e vulgaríssima. Podem-se colher grandes quantidades e de qualidade não inferior à de Madrastra e Calcutá.

**Cera-mel**—Em abundância e ótima qualidade.

Existem já algumas plantações de sisal e de sumauma pertencentes a alemães.

Tenho para vender uma plantação de sisal e sumauma, pertencente a um alemão, em plena eficiência, com casa de habitação, maquinismos, Decauville, etc., em boas condições. É um bom negócio para quem quiser retomar esta plantação.

Podem-se obter facilmente concessões de terrenos de qualquer extensão para cultivar sisal, sumauma, tabaco, café, chá, etc.

As sementes oleaginosas são cultivadas pelos indígenas, sendo fácil a sua aquisição por preços vantajosos.

**Algodão**—Segundo a lei dos *prazos*.

Todos os *prazos*, isto é, imensas áreas de terrenos — são povoadas por indígenas e demarcadas em toda a circunscrição do distrito de Cabo Delgado. Nestes *prazos* os indígenas são obrigados a cultivar o algodão recebendo do concessionário do *prazo* a respectiva semente.

O concessionário tem inspectores que vão controlar a sementeira e a constante limpeza das propriedades até à época da colheita. Na ocasião da colheita o concessionário é o único autorizado a comprar aos indígenas o algodão produzido.

Constituiu-se uma Sociedade portuguesa que obteve o exclusivo dos *prazos*. Esta Sociedade autorizou-me a procurar o seu financiamento em Itália.

**Mandioca**—Esta *euphotbiacea* representa uma das mais interessantes plantas das regiões tropicais.

Não figura na produção das nossas Colónias, porque a mandioca necessita de condições climatológicas e de precipitação, que infelizmente não possuímos nas terras africanas que estão debaixo do nosso domínio.

Não obstante, a mandioca, debaixo dos seus variados aspectos, constitui um produto de grande consumo em Itália na alimentação e na indústria, sob a forma de farinhas, de tapioca, amido, féculas, etc.

Estimariamos que, de uma certa forma, fôsse possível dar à indústria e ao comércio, interessados neste artigo, a conveniência de uma produção própria e de uma emancipação, sobretudo, dos mercados franceses e holandeses, visto o comércio italiano ter a possibilidade de possuir uma produção sua do artigo em questão.

Ouvimos falar sobre as magníficas possibilidades que oferecem os terrenos ao norte de Moçambique. Estas terras são muito próprias para o cultivo da mandioca e encontram-se exactamente nas mesmas condições climatológicas de Madagascar, que exporta anualmente 60.000 toneladas de mandioca em bruto e trabalhada.

Moçambique, oferece neste sentido maiores vantagens, tais como a facilidade de se obter a pouca distância do mar terras apropriadas para o cultivo desta planta, o que de-certo não é novidade visto em Moçambique a mandioca constituir já a principal alimentação do indígena. Estas plantações são bem conhecidas dos indígenas, bastaria para as intensificar fazer constar ao indígena que havia comprador *certo* para este produto, o que seria fácil.

Temos um facto importantíssimo a notar em Moçambique que é a abundância de mão de obra e consequentemente um salário reduzido, enquanto que em Madagascar um indígena custa cerca de três francos por dia, ou sejam actualmente 6 escudos, em Moçambique o salário regula por Escudos 1\$70 por dia. Em qualquer ocasião que se quizesse encarar, o que seria para aconselhar, uma industrialização em Moçambique, dos produtos da mandioca, fazer-se-ia um ótimo negócio, porque o Governo Português concede direitos de monopólio para as novas indústrias e ter-se-ia assim um produto monopolizado de uma Sociedade, de uma Entidade, ... etc.

Assim se poderia produzir farinha, fécula, tapioca, etc., etc., deixando também um vasto campo para a exportação da mandioca natural.

Os terrenos próprios podem obter-se em condições vantajossimas, as despesas de transporte são mínimas devido à proximidade do mar onde a mandioca se produz.

No que respeita às féculas, etc., é necessário notar que a batata doce se produz em Moçambique de forma abundante, de fácil cultivo e de grande rendimento por hectare.

Poder-se-ia também pensar em estabelecer *prazos* para o algodão, isto é, obter o produto com o exclusivo de compra aos pretos que levariam o produto à fábrica com, no todo ou em parte, seria submetido a uma laboração, segundo o critério que fôsse adoptado.

(a) A. SFORZA.

Como complemento a tudo quanto diz o companheiro Sforza, estamos em condições de poder juntar alguns elementos acerca da actividade de outras nações em Moçambique. É particularmente

(Conclui na página 54)

# A cafeeicultura em Angola

POR ALFREDO ALMEIDA AFONSO

*Agricultor em Angola*

O café tem sido, desde há muito tempo, o principal produto de exportação de Angola e pode continuar a sê-lo se, como é preciso, dispusermos à sua cultura e preparação, os necessários cuidados tal como se procede nos países que marcham na vanguarda desta cultura, entre eles a

Colômbia, a Venezuela e o México.

Os tipos conhecidos na exportação cafeeira de Angola são os de Novo-Redondo, Cazengo e Ambriz, tipos inferiorizados pelas espécies cultivadas (libérica, robusta, canephora, etc.) e pela deficiente preparação do produto, cujas cotações têm estado imensamente arrastadas e já mais se elevarão ao nível atingido noutros tempos.

O problema cafeeiro em Angola, tal como sucede no Brasil, é uma questão de *qualidade* e é para este alvo que as atenções de todos os coloniais cafeeiros devem dirigir-se, porque as razões são óbvias, como vamos ver.

A preferência que os mercados consumidores de café estão dando aos tipos finos marca nitidamente nas cotações que estes tipos têm alcançado, em contraste com a baixa formidável de preços dos tipos inferiores. Para melhor elucidação, observemos as cotações de 1 de Outubro de 1931, na praça de New-York:

BRASIL	Rio	tipo 7	116\$160	} (Mil réis por sacco de 60 kg.)
>	Santos	> 4	158\$400	
COLOMBIA	Medellín		348\$480	
MÉXICO	Coatepec		369\$600	

Vemos por estes números que os tipos médios de exportação do café brasileiro andam, nas suas cotações, à roda de um terço das alcançadas pelo café colombiano e mexicano.

O Brasil, que só se tem preocupado com a *quantidade* vê-se hoje em sérios embaraços para resolver o problema que afecta o seu principal produto de exportação, cujas cotações não têm permitido, na maioria dos casos, lucros alguns aos seus produtores, havendo muitos, especialmente os da *zona velha* que têm tido prejuízos com a cultura do café.

Este país, dado o aspecto do problema, obterá hoje melhores resultados económicos, tanto para a vida particular do produtor, como para a sua situação financeira, se produzisse metade do café que produz, mas tipos de primeira qualidade.

O Brasil já compreendeu o erro que trilhava com a sua política de altas cotações, a qual deu origem a intensificar-se a cultura do cafeeiro tanto dentro como fora dos seus domínios, a ponto de chegarmos à super-produção que actualmente verificamos. Hoje está envidando os seus esforços no sentido de obter grandes quantidades de tipos finos com cuja política, mais do que com a primeira, só terá a lucrar.

Apesar da intensa campanha que desenvolve para esse fim, o Brasil ainda não produz 10% de tipos finos, em relação à sua produção total. Todavia, tudo me leva a crer que essa percentagem seja bastante aumentada, embora não consiga elevá-la a 50%, por dificuldades de diversa ordem.

Quanto ao café das nossas Colónias sucede coisa parecida com o paralelo estabelecido entre o café do Brasil e da Colômbia.

Enquanto os cafés de Angola têm sido cotados ultimamente entre 70\$00 a 90\$00 por arroba, na Bolsa de Lisboa, os de S. Tomé e Cabo Verde (arábica) têm andado à roda de 140\$00 a 180\$00.

Angola tem condições para produzir café de primeira qualidade, de tipos iguais ou superiores aos melhores do México e da Colômbia, com a vantagem de os poder obter por um custo muito inferior ao de qualquer outro país cafeeiro. Contribui para isso a facilidade de aquisição de terrenos; condições privilegiadas de vegetação do cafeeiro; mão d'obra abundante e barata; facilidade de transporte, mercê das suas vastas e ótimas vias de comunicação.

Deste modo, Angola pode e deve intensificar a cultura de boas espécies cafeeiras (arábica), aperfeiçoar a sua preparação e apresentação, desenvolver a necessária propaganda, criar facilidades e protecção à cultura e comércio deste produto, com o que conseguirá criar uma nova riqueza que influirá benéfica e poderosamente na sua economia.

A produção mundial de café oscila à volta de 55.000.000 de sacos, cabendo ao Brasil aproximadamente dois terços. O consumo

não chega a 30.000.000 de sacos, ficando um excedente de mais de 5.000.000 de sacos sem colocação.

É o Brasil que, não conseguindo colocar a totalidade da sua produção, tem de arrostar com o sacrifício de destruir esse excedente, pela cremação, para evitar o aviltamento de preços que teriam para aquele país o aspecto de uma verdadeira catástrofe.

Parecerá pois, absurdo, pensar-se em intensificar a cultura de cafeeiro em Angola, visto a produção mundial ser já muito superior ao consumo.

Na verdade seria assim se continuássemos a explorar o café pelos processos até hoje seguidos, mas tal não devemos fazer, mas enveredarmos pelo caminho que acima preconiso.

Procedendo assim, os cafés de Angola atingirão o nível de cotações alcançadas pelos melhores tipos de outros países (como já hoje se observa com as espécies cultivadas no Planalto de Benguela—Ganda) e, — o que é tudo — produzindo muito mais barato do que eles, obterá melhores resultados económicos e poderá, consequentemente, fazer-lhes concorrência, se tanto for necessário.

Vamos ver, no Brasil, onde o custo de produção é hoje inferior ao de qualquer outro país da América, qual é, aproximadamente, esse custo de produção de um sacco (60 kg.).

Custeio da plantação .....	Esc.:	60\$00	
Preparação, beneficio e ensaque .	>	20\$00	
Administração e comissões .....	>	30\$00	
Impostos .....	>	5\$00	115\$00
Juros do capital empatado ..	>	75\$00	
Fretes, impostos e comissões até à c/ venda ...	>	50\$00	125\$00 240\$00

Isto é, 4\$00 por kg., não falando nas taxas de exportação e adicionais, cobradas pelo Instituto de Defesa e Propaganda do Café, para fins de valorização daquele produto. Em Angola esse custo nunca poderá ir além de 2\$00 por kg.

Nestas condições apesar dos salários introduzidos nos cálculos serem considerados *salários da fome*, a exploração cafeeira dá prejuízo no Brasil, presentemente, nas plantações cuja produção média por 1.000 plantas seja inferior a 50 arrobas.

Nas plantações da espécie "Coffea Arábica", praticadas no Distrito de Benguela, principalmente na região da Ganda, o lucro líquido, na base das actuais cotações, é de 4\$50 a 5\$00 por kg., isto é, 4 a 5 vezes superior àquele que o Brasil está retirando presentemente nas suas melhores plantações. (A "Fazenda Valbom", vendeu há meses uma pequena quantidade — a sua primeira colheita — a 6\$00 o kg., dessecado, a pronto pagamento e adquirido á porta do armazem).

O que podemos concluir de tudo isto é o seguinte:

Out o Brasil consegue manter as cotações num nível que lhe dê alguma compensação, para assim poder sustentar a cultura do café; ou as cotações caem abaixo desse nível, levando-o a abandonar grande parte das suas plantações.

No primeiro caso, mais do que o Brasil, lucrará Angola, pelas razões que já sintetizamos. No segundo caso (hipótese improvável, senão impossível), em poucos anos haveria falta de café nos mercados consumidores e, "ipso-facto", as cotações subiriam.

O Brasil preocupa-se hoje, não só com a melhoria do seu café, mas também em concertar a sua produção com o consumo dos mercados, reduzindo a pela limitação de novas plantações e destruição das plantas velhas.

Angola pode, a meu ver, elevar a sua produção, dentro de 20 a 25 anos, a uns 3.000.000 de sacos, isto é, à roda de 200.000 toneladas de bom café, que, mais do que qualquer outro produto, terá para a sua vida económica uma importância decisiva.

Para tanto basta que este problema seja encarado pelas instâncias oficiais com uma certa solicitude, dispensando aos cafeeiros os indispensáveis auxílios e cooperação, provendo, nesse sentido, Angola de uma aparelhagem científica de primeira ordem, tanto em campos de experiências, laboratórios, etc., como na organização de sindicatos ou quaisquer outros organismos que permitam à Colónia enfrentar os mais difíceis problemas que respeitem à produção e comércio de café.



*Três belos espécimes de indígenas da Guiné.*

*Grupo de indígenas da Guiné «posando» para o fotógrafo.*



*Duas graças negras (Guiné) da Exposição Colonial Portuguesa.*

# A questão do ensino na Colónia de Moçambique

Sr. DIRECTOR

**A** CABO de ler com grande interesse o artigo do Sr. Tenente Simões da Mota, no número de Fevereiro findo, da excelente revista "Portugal Colonial, e a pesar de não conhecer tão distinto oficial, cumpre-me como bom português, felicitá-lo, pelo seu trabalho, que bem se pode classificar de criterioso e sensato.

Diz e muito bem, o Sr. Tenente Mota, que temos obrigado a mocidade moçambicana a seguir por um caminho perigoso, ministrando-lhe um ensino excessivamente literário.

Julgo que estas autênticas verdades se querem referir à mocidade de raça branca. Mas com referência ao ensino indígena? A este respeito é mais grave ainda o que se está passando. Estamos a ensinar o indígena a ler e escrever para quê? No diploma legislativo 238 de 17 de Maio de 1930, que trata da organização do ensino indígena, o seu artigo 20.º, diz o seguinte: "em cada distrito haverá pelo menos, uma escola de artes e ofícios para o sexo masculino e outra profissional para o sexo feminino... Na portaria 1114 de 17 de Maio de 1930, no seu artigo 17.º, diz-se: "o Governador reservará ou adquirirá pequenas áreas de terreno para construir casas uniformes e simples, onde os professores das escolas rudimentares (escola para indígenas) possam residir e "organizar um pequeno campo de ensino agrícola... Na portaria 1.115 de 17 de Maio de 1930 que traz o programa de ensino para as escolas rudimentares na parte que trata dos trabalhos manuais, "ensinar a fazer pequenos trabalhos agrícolas; Viveiros de hortaliças, transplantações, enxertias de videiras (garfo), laranjeiras (garfo e borbulha) mangaieira (encosto); cultura do bicho de seda; apicultura.

Legislação mais completa e mais bela para o ensino do indígena, não a conhecemos em outra qualquer colónia estrangeira. E', na realidade, o que se chama uma legislação modelar, e felizmente está em vigor, visto que ainda não foi revogada. Mas — cá temos um *mas* — o peor é que nunca foi posta em prática! Escolas de artes e ofícios, apenas existem nos distritos de Lourenço Marques e Inhambane, favorecidos pela sorte. Os outros distritos continuam sem esse indispensável melhoramento. Porque? Por faltas de verbas? Não deve de ser, visto que a instrução, sendo hoje em dia considerada como fundação principal num paiz civilizado, deveria ser sempre a primeira coisa a atender, e muito mais numa colónia como esta, em que o indígena, sem receio de desmentido o podemos garantir, é o mais atrozado de todas as nossas colónias.

Sobre a legislação que obriga o ensino agrícola nas escolas rudimentares, também até à data nunca foi posta em prática, e para essa não seria necessária verba especial, mas sim única e simplesmente um pouco de boa vontade. Há quatro anos pois, que esses diplomas foram publicados, e ainda não chegou o abençoado dia em que tão úteis e necessárias medidas fossem postas em prática. Porque e por culpa de quem? Que responda quem de direito o pode fazer.

O que podemos garantir é que os resultados obtidos com as escolas rudimentares e o ensino ao indígena são deveras perigosos, como passamos a expor:

Em geral o indígena que aprende a ler e escrever, por pouco que seja, uma vez saído da escola, já não quer trabalhar como jornalista ou muleque, ou em qualquer outro serviço doméstico, mas ser apenas empregado comercial, ou ter emprego onde não tenha que fazer trabalho pesado.

Resultado? Aumento da crise de desemprego, porque algumas casas comerciais de monhés, dentro da lei que os obriga a ter um certo e determinado número de empregados portugueses, contrata esses indígenas, a quem lhes paga uma ridícula e prejudicando assim os brancos desempregados. Depois, o indígena que frequenta a escola rudimentar, não aprendendo ofício ou trabalho agrícola, transforma-se num vadio perigoso. Atualmente temos um Director dos Serviços de Instrução, homem sabedor, e competentíssimo que é o Sr. Dr. Carlos Lopes Moreira, mas sua Ex.<sup>a</sup>, está aqui há pouco tempo, e tem consumido esse curto espaço de tempo a encarrear tudo que encontrou fora dos eixos... e não são pequenos os obstáculos que sua Ex.<sup>a</sup> tem encontrado, mas temos esperanças que, dentro em breve, a sua íntegra e inteligente acção, começará a sentir-se ainda mais, pois podemos já classificar de verdadeiramente notável, a sua obra nesta colónia.

O futuro desta Colónia, depende em grande parte da obra a realizar, e já realizada por sua Ex.<sup>a</sup>. O Governo não podia escolher individualidade mais competente, e com melhor boa-vontade. A vinda do Sr. Dr. Lopes Moreira para esta Colónia, foi uma das acertadas medidas do Governo Central, sobre administração colonial.

Estamos certos que sua Ex.<sup>a</sup> dentro em breve acabará com certas irregularidades que ainda existem, como sejam as acima apontadas e ainda o funcionamento de escolas elementares em localidades, como Pebane e Ile, onde apenas há uma frequência de dois ou três alunos europeus, enquanto outras localidades existem com um número elevadíssimo de crianças brancas, infelizmente sem escolas para frequentarem.

Tenhamos fé na obra magistral do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Lopes Moreira, e oxalá o Sr. Ministro das Colónias lhe dê o seu valioso auxílio moral e material, e estamos certos que dentro de um ano esta Colónia terá um serviço de instrução, em plena execução, que nada ficará a dever ao das outras colónias portuguesas e estrangeiras.

J. G.

## NOVIDADE LITERÁRIA

# Em Portugal e África

**G**RAÇAS a um verdadeiro renascimento colonial português de que surgem a cada passo as mais inequívocas manifestações, operou-se ultimamente no campo das letras pátrias uma singular diversão dos espíritos para os velhos temas esquecidos de Além-mar que foram já o fulcro de todo o pensamento nacional na idade de ouro do Império.

Por outro lado, uma oportuníssima intervenção do Estado por meio dos seus organismos de propaganda, à frente dos quais está a Agência Geral das Colónias, veio excitar ainda mais a produção literária sobre matéria ou de ambiente colonial, acelerando o ritmo dessa produção a-ponto-de assistirmos hoje ao pleno desabrochar de um esplendente florilégio exótico que já conquistou numeroso público de leitores e promete dominar em breve o nosso modesto mercado nacional das letras.

O curioso é que a paisagem e a vida bruta dos trópicos não feriram somente a sensibilidade e a imaginação das penas másculas: alguns espíritos femininos de notável compleição artística sentiram-se atraídos, também, para o rude espectáculo da natureza tropical — e comoveram-se — como só a mulher portuguesa o sabe fazer...

D. Amália de Proença Norte é um destes espíritos, na radiosa florescência da sua mocidade gentilíssima. Nada e criada na orla do sertão moçambicano, sob os augúrios misteriosos do Cruzeiro do Sul, a sua doce imaginação romântica de mulher meridional, expandiu-se, eclética e multiforme, nas mais variadas manifestações de Arte.

Esta Senhora que é a um tempo uma brilhante pianista, uma cantora e declamadora de mérito, — e já se havia manifestado uma conferencista notável — revelou-se agora, no seu livro recém-publicado *Em Portugal e África*, uma escritora de fina sensibilidade e de belas intenções lusíadas. Fez bem em escrever este livro. Escreveu-o na hora própria e era preciso escreve-lo. *Em Portugal e África* é um livro que a mocidade deve ler — e guardar ciosamente na sua biblioteca de juventude. A linguagem simples, cristalina, musical, corre suavemente como veio de linfa puríssima a serpear por entre meigas alfombras de verdura. E se a linguagem é o espelho do espírito, assim deve ser o retrato espiritual da Autora, nesta sua tão auspiciosa estreia literária sobejamente revelado: um espírito delicado e gentil.

¿ Mas o que é a obra? perguntará o leitor.

É uma louvável e patriótica *intenção* que a Autora atinge cabalmente. Apresenta-se sob a forma de novela, que serve apenas de simples pretexto para uma série de narrativas históricas e descrições de paisagens do Portugal de Aquém e de Além, amorosamente feitas por quem traz Portugal nos lábios e no coração...

Repetimos: a mocidade precisa destas leituras. E neste singelo comentário repousa o melhor e o mais sério elogio que poderíamos fazer ao livro que a Senhora D. Amália de Proença Norte acaba de publicar.

# DA IMPRENSA

IMPRENSA  
ESTRAN-  
GEIRA

T R A N S

**N**UM momento de tão universais dificuldades financeiras Portugal conseguiu o que nenhum país colonial até hoje logrou realizar: apresentar equilibrado o conjunto dos orçamentos de todas as suas colónias. Nesta hora angustiada de queda geral de todas as receitas podemos proclamar orgulhosamente que não uma ou algumas das nossas colónias mas todas têm os seus orçamentos em boa regra.

Aspiração insatisfeita durante muitos anos, é-te desideratum deve-se à vontade firme de todos os portugueses e especialmente à administração do actual Ministro das Colónias de Portugal.

Os orçamentos das colónias obedecem na sua interior extensão ao sistema do da metrópole. É assim possível, desde o ano económico que agora finda em 1 de Julho próximo, organizar o orçamento total da Nação Portuguesa subordinado em relação a cada um dos elementos que o compõem — tão distantes geográficamente mas tão próximos pelo conhecimento que ora têm entre si — aos mesmos princípios e idêntico rigor.

Esta revolução na técnica financeira das nossas colónias e que até agora por fenómeno inesperado tende a transformar-se de futuro numa regra habitual.

Assim, a política financeira do Império Colonial Português só começou a existir na existência real a partir do ano económico de 1933-1934.

Com efeito, sem a direcção superior imposta pelo Ministério das Colónias não teria sido possível reformar a técnica financeira consuetudinária que conduzia a uma fragmentação cada vez maior sob este aspecto do nosso Império.

Com o advento da nossa ordem financeira em que Portugal deu o exemplo ao Mundo iniciou-se entre nós a salutar prática de publicar no "Diário do Governo", todos os orçamentos de todas as colónias e também o orçamento geral do império.

Inspirada em sãos princípios, que não só pretendem lutar contra a crise mas principalmente contra certas tendências dos serviços administrativos realmente más por instintivamente gastadoras, a reforma financeira do Império começa a ser um facto graças à adopção de medidas por vezes verdadeiramente draconianas mas que era na realidade indispensável adoptar, se se queria sanear de vez as finanças ultramarinas.

Nesta ordem de ideias e como muito bem disse o sr. Ministro das Colónias no relatório que precede o Decreto-Lei n.º 22.793 "em igualdade de circunstâncias os países melhores administrados vão resistindo à violência dos acontecimentos enquanto que os outros sossobram..."

## O FLAGELO DOS GAFANHOTOS

Os gafanhotos continuam a invadir Moçambique e Angola, sendo até agora esta província a mais sacrificada, podendo considerar-se destruída grande parte das culturas.

O sr. Ministro das Colónias tem dedicado a maior atenção a esta calamidade, autorizando as despesas necessárias para o combate à terrível praga, ordenando já a constituição de brigadas para aquele fim.

Atribuir somente à crise a derrocada financeira que sofreram os países coloniais é erro crasso. A maior parte das vezes as dificuldades das colónias tiveram a sua origem na situação de fraqueza financeira a que estas haviam chegado e que os erros anteriores tinham criado em virtude da queda rápida das receitas por causa da paralização das actividades.

Um facto porém importa salientar e que inteiramente justifica tudo quanto se tem feito nas colónias Portuguesas em vista de conseguir o equilíbrio financeiro; em toda a parte, em todas as colónias e países coloniais — temos em vista os dados do "Annuaire de Documentation Coloniale Comparée", do "Dominions Office and Colonial Office Hist.", do "Annuaire Statistique de la France", do "African World, da Depeche Coloniale", e do "Essor Coloniale et Maritime", — foi necessário recorrer a medidas excepcionais em defesa do equilíbrio dos orçamentos.

Procurando ajustar na ordem tributária, na das despesas públicas e no do crédito as necessidades das colónias com as suas possibilidades o actual Ministro das Colónias procura e consegue dar forma ao pensamento financeiro do governador de Serra Leoa quando afirmou: "Permanent financial stability can be obtained not by increasing taxes, nor even by decreasing expenditure, but by spending, what you do spend wisely and without waste..."

A confirmar a política seguida pelo Ministro das Colónias de Portugal, ai temos a França, que orientada superiormente nos seus destinos coloniais por Pierre Laval acaba de tomar o exemplo português

tendo aquele homem de estado ordenado numa circular aos governadores coloniais uma reorganização administrativa em tudo paralela à que se realizou entre nós.

A política financeira do actual Ministro das Colónias de Portugal de que damos apenas um breve esboço, visa sem dúvida também a restabelecer o crédito colonial português assás atingido nestes últimos anos.

O equilíbrio dos orçamentos de todas as colónias que compõem o império decerto propiciará tal facto.

E não é audacioso supor que o avigoramento da confiança no futuro do nosso Império se não venha a traduzir, por novos capitais interessados nele, num aumento de receitas que equilibrará então sem sacrifícios a balança económica do Império.

F. ALVES DE AZEVEDO.

Em Moçambique apareceu uma densa e extensa nuvem de gafanhotos, que passou por Nampula, levando duas horas e meia a desaparecer no horizonte e pousando depois em Muécute, Namihalo e noutros pontos, produzindo enormes estragos.

Segundo informa o governo de Angola, o Instituto de Londres, afirma que a situação este ano será pior que a dos anos anteriores, e que, na África do Sul e na Rodésia, o flagelo assume proporções assustadoras, calculando-se os prejuízos em milhares de contos.

PORTUGAL COLONIAL

# COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA  
PORTU-  
GUESA

**U**M outro aspecto do problema das nossas relações comerciais com o ultramar é o que diz respeito à drenagem das suas importações, exportações e trânsito de mercadorias pelos portos coloniais, aspecto esse também inteligentemente focado na tese do sr. Domingos da Cruz, a que nos temos reportado nesta série de artigos. No ano ao qual são referidos todos os dados estatísticos até aqui mencionados, devem ter desembarcado nestes portos mais de toneladas 2.400.000 de mercadorias para consumo das nossas províncias ultramarinas ou em trânsito para a União Sul-Africana e outros portos, e incluindo o carvão e os oleos fornecidos à navegação em S. Vicente de Cabo Verde. As mercadorias ali embarcadas, de produção colonial ou dos outros territórios estrangeiros, incluindo igualmente os carvões e oleos, não devem ter sido inferiores a 2.200.000 toneladas, calculando pelas cifras dos anos anteriores mais próximos, e tendo-se em conta a depressão do comércio internacional.

Embora a conseguirmos nacionalizar uma parte do nosso tráfego externo metropolitano e colonial com o reforço dado à nossa frota mercante pela tomada dos navios das nações inimigas, não sendo conhecida, por falta de estatísticas apropriadas, qual a parte carregada e descarregada por navios portugueses, acha o relator da tese que não pode andar-se muito longe da verdade computando essa parte em 50 % do comércio propriamente importador e exportador das nossas colónias, pois o de trânsito, nos únicos portos que o tem em quantidade apreciável é todo feito por navios estrangeiros; mesmo a cabotagem entre os portos de Moçambique é em boa parte feita pela marinha mercante inglesa.

Em 1929, por exemplo, foram descarregadas no porto de Lourenço Marques 455.000 toneladas, das quais apenas 26.000 de navios portugueses, ou sejam 5,7 %, 278.000 de navios ingleses, ou 61 %, e 151.000 de navios de outros países, ou 33,2 %, achando-se o porto da Beira ainda mais desnacionalizado, pois das 350.000 toneladas ali descarregadas apenas 8.390 foram de navios portugueses, ou 2,4 %, 246.000 de navios ingleses, ou 70,2 %, e 95.760 por navios de outras nações, ou seja 27,4 %. Quanto à tonnelagem carregada tivemos 90.000 toneladas por navios portugueses, ou 15 %, e por navios estrangeiros 510.000, ou 85 %, isto no porto de Lourenço Marques. No da Beira tivemos 32.500 toneladas, ou 7,1 % em navios nacionais, e 417.700, ou 92,9 % em barcos estrangeiros. Vê-se assim, deploravelmente, que na totalidade do comércio marítimo colonial, incluindo o trânsito com os territórios fronteiros, e o de Cabo Verde, a nossa marinha não chegou a ter a participação de 20 %, o que daria 480.000 toneladas desembarcadas e 440.000 embarcadas, isto quando não seria exagerado que pelo menos 30 % de todo o comércio dos portos portugueses coubessem aos nossos navios, o que daria cerca de 1.400 toneladas a transportar por eles.

Trata-se de um importante problema a estudar, que o sr. Domingos da Cruz — e nós com ele — considera basilar para um país que é a quarta potência colonial do mundo em extensão de domínios, e a terceira no seu valor político e económico. Problema a estudar com interesse, e a resolver com decisão e pertinência, e agora é que é o caso de dizer-se: a bem da nação.

Antes de concluir a sua tese, o sr. Domingos da Cruz logrou ainda apurar dados da estatística do movimento mercantil do país, referida a 1932, donde se vê qual a participação que nesse movimento tiveram as colónias portuguesas. Delas importamos 199.396 contos de mercadorias, ou 10,7 % das compras metropolitanas, e para elas exportamos 109.683 contos, ou 13,9 % de todas as mercadorias que vendemos. Subiram apenas 0,5 % as compras que fizemos às colónias e 4 % as mercadorias que para lá enviámos.

Diferença assaz insignificante, sem de modo algum corresponder ao que era para desejar e para o que temos possibilidades por todos reconhecidas.

Nas colónias portuguesas, como nas de todos os outros países, encontram-se frequentemente directores e enviados directos da grande produção e do comércio alemão, belga, americano, etc., visitando os seus clientes, estudando o gosto do indígena, analisando as possibilidades da colocação de produtos, adaptando o fabrico às exigências locais, oferecendo convidativos preços e prazos de pagamento, e todas as vantagens possíveis e imagináveis. É raro encontrar-se lá o português, excepção feita daquele que de sua conta ali vai colocar uma partida de mercadoria, quase sempre sem o menor conhecimento do meio, e sem os apoios do crédito, pelo que, também o não pode alargar ao comprador local.

Frisando eloquentemente todos estes pontos, e ainda a concorrência que nas colónias nos fazem as marinhas estrangeiras, com melhores tarifas e todas as facilidades do seu poderio, o relator aludido, põe deante de nós o quadro real das causas do atraso do intercâmbio comercial metrópole-colónias.

No aludido ano de 1932 passaram pelos portos metropolitanos, com destino às colónias, vindos do estrangeiro, mercadorias diversas no valor de 142.939 contos, ou sejam mais 33.250 contos do que o valor do que nós lhe vendemos e mais 54.287 contos no ano precedente. Directamente do estrangeiro devem ter recebido valor não inferior a 800.000 contos, uma boa parte dos quais poderíamos remeter-lhes, ficando em nossa casa o ouro que foi para fora. De mercadorias coloniais enviadas para o estrangeiro, através dos portos da metrópole, registou-se o valor de 36.895 contos, menos 36.730 do que no ano anterior.

De tudo quanto fica exposto, de todo o doloroso quadro que as estatísticas nos apresentam, se depreende a crescente desnacionalização do nosso comércio ultramarino de que resulta a fraqueza deplorável do intercâmbio comercial metrópole-colónias, que urge desenvolver contínua e persistentemente, no interesse da economia nacional e até dos nossos brios de nação colonizadora entre as primeiras. Neste propósito — como o diz o sr. Domingos da Cruz — devem colaborar dirigentes e dirigidos, técnicos e homens de acção, todos, enfim, quantos se orgulham do nome de portugueses.

Continuar como até aqui é um erro grave, que assume as proporções de um crime de lesa-pátria.

ALBERTO BESSA

## METRÓPOLE E COLÓNIAS

### O intercâmbio comercial

Transcrito do "Jornal do Comércio e das Colónias"  
de 8 de Maio de 1934

José Prieto Pérez  
Fábrica de suspensórios e Ligas  
« MELBER »

Rua dos Caldeireiros, 137, 1.º—PORTO

Telefone 1572

PORTUGAL COLONIAL

# INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

## Crónica do mês **Um golpe de vista sobre a Exposição**

**A** Exposição Colonial Portuguesa ocupa todo o recinto do Palácio de Cristal e jardins anexos, e apresenta três aspectos distintos:

- A representação dos organismos oficiais.
- A representação das actividades particulares.
- As atracções e diversões de carácter puramente recreativo.

A representação oficial está instalada no grande pavilhão hoje denominado Palácio das Colónias, cuja arquitectura foi completamente transformada segundo o projecto de Monton Osório, ostentando agora uma linha sóbria mas elegante.

No vasto terreiro ajardinado em frente do Palácio ergue-se o monumento ao esforço colonizador português, obelisco de linhas severas circundado pelas figuras simbólicas da colonização portuguesa, nos seus múltiplos aspectos, militar, missionário, agrícola, comercial e médico, sem esquecer a acção do elemento feminino europeu, num justo preito de homenagem ao sacrifício obscuro de tantas mulheres portuguesas que tombaram longe do berço natal em holocausto de um imperativo ancestral da Raça...

No fuste do obelisco estão esculpidos os nomes dos heróis da moderna epopeia da ocupação e pacificação do ultramar português.

Num dos ângulos do vasto espaço ajardinado foi construído um fortim militar, cópia fiel de um tipo de fortificação usado por João de Almeida, o «Herói dos Dembos», em Angola. Entre a verdura dos jardins exibem-se ainda as reproduções das famosas Pedra de Velala e Pedra de Dighton.

À noite, o espectáculo da fachada do Palácio e jardins, com suas fontes fantásticas jogando aos ares caprichosos arabescos de água luminosa, é simplesmente deslumbrante. No alto da frontaria — assente no bloco geométrico que constitui a ala esquerda do grande pavilhão — ergue-se, como símbolo de força e domínio, a figura magestosa de um elefante erguendo ao alto a tromba gigantesca.

À entrada abre-se-nos a Sala Histórica, como que o átrio de honra da Exposição, organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, e nela se destacam três grandes mapas luminosos representando as via-

gens marítimas e terrestres dos Portugueses, e a expansão da raça e da língua através do Mundo.

Ao centro da vasta quadra está o túmulo que primeiro recolheu, em Goa, os ossos do grande Afonso de Albuquerque, o «terrível».

Nos ângulos da sala algumas vitrines encerram preciosos documentos evocadores da epopeia da conquista e navegação, além de muitos outros exemplares cuja singela apresentação contém sempre um profundo significado nacionalista.

Entre os exemplares expostos contam-se, por exemplo, os capacetes de El-rei D. João I — o tronco da estirpe de gigantes que construíram o Império, o capacete do Príncipe Perfeito, o patrono da empresa do Oriente, e o famoso montante do Grande Almirante do Mar das Índias — D. Vasco da Gama.

Alguns documentos são interessantíssimos: um deles, por exemplo, é uma espada portuguesa do Século XVII, encontrada no arinça dum soba, em cuja fôlha se pode ler a seguinte inscrição:

«Quem o meu Rei afrontar, com esta o hei-de matar».

E do outro lado da fôlha, a completar o pensamento:

«E se esta me faltar com outra o hei-de buscar».

Impossível descrever com minúcia os numerosos documentos cartográficos, portulanos, roteiros, instruções, etc., do período áureo das navegações, que este riquíssimo documentário contém, e onde figura um retrato de Luiz de Camões, pintado em 1581, em Goa, precioso exemplar pertencente à casa dos nobres Marqueses de Rio Maior.

Segue-se à direita, numa discreta sala de estilo holandês, o mostuário documental do Arquivo Histórico Colonial, igualmente repleto de preciosos documentos relacionados com a nossa formidável história colonial de cinco séculos.

Vem depois a Nave Central — vastíssimo «hall» repleto de figurações, dioramas, relevos, quadros demonstrativos e outros modos de representação gráfica, com os quais se faz a resenha documentária da obra colonial realizada pelas últimas gerações de portugueses.

*Esta demonstração está dividida em grupos e secções. Nela se focam a organização militar das colónias, a orgânica administrativa colonial e os factos da política colonial de maior relevo; a posição financeira, os serviços de fazenda e o esquema da organização do Ministério das Colónias.*

*Muitos outros aspectos do nosso génio colonizador são ainda apresentados de forma singela mas impressiva: a política indígena e os nossos processos humanitários de educar o indígena, o ensino colonial e a sua difusão nos últimos anos; a instrução nas colónias (escolas primárias, liceus nacionais e centrais, escolas superiores e escolas profissionais) e a sua expansão; a medicina e a higiene; a assistência espiritual e a obra missionária, verdadeiramente notável; os serviços de navegação e portos, com um riquíssimo documentário, em «relevo», dos grandes portos coloniais portugueses; caminhos de ferro coloniais, o automóbilismo nas colónias e principais redes de estradas utilizáveis por automóveis; linhas de comunicações postais telegráficas, telefónicas e aéreas nas Colónias portuguesas, nos seus aspectos nacional e internacional.*

*Igualmente não foram esquecidos os institutos. As instituições de crédito, as realizações em urbanização colonial, o comércio e as suas possibilidades de intensificação, indicados através de gráficos e informações de toda a natureza, e a organização científica, com suas secções de botânica, de cartografia, geodésia, hidrografia, hidráulica, meteorologia, delimitação de fronteiras, etc. A arte indígena também tem o seu lugar de relevo, com grande número de exemplares-típos.*

*Há ainda muitas outras secções que tratam da pecuária colonial em todos os seus aspectos, dos serviços de agricultura e florestas, dos produtos do sub-solo, das indústrias coloniais, etc., etc.*

*O Museu Militar e a Agência Geral das Colónias dispõem de salas privativas: Na sala militar exibem-se numerosas relíquias dos nossos heróis coloniais e três dioramas representando três das mais famosas acções das nossas campanhas de África.*

*A Agência Geral das Colónias apresenta os seus principais meios de informação e propaganda.*

*Finalmente, as duas longas naves laterais foram destinadas à representação das actividades particulares coloniais que interessam à metropole, e à das actividades metropolitanas que interessam às colónias.*

*Nos jardins do Palácio, sob a fronde espessa do arvoredo secular, abriga-se uma multidão pitoresca de pequenos pavilhões comerciais, alguns deles originalíssimos, onde se exhibe tudo que possa merecer qualquer interesse colonial, à mistura com aldeias indígenas de todas as colónias do Império, reproduções de monumentos coloniais célebres, restaurantes, casas de espectáculos, botequins, casas de chá e café, das*

*colónias portuguesas, cinema e palco de festas gentílicas, pavilhões de caça e de informação turística, livraria colonial, instalações com exemplares da fauna tropical, parque zoológico, e numerosas atracções recreativas, tudo tão graciosamente espalhado pelo encantador recinto da Exposição, que o visitante mais exigente não pode deixar de receber uma profunda impressão de graça e de encantamento que o entretene e diverte e o prende irresistivelmente a aquele delicioso espectáculo de beleza, de cor, de vida, de alegria e de saudável optimismo, que é a I Exposição Portuguesa. Impossível descrever, em suas minúcias, o que aquilo é. Impossível mesmo traduzir em palavras o mundo de sensações agradáveis que o visitante, embevecido, colhe da sua visita, durante a qual nem sequer dá porque o tempo ali vòta célere, só ao cabo de muitas horas descobrindo, surpreendido, que para gosar bem a Exposição precisa voltar uma e muitas vezes, sem que tal idea lhe produza a menor sensação de enfado ou cansaço.*

*Mas tu, leitor desconfiado, se duvidas da veracidade destas ligeiras impressões que não pecam por exagêro, tira a contra-prova:*

*A I Exposição Colonial Portuguesa fez-se para ti e para os outros incrédulos como tu. Vai vê-la. E se não te sentires bem lá dentro, desconfia de ti próprio — mas não duvides da Nação que te foi berço nem da Raça a que pertences...*

---

## Notas do mês

### A Ofensiva Colonial Alemã

Reportando-nos a uma informação de *La Quinzaine Coloniale* de 10 de Junho, o *Voelkischer Beobachter* publicou um artigo do major Walther Wülling, chefe da secção de Munich, do Reichskolonialbund, intitulado "Política Colonial de Bismack". Nêle recorda os factos históricos que determinaram a posse das antigas colónias alemãs, e os argumentos de ordem económica com os quais o chanceler procurava justificar perante o Reichstag a posse de um domínio colonial, fazendo a propósito as seguintes afirmações:

"Quási todos os produtos ultramarinos podiam ser tirados do solo colonial alemão, o que permitia o abastecimento económico da Alemanha em produtos coloniais, por não haver que pagar a intermediários.

Não somente a nossa indústria podia tirar das colónias as matérias primas de qualquer natureza a preços muito mais reduzidos, mas dispunha, além disso, de importantes mercados para os seus artigos fabricados e a circulação monetária continuava adstrita à riqueza pública.

Se as Colónias não tivessem sido arrancadas à Alemanha pelo "Diktat" de Versailles, as nossas finanças, mesmo depois da derrota, não teriam sido jamais tão esfrangalhadas, nem a nossa indústria, muito desenvolvida, teria sido tão manietada. Nos meios competentes—e não apenas do lado alemão—o valor do nosso domínio colonial calcula-se ser de cem biliões ouro, soma esta um pouco inferior ao global da fortuna da Alemanha.

As minas de ouro da Nova-Guiné que começaram a explorar-se no antigo território alemão depois da Guerra, são consideradas as mais ricas do mundo. Na África Oriental Alemã, também, se descobriram e começaram a explorar minas de ouro.

Esta produção de ouro teria sido suficiente para pagar todos os prejuizos da Guerra cuja reparação foi imposta ao povo alemão esmagado por tributos. Se se juntar a isto as outras riquezas minei-

ras da Colónia, como o cobre, o carvão, os diamantes e outros metais preciosos, as matérias primas coloniais como o cauchú, as oleaginosas, o cacau, o café, a lã, as peles, etc., pode avaliar-se o que o povo alemão perdeu com as suas Colónias, sem falar da enorme necessidade de espaço para este povo, cada vez mais apertado de ano para ano...

O articulista refere-se, em seguida, à campanha de Lord Rothermere a favor da restituição, à Alemanha, das suas antigas Colónias, acrescentando que é preciso convencer os Americanos a aderir à causa colonial alemã, porque estes "nada receberam quando se repartiu a presa colonial e por esse facto desinteressaram-se do assunto... E acrescenta, por fim:

"A Alemanha tem tódas as razões para zelar pela intangibilidade dos mandatos. Tem além disso a obrigação de, lutando contra a *mentira da culpabilidade colonial*, lavar a sua honra que foi enlameada, e insistir cada vez mais sobre a injustiça de que foi vítima, ao arrancarem-lhe o seu domínio colonial. Então o mundo inteiro prestará finalmente atenção — e apagará de-certo essa vergonhosa nódoa do "Diktat", de Versailles, restituindo-lhe o bem adquirido domínio colonial alemão..."

## Diversas

### Carta Orgânica do Império

Foram publicadas as seguintes portarias:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do § 1.º do artigo 13.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, rejeitar o diploma legislativo n.º 441, de 20 de Abril último, da colónia de Cabo Verde, publicado no respectivo «Boletim Oficial» n.º 16, de 21 do mesmo mês, por se não haver observado nas suas disposições o n.º 3.º do § 1.º do artigo 10.º da referida Carta Orgânica do Império.

Usando da faculdade conferida pelo § 2.º do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, por motivo de urgência, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte.

Artigo único. O artigo 3.º do decreto-lei n.º 23.704, de 26 de Março de 1934, passa a ter a seguinte redacção:

Fica revogada a alínea d) do artigo 19.º do decreto com órgão de lei de 20 de Setembro de 1906.



Apresentou-se no Ministério das Colónias o sr. Guilherme de Menezes, Inspector Superior da Fiscalização Financeira das Colónias e director de Fazenda de Angola, que fôra chamado a Lisboa, por motivo de serviço.

O Conselho Superior das Colónias, voltou a ocupar-se do pedido da supressão dos cargos de administradores por parte do Governo e do Comissário do Governo junto da companhia de Mossamedes, do projecto do decreto pondo em vigor alguns artigos do Código do Notariado, aprovado pelo decreto n.º 20.550, e do projecto relativo ao sistema monetário e circulação fiduciária de Angola.

Foi mandado ouvir o Conselho Superior das Colónias, acerca da proposta do governo da Índia para aumentar a lotação dos serviços de marinha da colónia, e sobre o projecto da regulamentação dos serviços marítimos do porto de Mormugão e ainda sobre o projecto de diploma que fixa em 250 escudos mensais o abono a cada enfermeiro do quadro de saúde que presta serviço, por acumulação, na Inspeção da Exploração dos caminhos de ferro de Inhambane e Gaza e na Direcção dos portos e caminhos de ferro de Moçambique.

Alguns governadores têm proposto para serem mantidas as nomeações interinas, até à reorganização dos quadros dos diversos serviços das respectivas colónias, em harmonia com a nova organização administrativa.

A Associação Industrial Portuguesa, oficiou ao sr. Ministro das Colónias agradecendo-lhe a publicação do decreto n.º 23.920, de 28 do corrente, cnjas disposições, diz, representam uma justíssima protecção às indústrias metropolitanas, vão proporcionar à indústria uma situação que lhe permitirá, sem dúvida, firmar-se no importante mercado da colónia de Moçambique e acrescenta que, ao elaborar aquele diploma o sr. dr. Armindo Monteiro tivera a clara compreensão da situação em que se encontravam os artigos de produção nacional perante a concorrência dos artigos estrangeiros, cuja expansão se tem vindo a accentuar avassaladoramente nos mercados.

O Conselho Superior das Colónias, ocupou-se dos recursos interpostos, pela Caixa de Aposentação e Pensões dos empregados de Fazenda da colónia de Moçambique, contra o acórdão do Tribunal Administrativo, que manda inscrever como sócio da referida Caixa, o tenente sr. Artur de Almeida Campos, tendo o

conselho resolvido não pensar este recurso a outros interpostos pela mesma Caixa e mandou anular o processo, pelo qual fôra demittido, de secretário da Câmara Municipal da cidade da Praia, Cabo Verde, o sr. Cândido Medina de Vasconcelos.

O Conselho Superior das Colónias, ocupou-se dos seguintes recursos interpostos por Arnaldo do Rosário Rodrigues, funcionário de Moçambique, por não lhe ter sido abonada a passagem para si e sua família quando se aposentou; Francisco de Santana Coutinho, aspirante de fazenda de Angola contra a pena de suspensão que lhe foi imposta; pelo Agente do Ministério Público, contra o acórdão do Tribunal Administrativo de Moçambique, que deu provimento a um recurso interposto por Mário da Luz Vidal e pela Câmara Municipal de Inhambane, contra um acórdão do mesmo tribunal, que deu provimento a um recurso interposto por José da Costa Junior, contra a referida Câmara, foi dado provimento a estes recursos; por Francisco Grilo, engenheiro agrônomo em Moçambique, contra o indeferimento do seu requerimento em que pedia para os seus vencimentos lhe serem pagos em ouro, quando foi representar aquela colónia na Exposição Colonial Internacional de Paris, desde 1 de Outubro de 1931 a 17 de Abril de 1932; Carlos da Costa Chaby, secretário de circunscrição em Moçambique, contra a pena que lhe foi imposta; Soubá Porobo, Ananta Gobro e Pundori Dondó, contra o acórdão do Tribunal Administrativo da Índia, que mandou incluir no Pagode de Xri Deus Madeva, os nomes dos Delvis; Artur Pereira, 2.º sargento em Timor encarregado do comando militar de Manufai, por não lhe ter sido abonada a gratificação a que se julga com direito, e por José Ribeiro, 1.º sargento, encarregado do comando de Viqueque em Timor, pelo mesmo motivo.

O Conselho negou provimento a estes cinco recursos.

Do apresentado por José Ribeiro da Silva, administrador de circunscrição, contra um despacho do governador de Quelimane, não quiz tomar conhecimento.

Foram mandadas ouvir as estações superiores acerca do pedido de concessão do exclusivo para o fabrico de fósforos no Estado da Índia, feito por Hussein Lalgre Dewraj; sobre o contrato a realizar-se com a «Zambezia Mining Development Limited», de Londres; sobre o projecto relativo à divisão administrativa da colónia de Moçambique e reorganização dos quadros administrativos da mesma colónia; e sobre o pedido do Sindicato East India Petroleum Company, de Melbourne, para fazer pesquisas de petróleo em Timor e, no caso dos jazigos serem abundantes, fazer a sua exploração nas condições a acordar com o governo português.

Foi autorizado o governo da colónia de Macau a fazer as despesas necessárias com a organização e embarque da 56.ª companhia indígena de infantaria de Moçambique e o governo geral da colónia de Moçambique a organizar a referida companhia indígena e a fazê-la seguir para Macau, a fim de render a 55.ª companhia, ali em serviço.

O Conselho Superior das Colónias ocupou-se do pedido do exclusivo da concessão de pesquisas de petróleo em Timor, feito pelo Sindicato East India Petroleum Company, e do contracto a realizar com a «Zambezia Mining Development Limited», de Londres e aprovou o parecer do relator sr. dr. Quirino de Jesus, acerca do sistema monetário e da circulação fiduciária de Angola. A sessão foi bastante demorada.

Reuniu a comissão encarregada de elaborar um projecto de regulamento geral de fazenda e contabilidade das Colónias, tendo concluído a primeira parte dos seus trabalhos e aprovou o projecto do decreto, pelo qual ficam provisoriamente regulados os serviços de fazenda no ultramar.

Conforme noticiámos, foi regulada nas colónias a conces-



ESTA MARCA É UM  
SÍMBOLO DE CONFIANÇA

PORTUGAL COLONIAL

são de licenças gratuitas, sendo os funcionários que se encontram de licença substituídos pelos seus substitutos legais, sem que estes tenham direito a qualquer remuneração especial e estabelecendo-se o número de empregados que em cada ano possa entrar no gozo de licença gratuita.

Só em Moçambique há 160 funcionários com direito a essa licença havendo, entre eles quem não vem à metrópole há mais de 26 anos, e outros há 20, 15 e 10.

Para a América do Norte foram enviadas pelas nossas colónias amostras das melhores qualidades de café, devidamente expurgadas, a fim de escolherem as que melhor aceitação tiverem nos respectivos mercados.

Vai ser proibida nas colónias a exportação de peixe seco, desde que não seja feita pelos industriais sindicalizados.

Foi nomeado presidente do Conselho Superior de Disciplina das Colónias, o juiz da 2.<sup>a</sup> instância das colónias, dr. Alfredo Eduardo Lencastre da Veiga.

Para o lugar de secretário do Conselho Superior de Disciplina das Colónias, foi nomeado o bacharel Augusto Henrique Roberto da Cunha.

**Está marcada para 11 de Julho próximo a primeira reunião, em Lourenço Marques, dos delegados portugueses e da União Sul Africana para a revisão do convénio entre Moçambique e a mesma União.**

Sob a presidência do sr. dr. Manuel Fratel, reuniu-se o Conselho Superior das Colónias, que se ocupou do pedido do exclusivo para o fabrico de fósforos no Estado da Índia, pedido por Hussein Large Dewraj; do processo referente ao projecto do regulamento dos serviços marítimos do porto de Mormugão; do projecto que fixa a gratificação mensal de 250 escudos aos enfermeiros do quadro de saúde que prestam serviço, por acumulação, na Inspeção da Exploração de Inhambane e Gaza da Direcção dos portos e caminhos de ferro de Moçambique.

Foi publicado o orçamento da receita e despesa da Agência Geral das Colónias, o qual fixa a receita no total de 1.268.455\$13 e a despesa em igual importância.

## Cabo Verde

O sr. Ministro das Colónias, mandou que sejam concedidas todas as facilidades ao professor sr. Chevalier, para proceder no arquipélago de Cabo Verde a estudos biológicos.

O ilustre homem de ciência deve chegar aquela colónia em 22 do corrente.

Foi autorizado o dirigível Zeppelin, a sobrevoar em Cabo Verde e o avião francês Arc-en-ciel a aterrizar nas ilhas de S. Tiago e Maio.

## Guiné

Os exportadores do comércio de arroz na Guiné, pedem, em vista da decisão da comissão reguladora do referido comércio, que lhe sejam concedidas maiores facilidades.

Foi nomeado delegado do Procurador da República, na comarca da Guiné, o bacharel Rodrigo de Sousa Coutinho Osório de Castro.

Foi mandado ouvir o Conselho Superior das Colónias sobre o projecto de diploma da colónia da Guiné, alterando a tabela de emolumentos judiciais e estabelecendo um novo emolumento, com o fim de fazer face à construção de um palácio de justiça.

Os administradores de concelho e de Circunscrição Civil, e comandantes militares, com funções administrativas, da Guiné, estão a proceder, por determinação superior, a um inquérito acerca das raças, sub-raças e tribus das áreas das suas jurisdições, segundo um questionário organizado pelo Director dos Serviços Indígenas da Colónia.

Aquela determinação é extensiva, obrigatoriamente, aos chefes das repartições técnicas, e, facultativamente, aos demais funcionários da Guiné.

## S. Tomé e Príncipe

Vai ser publicado um novo regulamento do trabalho dos nativos de S. Tomé.

## Angola

Foi elaborado um importante estudo sobre a fixação dos vencimentos do funcionalismo da colónia de Angola.

Vão ser dotados os serviços de radiologia de Luanda, com vário material do mais moderno.

No ano findo a população de Angola era de 3.098.281, assim discriminados: Brancos, 58.698; mestiços, 18.957; negros, 3.020.626.

Luanda possui 137.113 habitantes, dos quais 9.397 pertencem à raça branca, 3.148 à mestiça e 124.568 à preta.

Foi autorizada a construção da ponte dos Magaes em Benguela.

O governador de Angola informou ter publicado um diploma fixando as normas a seguir na confecção dos orçamentos provinciais, corpos administrativos, circunscrições, a fim de todos entrarem em execução em 1 de Julho último.

Segundo telegrama de Angola, já se iniciou em Luanda a expurgação do milho, tendo na última remessa, vindo já algumas toneladas desse cereal devidamente desinfectadas.

Em Benguela estão sendo montadas câmaras de expurgo para o mesmo fim.

O movimento de passageiros nas linhas férreas de Angola, em 1933, decompõe-se assim:

Linha de Luanda, Malange, 17.027; linha de Benzo, 6.703; ramal de Cahumbo, 3.213; ramal de Canoabole, 10.338; Caminho de ferro de Benguela, 69.109.

Caminho de ferro de Mossamedes, 16.141.

As mercadorias transportadas em todas as linhas somaram

161.158 toneladas.

No 2.<sup>o</sup> semestre do ano económico de 1933-1934, o imposto do selo rendeu 1.711.794\$71; a importação, 8.255.228\$40; a exportação, 2.083.411\$00; a contribuição industrial fixa, 775.986\$50, adicional, 387.000\$30; a contribuição predial urbana, 590 milhões 931\$47; adicional, 503.817\$91; o imposto indígena, 11.691.552\$46.

No 2.<sup>o</sup> semestre do ano findo entraram nos portos de Angola 262 navios de longo curso pertencentes às seguintes nacionalidades: portuguesa, inglesa, americana, alemã e italiana.

De Outubro a Dezembro de 1933, transitaram nas linhas férreas de Angola 21.065 passageiros, sendo de 39.135 toneladas o transporte de mercadorias em igual período.

Segundo telegrama do governo de Angola, estão já definitivamente apuradas as contas relativas aos exercícios 1932-1933, sendo as receitas ordinárias na importância de 141.937 contos, as extraordinárias de 8.258 e as despesas ordinárias na importância de 131.681 e as extraordinárias na de 8.925, havendo portanto um superavit de 2.589 contos.

O governo de Angola comunicou ter aberto um crédito de 50.000 angolares, para fazer face às despesas com as reparações dos estragos produzidos pelas últimas chuvas no sul de Angola.

Foi mandado que se proceda aos necessários estudos e respectivos orçamentos para a construção da importante estrada do Lobito a Benguela e à construção dos edifícios destinados às sedes das associações comerciais de Benguela, Lobito, Huambo, Bié e Mexico. Para fazer face a estes encargos, foi aumentado de 1 % para 2 % o imposto ad-valorem sobre todos os artigos importados pelas alfândegas de Benguela.

Foi aprovada a proposta do governo de Angola, para prover definitivamente vários lugares que estavam sendo desempenhados interinamente pelos actuais funcionários que contam já bastante tempo de serviço e com boas informações.

Vai ser novamente contratado o pessoal técnico em serviço nos portos e Caminhos de Ferro de Angola.

Vão ser estudadas as pautas aduaneiras de Angola no sentido de lhe serem introduzidas algumas alterações.

Foram fornecidas aos agricultores de Angola, que se dedicam àquela cultura, mais 83 toneladas de algodão.

Vai ser criada uma Intendência na cidade do Huambo, que abrangerá as circunscrições de Lépi e Bailundo.

O Governo de Angola, telegrafou ao sr. Ministro das Colónias, comunicando-lhe que se iniciou a exportação da carne refrigerada, tendo o vapor "Nyassa", carregado, com destino a Lisboa, 9.645 quilos, a pedido da Sociedade Agrícola Cassquel. A carne foi preparada no frigorífico da mesma sociedade, em Catumbea.

Foi publicado um decreto autorizando a colónia de Angola a contrair com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, sem prejuízo das garantias já estipuladas, a prorrogação por um ano, a terminar em 31 de Dezembro de 1934, da conta corrente relativa ao empréstimo destinado às obras e apetrechamento do porto do Lobito, realizado ao abrigo dos decretos n.ºs 20.789, 21.377 e 21.908, respectivamente de 20 de Janeiro, 20 de Junho e 25 de Novembro de 1932.

A prorrogação autorizada do período de utilização do empréstimo corresponderá igual adiantamento do início da sua amortização.

O governo geral de Angola será representado pelo chefe da Repartição de Fiscalização da Administração Financeira das Colónias no contrato a realizar com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência para os efeitos do artigo antecedente.

## Moçambique

Segundo notícias recebidas de Moçambique, terminou já os seus trabalhos a comissão encarregada de colher todos os elementos necessários para a resolução do problema da irrigação do Vale do Umbeluzi. O relatório vai ser apreciado pelas estações superiores competentes.

• O governo de Moçambique, propoz que sejam feitos novos contratos do professor do curso comercial, e de nove professores primários e dois mestres para a Escola de Artes e Ofícios de Inhambane e dois mestres e um professor primário para as escolas de Artes e Ofícios do distrito de Moçambique.

• Depois de ouvidas as estações competentes, foi autorizada a criação da zona de jogo permanente em Lourenço Marques, conforme o pedido que há tempo nos referimos, bem como o estabelecimento de um casino, no qual poderão funcionar os jogos de fortuna ou azar autorizados na metrópole.

Vai também regulamentar-se a concessão do exercício do jogo, para o que terá de ser aberto o respectivo concurso, em harmonia com as bases agora aprovadas.

O capital da empresa concessionária será de 1.500.000\$00 ouro, e o valor do casino a construir não poderá ser inferior a 400.000\$00, ouro.

• Esteve em Lourenço Marques o Ministro do Comércio da Rodésia, Honorable Gilchrist. Foi conferenciar com o Governador Geral de Moçambique sobre o projecto de um convénio a realizar entre a Rodésia e aquela nossa colónia.

Aquele Ministro propôs a concessão de facilidades para a exportação de gado ou carne congelada da Rodésia através do porto de Lourenço Marques, criação dum reserva de caça em conjunto que penetraria em cada lado da fronteira comum e a concessão de facilidades para o intercâmbio de turistas.

Segundo nos consta, acaba de ser assinado pelo Governador da Rodésia e pelo Governador Geral de Moçambique o referido convénio, em harmonia com as cláusulas propostas pelo governador português.

• Na colónia de Moçambique vai ser criado um laboratório químico destinado, não só à análise de matérias primas e productos manufacturados, como ainda ao estudo experimental de problemas técnicos.

## Índia

Vai ser submetido à apreciação do governo Central, a reorganização dos serviços de Obras Públicas do Estado da Índia.

• Foi submetido à aprovação do sr. Ministro das Colónias o projecto de reorganização dos serviços agrícolas da Índia.

• Foi mandada aumentar a vigilância aduaneira com mais guardas-fiscais, em alguns pontos da fronteira da Índia, em vista de terem sido apreendidas grandes quantidades de fazendas de seda passada aos direitos.

• Foi aprovada a proposta, para que as Comunidades Agrícolas dos concelhos do Estado da Índia, possam conceder por aforamento, para as culturas de arroz, de árvores de fruto e árvores industriais, os terrenos inultos de posse das referidas Comunidades.

• Foi nomeado, governador do distrito de Damão, do Estado da Índia, com as atribuições de intendente de distrito, o major da aeronáutica Francisco Hígino Craveiro Lopes, que exercia o cargo de chefe da Repartição, do Gabinete do governo geral do Estado da Índia, do qual foi exonerado.

## Macau

Os valores de importação e exportação da colónia de Macau, relativamente ao ano de 1932, foram de \$34.124.944.56 patacas, respectivamente.

• O governador de Macau enviou ao Ministério das Colónias, o projecto de reorganização militar da colónia, a fim de ser devidamente apreciado e aprovado pelo titular daquela pasta.

• O governo de Macau, enviou ao governo da metrópole o projecto da organização do quadro administrativo da colónia, estabelecendo que o administrador do concelho das ilhas das Taipas e Coloane seja também o comandante da polícia nas referidas ilhas, propondo igualmente o aumento da polícia nas já mencionadas ilhas.

• Foi aprovada a proposta que regula a cobrança em Macau, das cotas e o pagamento de pensões respeitantes a sócios e pensionistas dos Montepios Oficial e dos Sargentos de Terra e Mar.

• Vais ser publicado um decreto autorizando o governo da colónia de Macau a pagar as despesas a fazer com a organização e embarque da 56.ª companhia indígena de infantaria de Moçambique e o governo desta colónia a organizar a referida companhia e a fazê-la seguir para Macau.

• O governo de Macau propoz que seja aberto concurso

para a admissão de um técnico agrícola, para dirigir a repartição últimamente criada, encarregada de todos os serviços agrícolas.

• Foram extintos em Macau, um lugar de médico-veterinário, um de escrívão de direito, e do quadro os soldados chineses em serviço no Depósito de Material de Guerra.

• O governo de Macau vai submeter à aprovação do governo central o projecto de regulamento das indústrias eléctricas naquela colónia.

• Foi aprovada a proposta do governo de Macau, para ser aberta a praça para a adjudicação do exclusivo das lotarias chinesas "Chimpupio", "Sampio", e "Pacapio", passando as três lotarias a constituir um só exclusivo e não dois, como até aqui.

## Timor

O governador de Timor comunicou que a data de 28 de Maio foi ali comemorada com grande entusiasmo. Na sessão solene falaram o sr. governador, o capitão Esquivel e tenente Teixeira, tendo sido muito vitoriadados os nomes dos srs. Presidente da República, Presidente do Ministério e Ministro das Colónias. O programa desportivo esteve interessante e animado.

• Esteve em Dili (Timor), a apresentar as suas despedidas ao governador daquela colónia, o Residente da colónia de Timor holandesa, sr. Mysbik, que retira para a metrópole. Fazia-se acompanhar pelo Assistente do Residente de Timor sr. De Boer, tenente-coronel Chexir, capitães srs. Frenks e Dessauvage. O referido Residente tenciona desembarcar, quando chegar a Lisboa.

O assistente e os capitães acima mencionados retiraram para Cupão.

• O governador de Timor vai promover a arborização de uma parte da ilha, o que constitui um grande melhoramento.

O mesmo governador já submeteu à aprovação do sr. Ministro das Colónias a proposta relativa à divisão administrativa de Timor.

• Foram nomeados funcionários do quadro administrativo de Timor os srs. Aires Sousa Teixeira, Alberto Brito Cunha, Alberto Costa Nunes, Alfredo Augusto Queirós Franco, Alfredo Pais Antunes, António Pedroso Mota, António Silva Cardoso, Augusto Barros Júnior, Henrique Joaquim Pereira, José Alcântara Caldas, José Rodrigues Pina, José Tinoco, Jorge Gonçalves Nunes, Manuel Diniz Correia Pimentel e Mário Trindade da Silva Mendes.

• O governador de Timor pediu para ser mandado seguir para aquela colónia, o pessoal necessário para os serviços ultimamente organizados.

• Foi aprovada a proposta do governador de Timor relativamente à divisão administrativa da colónia, que fica constituída pelo concelho de Dili, e pelas circunscrições de Bobonaro, Aileu, Baucau e Liquiçá, que são classificadas como de 2.ª classe, e de Oe-Kussi, Manatute, Sure e Lautun, classificadas de 3.ª classe, e divididas em quarenta e quatro postos, sendo 27 de 2.ª classe para europeus e 17 de 3.ª classe para os auxiliares indígenas.

A circunscrição da Bobonaro, que fica na fronteira, terá como administrador um oficial.

O governador de Timor, pediu para seguir para ali o pessoal nomeado, a fim de ser distribuído pelos serviços agora organizados.

• O governador de Timor informou que a partir de 1 de Julho, fica suspenso provisoriamente, em toda a colónia, o serviço de salvas, não sendo portanto correspondidas as salvas dos navios estrangeiros que visitem os portos daquela colónia.

• Vai ser posta em execução em Timor, a reorganização dos serviços de administração civil, a que já nos referimos. Ficam com a direcção, com três repartições, a primeira tendo a seu cargo os negócios indígenas, a segunda a administração civil e política e a terceira saúde e higiene.

A reorganização compreende também as novas secções de Agrimensura e Cadastro Predial.

## DR. AGOSTINHO DE CAMPOS

Infelizmente não publicamos hoje a habitual *Carta mensal para as Colónias* do Sr. Dr. Agostinho de Campos. O estenuante trabalho intelectual dos últimos tempos obrigou-o a um forçado repouso de algumas semanas, findas as quais nos promete de novo voltar à sua tão apreciada correspondência mensal para o Ultramar.

Com os nossos presados leitores lamentamos duplamente a circunscrição: já pela falta dos seus luminosos conceitos e juízos — que para nós se traduz na insatisfação de uma necessidade espiritual a que S. Ex.ª nos habituava, já pelo motivo que a determinou, embora o seu estado não tenha qualquer gravidade; trata-se apenas da necessidade de gosar em paz algumas semanas de repouso bem merecido. Ao nosso eminente colaborador, Sr. Dr. Agostinho de Campos, os nossos votos de que assim suceda.

# Portugal fabrica já Fibro-Cimento

UM EXEMPLO VIVO DE TENACIDADE E INICIATIVA NACIONAIS

**O** modernos processos de construção, as obras de hidráulica agrícola, o alargamento cada vez maior das rédes de águas e muitos outros trabalhos congêneres, tomaram nos últimos anos um tão considerável incremento que houve necessidade de se recorrer, em larga escala, à importação de chapas de fibro-cimento e tubagem de ferro e aço.

Foi então que alguns espíritos empreendedores e activos, capazes das mais inteligentes iniciativas, deliberaram corajosamente enfrentar o problema, resolvendo-o portuguêsmente como *produção nacional*. Satisfação-se assim o mercado, pronta, eficazmente, e barateava-se o produto contribuindo poderosamente para a expansão e difusão dos materiais de fibro-cimento com aplicações nos mais diversos ramos da engenharia.

Desta forma a nova indústria portuguesa de fibro-cimento vinda colaborar activamente na obra de reconstrução e prosperidade económicas da Nação, tão felizmente iniciada pelo Estado.

Lançado o plano de trabalhos da nova empresa, os organizadores e engenheiros da Sociedade Portuguesa de Fibro-Cimento

Técnicos da Câmara Municipal de Cascais, Sr. Ressano Garcia, após consciencioso estudo das suas excelentes características.

A história da sua recente existência é já brilhantíssima. Indústria inteiramente orientada, dirigida e trabalhada por portugueses — ela honra sobremaneira o trabalho nacional. A aplicação dos materiais «Lusalite» rapidamente se generalizou, e por toda a parte, em inúmeras construções se está empregando este material com enorme vantagem sobre outros, não só em preço, como também em resistência, duração, simplicidade de aplicação e conseqüente economia.

As chapas onduladas substituem com vantagem as de ferro zincado, tendo um poder isolador muito maior e sendo por isso muito de aconselhar, nas construções coloniais onde o fibro-cimento produz um conforto inigualável.

O emprego das chapas lisas está indicado para a construção de tabiques e lectos e já não são poucas as aplicações do fibro-cimento na totalidade da construção (paredes e telhados).

O mais demonstrativo exemplo desta futura aplicação pode



percorreram os mais importantes centros produtores do Estrangeiro e in-loco foram estudando meticulosamente o problema em todos os seus detalhes, o modo de adaptação ao meio e as necessidades do País. Esse estudo exaustivo produziu os melhores resultados, de sorte que, em 5 de Junho de 1933, fundava-se a referida Sociedade e dava-se início aos trabalhos de construção das suas instalações na Cruz Quebrada.

E para se dar uma ideia dos processos de trabalho deste núcleo de homens enérgicos e empreendedores, basta dizer que sete meses depois, em Janeiro de 1934, onde antes não existia mais do que terrenos de cultura, erguiam-se as vastas e magníficas instalações fabris — e delas saíam as primeiras chapas de fibro-cimento Nacional!

Em Março, do ano corrente, esta Empresa lançava no mercado os primeiros tipos de tubagem de fibro-cimento e da excelência do produto basta referir que logo no mês de Maio se tomava firme a primeira grande encomenda de tubagem para um notável trabalho de carácter oficial: a canalização pública para abastecimento de águas ao Alto Estoril, levado a efeito pela Câmara Municipal de Cascais.

Nessa canalização empregaram-se dois quilómetros de tubagem «Lusalite», de 175 m. m. de diâmetro e um quilómetro e quatrocentos metros de tubagem de 100 m. m. do mesmo produto.

A adjudicação desta marca de fibro-cimento foi feita em concurso público sob parecer do engenheiro director dos Serviços

observar-se na casa que a Sociedade Portuguesa de Fibro-Cimento fez construir na Exposição Colonial, representando um modelo de Circunscrição colonial aprovado pela Agência Geral das Colónias e utilizado para a estação telégrafo-postal privativa da Exposição. Quanto à tubagem de fibro-cimento, o seu custo, depois de instalada é inferior ao de ferro, em cerca de 30 %.

Dignou-se Sua Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República inaugurar solenemente as instalações fabris da Sociedade Portuguesa de Fibro-Cimento. As suas impressões exaradas no livro de honra dos visitantes da Fábrica, são as seguintes:

*Felicito os organizadores desta magnífica instalação e regozijo-me por ver mais esta maravilhosa obra de progresso na Terra Portuguesa.*

Também o Sr. Ministro do Comércio e Indústria, Sr. Engenheiro Sebastião Ramires, Director Geral das Indústrias, Sr. Engenheiro Mira Feio, Presidente da Associação Industrial Portuguesa, Sr. José Maria Alvarez, e muitas outras personalidades eminentes nos meios industriais e fabris se referiram eloqüentemente às vantagens incontestáveis e ao futuro brilhantíssimo desta indústria inteiramente portuguesa, que não é já uma simples promessa porque é um triunfo assegurado.

O público, que é o árbitro por excelência dos empreendimentos dos homens, decidiu já.

Decidiu pela plena aprovação. Prova-o o incremento extraordinário que está a tomar em Portugal a aplicação de materiais de

## O Congresso da União Nacional ocupou-se dos problemas Coloniais da Nação

O Congresso da União Nacional que se realizou em 28 de Maio último constituiu uma formidável afirmação de política nacional eminentemente re-constitutiva. Como tal abordou com rara felicidade todos os grandes problemas nacionais, delineando traças e programas que servirão de óptimas ideias-guias para a obra a realizar nos diversos sectores da actividade nacional.

Os assuntos coloniais estiveram a cargo de uma sub-secção a que presidiu o sr. dr. Francisco Machado, ilustre Sub-Secretário de Estado das Colónias.

As teses oficiais apresentadas foram as seguintes:

"Organização bancária do Ultramar,, pelo sr. Cunha e Costa; "Missões,, pelo engenheiro Alvaro Fontoura; "Organização militar do Ultramar,, pelo coronel Silva Lopes; "Organização judicial do Ultramar,, pelo sr. dr. Pedroso de Lima; "Funcionalismo colonial,, pelo sr. dr. José Bossa; "Cacau,, pelo sr. Jerónimo Carneiro; "Aviação colonial,, pelo sr. major Sintra; "Literatura colonial,, pelo sr. dr. Garcia Pulido; "Geologia - Minas,, pelo sr. engenheiro Bacelar Bebiano; "Comunicações terrestres,, pelo sr. general Almeida Arez; "Colonização,, pelo sr. tenente-coronel Garcez de Lencastre; "Indústria de seguros em Africa,, pelo sr. João Duarte; "Transferências de Angola para a Metrópole,, pelo sr. Francisco Guedes Machado; "Plano de fomento nas colónias,, pelo sr. tenente-coronel Leite de Magalhães; "Assistência e protecção aos indigenas,, pelo sr. dr. José de Penha Garcia; e "Tabaco,, pelo sr. António Rocha.

## Cotação de Produtos Coloniais no Estrangeiro

Situação do mercado de Anvers em 16 de Junho de 1934: AMÊNDOA: Há ofertas do Algarve, qualidade Faro sem casca, a Fls. 60 mas sem compradores.

Para a nova colheita, embarque Setembro-Outubro Faro cota Fls. 57/58, Palma Girgenti a Fls. 60,50 e Bari a Fls. 63. Amêndoa com casca é oferecida do Algarve a Fls. 29 e para a nova colheita a Fls. 27.

CAPÉ: Mantem-se a mesma situação do mercado. Há ofertas de Lisboa a sh. 40/6 para Amboim. Para a nova colheita há já oferta insistente a sh. 40/- Amboim, sh. 37/6 Golungo para embarque Outubro-Novembro.

COCONOTE: Mercado calmo e sem transacções. Cotação nominal frs. 675.

CONSERVAS: Conquanto os preços sejam baixos, a clientela está desinteressada em virtude da fraqueza de preços de outros artigos de alimentação.

GOMA COPAL: A cotação nominal para a qualidade corrente é de frs. 185.

MILHO: Mercado sem alteração. Mercadoria disponível é cotada a frs. 46. Para embarque em Junho-Julho e Agosto a frs. 46,50.

OLEO DE PALMA: Apenas algumas pequenas transacções se registaram, continuando a tendência a ser fraca. O ordinário é cotado a frs. 97,50 e o plantação a frs. 105.

SEMENTES DE RICINO: O Brasil oferece a £ 9,0,0.

fibro-cimento, incremento que certamente em breve se generalizará às Colónias portuguesas.

A propósito achamos interessante reproduzir a autorizada opinião do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Engenheiro Miranda Guedes, Chefe dos Serviços Municipalizados do Porto, que diz:

"Só quem como eu viveu em Angola em casas construídas com fibro-cimento é que sabe apreciar as vantagens deste material que nos preserva do calor e do frio.."

Tais são os vaticínios autorizados dos técnicos portugueses. E os organizadores da Sociedade Portuguesa de Fibro-Cimento bem merecem pelo seu porfiado e patriótico esforço.

## Colonização e Povoamento de Moçambique

(Conclusão da página 42)

notável o interesse demonstrado pela Alemanha, cujo Governo incita a juventude a estabelecer-se na Colónia portuguesa, onde encontrará apoio de parte das Sociedades alemãs locais. Estas, de facto, fornecem as máquinas agrícolas necessárias em condições de pagamento a largo prazo, antecipam os capitais necessários para o cultivo os quais ficam garantidos pela própria colheita sob a forma de penhor mercantil. A Sociedade ocupa-se da venda, por conta dos cultivadores, recebendo por isso uma comissão de 4 0/0 e um juro de 9 0/0 calculado sobre o capital adiantado.

O mesmo processo é adoptado por bancos ingleses, holandeses e belgas. Os italianos que têm plantações de sical em Monchi, nas faldas do Kilimangiaro, recorrem também a uma Sociedade alemã do Tanganika que vende o produto na praça de Hamburgo. Em consequência, as fábricas de fição e sical em Itália, para obterem o sical necessário à sua produção, comprado em Africa têm de recorrer a Hamburgo ou Londres.

## Semana das Colónias

Mais uma Semana das Colónias de 19 a 26 de Maio promoveu este ano a Sociedade de Geografia de Lisboa. Esta patriótica iniciativa está a desenvolver-se prodigiosamente com os mais felizes resultados. A Semana das Colónias de 1934 comemorou-se no país inteiro, por meio de centenas de conferências, palestras, exhibições de filmes de propaganda colonial, e muitas outras cerimónias festivas que por falta de espaço nos é impossível descrever.

A Sessão de abertura da Semana das Colónias realizou-se na vasta Sala Portugal da Sociedade de Geografia, e foi especialmente dedicada à mocidade das Escolas que compareceu em massa. Presidiu o ilustre Sub-Secretário de Estado das Colónias, Sr. Dr. Francisco Vieira Machado que fez no final da Sessão o elogio caloroso desta intensa e rigorosa obra de propaganda colonial que há anos se vem intensificando com rara felicidade e brilhantismo de tal forma que já hoje se pode considerar um verdadeiro movimento nacional.

Portugal Colonial gozou-se com o facto e felicidade a Sociedade de Geografia, o seu ilustre Presidente, Sr. Conde de Penha Garcia, e os seus dedicados colaboradores da Semana das Colónias.

Porque, afinal, consoladoramente nem tudo é derrotismo na nossa Terra...

## Banco de Angola

Da Direcção deste Banco emissor da colónia de Angola recebemos um interessante opúsculo destinado à I Exposição Colonial Portuguesa. Consta de duas partes. Na primeira faz-se uma breve resenha histórica e financeira do Banco. Na segunda parte apresenta-se um estudo sumário da moeda de Angola através dos tempos, da autoria do sr. Pedro Batalha Reis.

Embora resumido, é um estudo claríssimo e bem ordenado, destinado ao grande público.

Este opúsculo contém a relação minuciosa dos postos no seu pavilhão privativo no recinto da Exposição Colonial e está ilustrado com ilucidativas gravuras que muito bem complementam o texto.

Agradecemos o exemplar enviado.



Candida Celeste Nogueira Alves

ENXOVAIS - BORDADOS - VESTIDOS

RUA BOA HORA, 15

PORTO

TELEFONE 2506

VISITE NA EXPOSIÇÃO COLONIAL

PORTUGUESA O MEU STAND

\* \* NA AVENIDA DA ÍNDIA \* \*

# ESTATÍSTICA

## Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1930	1931	1932	1933		1934				
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Abril	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
LISBOA (cidade)	100	1.726	1.302	1.636	1.304	1.320	1.131	1.343	1.462	1.290	1.325

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 30 de Abril de 1934

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede).....	271.782	5.922.228	—	—	6.560.765	1.849.141
Banco N. Ultramarino (Sede)..	2.867.499	2.453.090	87.053.503	56.197.987	56.964.536	72.152.839

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929 15 de Janeiro	1934 15 de Maio
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	36\$00
Cacau paíol.....	»	62\$00	26\$00
Cacau escolha.....	»	36\$00	18\$00
Café de S. Tomé, fino.....	»	(b) 210\$00	(d) —
Café de Novo Redondo.....	»	124\$00	60\$00
Café de Ambiz.....	»	123\$00	55\$00
Café de Encoje.....	»	116\$00	—
Café do Cazengo.....	»	120\$00	62\$00
Coconote.....	»	33\$00	13\$00
Copra.....	»	42\$00	14\$00
Óleo de palma, mole.....	»	45\$00	(e) 21\$50
Rícino.....	»	27\$00	15\$00
Gergelim.....	»	34\$00	17\$00
Algodão.....	Quilog.	10\$00	4\$00
Cera.....	»	16\$00	9\$00
Cola.....	»	6\$00	(d) —
Açúcar, rama.....	»	(c) 1\$70	1\$20
Milho.....	»	\$94	\$70
Coiros.....	»	15\$00	5\$50

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Não foi negociado (e) 2.ª qualidade.



## Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Maio de 1934

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Maio	Janeiro a Maio	Maio	Janeiro a Maio
<b>Reexportação :</b>				
Cacau .....	479.514	3.719.231	1.044.909\$00	7.117.252\$00
Café .....	67.923	2.287.162	226.207\$00	6.748.912\$00
Cera .....	128.715	494.655	867.332\$00	3.336.220\$00
Outras mercadorias .....	42.204	442.860	179.738\$00	1.140.080\$00
Total .....	718.356	6.943.908	2.318.186\$00	18.342.464\$00
<b>Trânsito internacional :</b>				
Cacau .....	—	—	—	—
Café .....	150.365	1.706.586	567.000\$00	5.412.00\$00
Cera .....	—	46.088	—	351.805\$00
Óleos de palma e côco .....	9.394	52.597	6.000\$00	37.860\$00
Outras mercadorias .....	97.726	1.735.019	131.200\$00	2.541.936\$00
Total .....	257.485	3.540.290	704.200\$00	8.343.601\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

## Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas de Janeiro a Maio de 1934

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Índia, Macau e Timor
<b>Importadas das Colónias :</b>						
Arroz .....	67.247	—	1.401.831	—	—	—
Açúcar .....	7.431.819	—	—	20.037.661	—	—
Café .....	1.428.848	6.032	27	115	100.890	3.858
Trigo em grão .....	6.404.015	—	—	—	—	—
Peles em bruto .....	356.559	6.287	36.376	18.381	196	—
Algodão em caroço, rama ou cardado .....	337.195	—	—	973.945	—	—
Sementes oleaginosas .....	3.814.984	155.119	3.860.822	512.975	1.559.833	—
Milho .....	—	—	—	—	—	—
<b>Exportadas para as Colónias :</b>						
Vinhos do Pôrto (decalitros) .....	3.317	65	196	3.923	77	1.754
» da Madeira (decalitros) .....	25	—	—	44	—	—
» comuns tintos (decalitros) .....	272.419	5.899	17.185	186.114	20.166	8.532
» brancos (decalitros) .....	55.654	797	2.796	144.979	1.921	950
» licorosos (decalitros) .....	2.440	396	69	527	—	7.982
Conservas de vegetais .....	59.980	1.364	4.101	81.633	3.937	6.318
Sardinhas em salmoura .....	876	18	—	210	100	—
Conservas de sardinha .....	19.103	1.820	1.358	57.634	3.007	1.966
Conservas de peixe .....	902	78	182	1.236	11	—
Cortiça em rolhas .....	92	54	—	1.612	59	175

Do Boletim da D. G. E.

## Acções de Companhias Coloniais

1934		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		30 de Maio		30 de Junho	
						C.	V.	C.	V.
52\$00	35\$00	17-10-1927	1926	L. 14\$67	Agrícola do Cazengo .....	35\$00	40\$00	41\$00	45\$00
105\$00	66\$00	14-6-1933	1932	L. 7\$00	Agrícola das Neves .....	91\$00	92\$00	92\$00	95\$00
87\$00	61\$00	27-11-1933	1932	L. 3\$00	Agricultura Colonial (Sec) .....	73\$00	76\$00	79\$00	82\$00
395\$00	250\$00	17-3-1934	1933	L. 15\$00	Açúcar de Angola .....	380\$00	395\$00	357\$00	363\$00
50\$00	30\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/3	Boror .....	48\$00	—	—	—
20\$00	7\$50	—	1927	—	Cabinda .....	14\$00	18\$00	13\$00	15\$00
51\$00	37\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. <sup>a</sup> Em. ...	45\$00	46\$00	45\$40	46\$00
53\$00	38\$00	11-7-1929	—	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. <sup>a</sup> Em.	44\$00	44\$50	43\$00	47\$00
27\$00	9\$00	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação .....	18\$00	25\$00	—	—
160\$00	114\$00	1-5-1934	1933	L. 5\$00	Ilha do Príncipe .....	130\$00	132\$00	143\$00	146\$00
12\$90	10\$00	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25 .....	12\$00	12\$50	—	—